



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

DAIANA FERREIRA DE ALMEIDA

**CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA  
DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE**

RECIFE

2022

DAIANA FERREIRA DE ALMEIDA

**CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A  
PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Serviço Social da Universidade  
Federal de Pernambuco, como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Serviço Social

Orientador (a): Soraia de Carvalho

RECIFE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Almeida, Daiana Ferreira de .

Contribuições da Assistência Estudantil Para a Permanência dos Estudantes  
do Colégio de Aplicação da UFPE / Daiana Ferreira de Almeida. - Recife, 2022.  
102 : il., tab.

Orientador(a): Soraia de Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social -  
Bacharelado, 2022.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Assistência Estudantil . 2. Colégio de Aplicação . 3. Cotas . 4. Serviço  
Social . 5. Educação Básica . I. Carvalho, Soraia de . (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

DAIANA FERREIRA DE ALMEIDA

**CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A  
PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Serviço Social da Universidade  
Federal de Pernambuco, como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Serviço Social.

Aprovado em: 08 / 11 /2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Soraia de Carvalho (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Valéria Nepomuceno Teles de Mendonça (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho para uma criança. Samuel Lucas Rodrigues, o meu melhor amigo de todo o mundo. É pra você, pela simplicidade com que você entende a vida e por tudo que você me ensina todos os dias.

## **AGRADECIMENTOS**

Muitos foram os caminhos que trilhei para chegar até este momento. Escrever este texto requer de mim uma retomada desde o início, de quando me vi caloura dentro de uma universidade pública, é um processo de descoberta, amadurecimento e por vezes doloroso. Mas fico feliz que eu tenha chegado até aqui, e não fiz sozinha, muitas foram as companhias que encontrei ao longo deste trajeto de um pouco mais de quatro anos de graduação.

Por isso, agradeço a Jesus, a quem nunca duvidei que estivesse comigo em tantos momentos de dificuldade mas também de conquistas que alcancei. Que me prova todos os dias que posso realizar tantas coisas lindas e incríveis se eu acreditar só mais um pouquinho em mim.

Agradeço à minha mãe, que sempre motivou a mim e aos meus irmãos aos estudos. Este sonho realizado é seu também, e eu nunca vou esquecer disso. Conseguimos!

Ao longo da graduação, aprendi que necessitamos ter redes de apoio, pessoas que elegemos para ser nosso lugar de acolhimento quando nos sentimos tristes, um lugar de escuta quando queremos desabafar sobre a sobrecarga das atividades e provas, um lugar de confiança para conversar sobre tudo. Em vocês pude ter muito desses lugares: Isaias, Chagas, Israel, Bruna e Renata, obrigada por sempre estarem por perto.

A Cintya Roberta dos Santos, assistente social do Colégio de Aplicação, por ter aberto as portas para me aceitar como estagiária, você é um exemplo de profissional pra mim, de como o Serviço Social é uma profissão combativa e acima de tudo, humana. Obrigada por ter me ensinado tanto, pela gentileza e compreensão em muitos momentos.

Ao CAP-UFPE por autorizar a realização desta pesquisa mas também por ser esse espaço tão vivo, em que pude dimensionar o que é o Serviço Social escolar.

Não posso deixar de falar do PET Encontros sociais, meu TCC começou por meio deste grupo. E o PET é isso, um motivador de ideias, de saberes que trazemos das nossas experiências de vida e da academia e que podemos pôr em prática de alguma forma. Que bom que pude me sentir acolhida muitas vezes por esse grupo, pelos tutores que passaram pelo programa e os discentes.

E sobre professores, um muito obrigada à minha orientadora Soraia de Carvalho, não tenho como dimensionar o tanto que aprendi com você ao longo dessa jornada que foi a graduação. Obrigada por sempre ver em mim potencialidades, pelos conselhos e paciência.

## RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar as ações no âmbito da assistência estudantil direcionadas aos estudantes em vulnerabilidade social no Colégio de Aplicação (CAp) situado dentro da UFPE. Investigamos o processo de implementação da assistência estudantil em um colégio federal de ensino básico, visto que desde a implementação da reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas no ano de 2017, teremos uma mudança no perfil do público que adentrava no colégio anualmente. Passando, dessa forma, a se inserir neste espaço escolar estudantes de contexto social marcado pelo pauperismo. Ao longo do trabalho também pudemos destacar a contribuição do Serviço Social escolar para permanência dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, por meio das ações que permeiam o seu fazer profissional, dentre elas evidenciamos o programa de bolsas permanência. Como recurso metodológico, fizemos uso de pesquisa qualitativa, no intuito de captar a contribuição da assistência estudantil para a permanência dos alunos cotistas no CAp, igualmente a partir de dados secundários fornecidos pelo colégio de aplicação pudemos dimensionar o número de bolsas disponibilizadas e seu alcance, também pudemos averiguar o montante disponibilizado pela reitoria da UFPE para o seu financiamento, tais elementos foram importantes para acompanhar o desenvolvimento desta política na sua fase germinal e seu desdobramentos. Por fim, como resultados essa pesquisa traz reflexões significativas sobre assistência estudantil no ensino básico no Estado de Pernambuco, assim como os desafios enfrentados para a validação desta política, que por não possuir orçamentos próprios acaba ficando a mercê de acordos e tensionamento frente à universidade, que por outro lado, encontra-se diante de uma conjuntura de cortes e desfinanciamento frente à uma conjuntura neoliberal. Além do mais, ressaltamos o papel do Serviço Social enquanto elemento fundamental para a articulação entre família e escola como também para enfrentamento das expressões da questão social que passam a ser vivenciados no âmbito escolar.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil; Colégio de Aplicação; Cotas; Serviço Social; Educação Básica.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the actions in the scope of student assistance directed to students in social vulnerability at the College of Application - UFPE. We seek to investigate the process of implementing student assistance in a federal primary school, since the implementation of the reserve of vacancies for students from public schools in 2017, we will have a change in the profile of the public who entered the college annually. Thus, students from a social context marked by pauperism are inserted in this school space. Throughout the work we were also able to highlight the contribution of the school Social Service to the permanence of students in socioeconomic vulnerability, through the actions that permeate their professional work, among them we evidence the program of permanence scholarships. As a methodological resource, we used qualitative research, in order to capture the contribution of student assistance to the permanence of quota students in the CAP, also from secondary data provided by the college of application we were able to size the number of scholarships available and their scope, we could also verify the amount made available by the rectorate of UFPE for its financing, these elements were important to accompany the development of this policy in its germinal phase and its consequences. Finally, as results this research brings significant reflections on student assistance in primary education in the State of Pernambuco, as well as the challenges faced for the validation of this policy, which, because it does not have its own budgets, ends up being at the mercy of agreements and tension spree against the university, which, on the other hand, is faced with an unfavorable economic climate of cuts and lack of investments in the face of neoliberal politics. Therefore, we emphasize the role of Social Work as a fundamental element for the articulation between family and school, as well as for confronting the expressions of the social issue that are being experienced in the school environment.

**Keywords:** Student Assistance; Colégio de Aplicação; Quotas; Social Services; Basic Education

## LISTA DE GRÁFICOS

|             |                                                                                                                                             |    |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 – | <b>Número de Inscrições na AE e Total de Classificados Durante os Anos de 2016-2019</b>                                                     | 56 |
| Gráfico 2 – | <b>Desempenho Médio dos Alunos da Rede Estadual, da Rede Particular e CAp-UFPE no ENEM (média das provas objetivas) - 2011 a 2020</b>       | 60 |
| Gráfico 3 – | <b>Porcentagem de Alunos Cotistas no CAp-UFPE em Relação ao Total de Alunos Ingressantes por outras Modalidades de Ingresso (2017-2019)</b> | 67 |
| Gráfico 4 – | <b>Bolsas Ofertadas pela Assistência Estudantil CAp-UFPE (2017-2019)</b>                                                                    | 70 |
| Gráfico 5 – | <b>Porcentagem de Alunos Bolsistas pela Assistência Estudantil Comparada ao Total de Alunos não Bolsistas (2017-2019)</b>                   | 71 |
| Gráfico 6 – | <b>Orçamento Discriminado da UFPE (2017-2022)</b>                                                                                           | 76 |
| Gráfico 7 – | <b>Valores Destinados à Assistência Estudantil CAp-UFPE (2017-2019)</b>                                                                     | 78 |

## LISTA DE QUADROS

|            |                                                                                  |    |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – | <b>Relação dos Ginásios de Aplicação e seus respectivos anos de<br/>fundação</b> | 47 |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------|----|

## **LISTA DE TABELAS**

|            |                                                             |    |
|------------|-------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – | <b>Origem Escolar dos Alunos CAP-UFPE</b>                   | 34 |
| Tabela 2 – | <b>Proporção de Professores Segundo a Renda Mensal-2015</b> | 63 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |                                                                                                         |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| AE        | Assistência Estudantil                                                                                  |
| CAA       | Coordenação de Assistência Estudantil do Campus Agreste                                                 |
| CAp       | Colégio de Aplicação                                                                                    |
| CNME      | Campanha Nacional de Merenda Escolar                                                                    |
| CONDICAP  | Conselho de Dirigentes das Escolas Básicas das Instituições Federais de Ensino Superior                 |
| ECA       | Estatuto da Criança e do Adolescente                                                                    |
| ENEM      | Exame Nacional do Ensino Médio                                                                          |
| FAFIs     | Faculdades de Filosofia                                                                                 |
| FONAPRACE | Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis                                    |
| FUNDEB    | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação |
| IFES      | Instituições Federais de Ensino Superior                                                                |
| LDB       | Lei de Diretrizes e Bases da Educação                                                                   |
| MEC       | Ministério da Educação                                                                                  |
| NAEST     | Núcleo de Assistência ao Estudante                                                                      |
| NASE      | Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante                                                                  |
| PAE       | Política de Assistência Estudantil                                                                      |
| PNATE     | Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar                                                        |
| PNE       | Plano Nacional da Educação                                                                              |
| PNAE      | Programa Nacional de Alimentação Escolar                                                                |
| PPP       | Projeto Política e Pedagógico                                                                           |
| PNLD      | Programa Nacional de Livro Didático                                                                     |
| PROAES    | Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis                                                                   |
| UNE       | União Nacional dos Estudantes                                                                           |
| REUNI     | Plano de Reestruturação e expansão das Universidades Federais                                           |
| RMR       | Região Metropolitana do Recife                                                                          |
| RU        | Restaurante Universitário                                                                               |
| SISU      | Sistema de Seleção Unificada                                                                            |
| UFPE      | Universidade Federal de Pernambuco                                                                      |
| USAID     | Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional                                         |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                           |           |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                         | <b>14</b> |
| <b>2</b> | <b>ESTADO, CAPITALISMO MONOPOLISTA E POLÍTICAS SOCIAIS</b>                                                                | <b>19</b> |
| 2.1      | Capitalismo Monopolista e Políticas Sociais: Uma Relação Contraditória                                                    | 20        |
| 2.1.1    | <i>Formação Social Brasileira e a Particularidade da Nossa Política Social</i>                                            | 23        |
| 2.2      | Reflexões Sobre o Papel do CAP no Dualismo Educacional Brasileiro                                                         | 29        |
| <b>3</b> | <b>COLÉGIO DE APLICAÇÃO UFPE: O ACESSO A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A AE COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES</b> | <b>36</b> |
| 3.1      | Educação Escolar no Brasil e o Desafio da Permanência                                                                     | 37        |
| 3.2      | Origem e História do Colégio de Aplicação-UFPE                                                                            | 45        |
| 3.3      | Assistência Estudantil no Ensino Superior e seus Rebatimentos no CAP                                                      | 50        |
| <b>4</b> | <b>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO BÁSICO: O QUE NOS DIZ A EXPERIÊNCIA DO CAP-UFPE</b>                                   | <b>58</b> |
| 4.1      | A Configuração Pedagógica e Social do CAP e as Mudanças Trazidas pelas Ações Afirmativas e Assistência Estudantil         | 61        |
| 4.1.1    | <i>Assistência estudantil: relação entre Serviço Social, escola e família</i>                                             | 69        |
| 4.2      | O Financiamento e seus limites ante a demanda existente                                                                   | 74        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                                               | <b>81</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                        | <b>85</b> |
|          | <b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b>                                                                                 | <b>91</b> |
|          | <b>APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA</b>                                                                             | <b>92</b> |
|          | <b>ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA</b>                                                                                        | <b>99</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O tema do trabalho parte do interesse de compreender as contribuições da assistência estudantil implementada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (CAp-UFPE) para permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que passaram a ingressar no colégio a partir da efetivação das cotas em 2017.

Desta maneira, a presente monografia de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar as ações no âmbito da assistência estudantil direcionadas aos estudantes em vulnerabilidade social no Colégio de Aplicação-UFPE. Os objetivos específicos se pautam em: (1) Identificar as ações de assistência estudantil presentes no CAp e seu público prioritário; (2) Identificar se a assistência estudantil vem contribuindo para a permanência dos estudantes em vulnerabilidade social no colégio; (3) Verificar a origem da verba destinada à assistência estudantil no CAp, o seu montante e quais suas prioridades de aplicação.

Partimos do pressuposto que a educação no Brasil é atravessada por um caráter distintivo de classe. O que se pode acompanhar ao longo da consolidação das políticas educacionais é uma forte exclusão social, econômica e cultural da classe trabalhadora dos melhores ambientes escolares, enquanto que para as classes mais abastadas é oferecida uma educação privada e de excelência.

É possível identificarmos um problema germinal na desigualdade educacional brasileira que está intimamente atrelada à desigualdade social: a determinação a partir das necessidades da classe dominante. Dessa maneira, é possível afirmar que as escolas destinadas aos filhos da classe dirigente passam a assumir um caráter de dominação. Tal elemento ainda persiste mesmo diante de conquistas expressivas no âmbito dos direitos sociais, tais como a promulgação da constituição de 1988 que em seu artigo 6º aponta a educação enquanto um direito social destinado a todos os brasileiros, o que a eleva a um novo patamar de legitimidade para a formação do cidadão.

Apesar do caráter de classe dos sistemas educacionais, tal terreno não está isento de disputas e contradições. E os setores dominados expõem, sobretudo por meio de suas lutas, demandas pedagógicas e sociais. Muito embora a constituição cidadã tenha trazido uma série de avanços para educação pública, ela se efetiva de maneira limitada, expressando diferentes projetos societários: um em favor da manutenção do público-privado e outro na promoção de

educação pública universal. Infelizmente, essa última, nunca se realizou plenamente, pois “nunca tivemos um sistema universalizado, mesmo nos níveis elementares, e tivemos que conviver com processos tardios de expansão da educação” (FÉRRIZ; MARTINS, 2020, p. 46).

Dentro deste universo de análise de que se trata o ensino público, teremos ao longo do seu processo histórico, a criação de escolas modelos vinculadas às instituições públicas de ensino superior, como é o caso do Colégio de Aplicação da UFPE (CAp-UFPE). Fundado em 1958 e embebido dos pressupostos escolanovistas, já trazia em seu cerne o desafio de oferecer um bom padrão de ensino e ser um laboratório experimental para elaboração de novas técnicas, tanto pedagógicas quanto educacionais, de ações de pesquisa, ensino e extensão, abarcando uma educação integrativa do ensino fundamental ao médio.

No ano de 2017, o Colégio de Aplicação da UFPE passou por uma grande mudança em seu processo seletivo: foi instaurado o ingresso por cota para estudantes oriundos de escola pública. O espaço, desde então, passou a abarcar alunos de origens sociais que antes possuíam chances mínimas de ingresso, tendo que ultrapassar as barreiras impostas pelo contexto de desigualdades sociais, legitimadas pelo discurso da meritocracia.

A entrada destes sujeitos advindos de contextos sociais adversos trouxe novas demandas não experienciadas antes pela escola, culminando na implementação de um programa de assistência estudantil ainda em 2017, que tem como expressão maior o seu programa de bolsa auxílio permanência para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Tais ações abrem o arco para uma educação mais inclusiva e democratizante dentro do Colégio de Aplicação, que tem sua história marcada pela adesão de alunos de grupos sociais da classe média e média alta. Dessa forma, a existência de um programa de assistência estudantil ainda no ensino básico demonstra que as expressões da questão social se apresentam mesmo nas fases iniciais da educação, asseverando a complexidade que envolve a relação entre sociedade, família e escola.

A aproximação com o tema surgiu a partir da articulação entre a pesquisadora e a coordenação do curso para abertura do campo de estágio em Serviço Social no CAp-UFPE. A partir das observações e intervenções enquanto estagiária, experienciando o fazer profissional em uma escola de ensino básico, pude me aproximar da temática referente ao acesso e permanência dos alunos cotistas que ingressaram no colégio.

A partir disso, tive acesso de forma mais aprofundada ao debate sobre educação inclusiva e plural, visto que para isso, são necessárias ações que vão além da entrada de alunos de origens sociais e étnicas distintas, mas também aparatos que garantam a permanência destes dentro do ambiente escolar. Daí a relevância deste estudo, pois a reflexão que tange a educação mais democrática implica diretamente na remodelação dos aspectos que integram a escola: desde a gestão de cada unidade escolar, até o sistema educacional como um todo. Estes processos trazem a reflexão acerca da importância da assistência estudantil enquanto um processo contínuo de combate às desigualdades sociais no contexto educacional. Ainda assim, são perceptíveis os desafios para garantir não apenas a entrada, mas também a permanência destas crianças e adolescentes, visto que a admissão é só mais uma etapa dos desafios encontrados dentro do sistema escolar, considerando os baixos recursos das camadas mais pobres no acesso a aspectos culturais, sociais e econômicos.

Nosso percurso metodológico foi guiado pela lente marxista de análise da realidade, por entender que este método não se mantém na superficialidade presente, mas revela o caráter contraditório, suas multicausalidades e multifuncionalidades (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 38). Ou seja, não se restringe à aparência do objeto estudado, mas, a partir de aproximações sucessivas, busca apanhar sua essência. Como afirma NETTO (2011, p. 20), o método propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto, capturando sua estrutura dinâmica. Não nos prendendo apenas em aspectos descritivos, mas ao entender como o movimento e processualidades presentes na realidade irão influir no objeto estudado; no nosso caso, a assistência estudantil dada em um colégio de educação básica, o CAp-UFPE.

Dessa maneira, podemos apreender que a política de assistência estudantil no âmbito escolar, pode ser entendida para além da aparência de fenomênica. Mas conectá-la aos processos econômicos que a determinam também. Visto que, sendo uma política social, expressa uma gama de interesses distintos que corroboraram para sua criação, pois, tais conquistas sociais sempre são permeadas por contradições que por um lado expressam a luta da classe trabalhadora em prol de melhorias, e do outro a intenção do sistema capitalista em se manter ativo. É nesse cenário que podemos concluir que as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir da expressão imediata como fato social isolado. Ao contrário, devem ser situadas como expressão contraditória da realidade (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Contribuindo para atingir os objetivos estabelecidos, utilizamos técnicas qualitativas e quantitativas de coleta de dados, o que se enquadra em uma análise de natureza mista. Acreditamos que o caminho metodológico trilhado, pode dar um saldo significativo para esta pesquisa, já que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente excluindo qualquer dicotomia (MINAYO, 2002, p. 22).

Nos restringimos ao período que vai de 2017 a 2019 por ser o intervalo temporal que aborda os movimentos iniciais de mudança no Colégio de Aplicação, com a entrada da primeira turma por cotas sociais, e após a demanda e implementação do programa de assistência estudantil ainda na sua fase germinal, acompanhando seus desdobramentos para permanência dos alunos em vulnerabilidade. Esse período é importante também por ser marcado pela presença de um governo de política assumidamente liberal e conservadora, que passa a impactar no orçamento da universidade e, consequentemente, também reverbera na política de assistência do CAP que depende da rubrica da universidade para se manter. A escolha pelo Colégio de Aplicação da UFPE se deu por esse campo ser, até o período em que escrevo, a única escola no estado de Pernambuco com um programa de assistência estudantil propriamente dito.

Fizemos uso da entrevista<sup>1</sup> enquanto recurso metodológico, tendo como base o modelo de entrevista semiestruturada buscando por meio de perguntas pré estabelecidas levantar dados com a assistente social do CAP-UFPE. A escolha desta profissional se deu por ser ela a principal responsável no processo de elaboração do edital e acompanhamento dos estudantes bolsistas, também buscamos com isso, identificar as principais dificuldades encontradas na fase inicial da assistência estudantil e quais foram as dificuldades enfrentadas pelos alunos para se manter no CAP. Para isso, realizamos o processo de validação da pesquisa frente à Unidade de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão responsável por referendar as pesquisas desenvolvidas no CAP-UFPE. Também foi repassado para a entrevistada o termo de livre consentimento autorizando-nos a fazer uso das informações coletadas no momento da entrevista, cabe aqui relatar que o seu roteiro e o seu conteúdo estarão disponíveis no apêndice ao fim deste trabalho.

---

<sup>1</sup> A entrevista foi realizada no dia 16 de setembro de 2022 às 14h29 no próprio Colégio de Aplicação-UFPE, sendo consentida pela profissional do serviço social através do termo de consentimento e livre esclarecimento. Igualmente foi-nos autorizado o anexo da transcrição da entrevista enquanto ferramenta consultiva para os futuros pesquisadores.

Buscando alcançar os objetivos propostos, dividimos a pesquisa em cinco capítulos. Logo no segundo capítulo debateremos sobre as particularidades das políticas sociais no bojo do capitalismo monopolista e o papel do Estado. Após, discutiremos como se dá a educação no sistema capitalista a partir da diferenciação do trabalho manual e intelectual no processo produtivo, apreendendo como essas categorias se transpõem para o sistema escolar.

No terceiro capítulo resgataremos o desenvolvimento histórico da política de educação do Brasil, expondo as principais políticas responsáveis em garantir não apenas o acesso mas a permanência dos estudantes em contexto de vulnerabilidade. Ainda iremos situar o colégio de aplicação da UFPE desde sua criação até hodiernamente, como também a importância da assistência estudantil dada no CAp no contexto de democratização do ensino superior em que se encontra a universidade, visto que tais feitos foram de grande influência nas ações vivenciadas pelo colégio.

Caminhando para o penúltimo capítulo, nesta fase final da pesquisa focamos na assistência estudantil do CAp-UFPE propriamente dita, compreendendo as particularidades do colégio de cunho federal, as características do público ingressante no CAp antes das cotas, as mudanças decorrentes da entrada de alunos em contexto sociais adversos e importância a assistência estudantil mas também do Serviço Social escolar para a permanência dos estudantes no colégio. Em sua última sessão, exploramos os desafios do financiamento para essa política, visto a ausência de recursos específicos para promoção da assistência no nível de ensino básico, como também os limites do colégio em garantir uma ação ampliada que possa suprir demandas mais específicas do público que acessa a assistência estudantil no CAp.

## **2. ESTADO, CAPITALISMO MONOPOLISTA E POLÍTICAS SOCIAIS**

Para compreender como se dá a política de assistência estudantil no ensino básico é necessário situá-la antes de mais nada no contexto político, econômico e social em que ela se gesta. A fase monopolista do capitalismo traz novas configurações para entendermos o papel do Estado na promoção de políticas sociais, em que estão inseridas as políticas de educação. Para falar sobre a implementação de uma política de cotas em uma escola federal de excelência como encontra o Colégio de Aplicação (CAp), é antes necessário situá-la no contexto da totalidade social que a determina e influi sobre os processos de ações afirmativas e assistência estudantil escolar.

No primeiro momento iremos compreender o papel do Estado na fase do capitalismo monopolista, enquanto mediador para reprodução das relações sociais e meio para garantir os super lucros do capital financeiro. Buscamos desvelar o papel das políticas sociais que passam a assumir um duplo caráter; ao responder às demandas das classes subalternas para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, redimensiona essas mesmas políticas para geração de superlucros para os monopólios. Ainda iremos situar o desenvolvimento das políticas educacionais no contexto brasileiro de capitalismo dependente que irá promover reformas na educação a partir dos interesses do capital externo.

No segundo momento deste capítulo, iremos nos debruçar para compreender o papel da educação no capitalismo. Entendê-la enquanto componente indispensável à vida social que mantém com o trabalho uma relação de dependência ontológica, mas de também de autonomia, de mútuas determinações (CFESS, 2013, p. 17). Dessa forma, compreender o papel da divisão entre trabalho manual e intelectual para a alienação do trabalhador e para a efetivação de escolas com objetivos distintos. O que provoca um dualismo no ensino, um voltado para formação mais tecnicista e outro para uma formação voltada ao ensino superior. Dessa forma, situamos o Colégio de Aplicação da UFPE nesse dualismo educacional que se funda no acesso desigual ao ensino de qualidade na sociedade capitalista

## 2.1 Capitalismo Monopolista e Políticas Sociais: Uma Relação Contraditória

Buscando compreender melhor em que contexto se dá a assistência estudantil em um colégio de educação básica, característica esta que não é muito comum nas outras instituições escolares públicas, cabe situá-la no contexto econômico, político e social na qual surgiu buscando refletir sobre o papel do Estado intervencionista no capitalismo monopolista e as contradições que se inserem no rol das políticas sociais em que se incorpora a política da educação.

A entrada do século XIX trouxe uma série de transformações para o capitalismo, a saída da era concorrencial para o estabelecimento do processo de monopolização do capital reconfigurou não só as relações de produção, quanto o próprio papel do Estado burguês. O estágio monopolista do capitalismo (também conhecido como imperialista) inflama as contradições e conflitos já existentes.

Como explicitado por Netto (1996, p. 16) “O capitalismo no estágio monopolista imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende a sua maturidade histórica”, uma concretização dos mercados que passam ter características oligopólicas, concentrando assim, de maneira única, capital industrial e financeiro na busca pelo aumento das taxas de lucro através do domínio dos mercados. Mas não só isso, o próprio processo de acumulação é alterado, as empresas passam a buscar sua centralização para além dos seus limites territoriais, expandindo seus investimentos para outros países; exportando capitais que se sobressaem sobre as empresas locais e nacionais.

Este estágio de acirrada concorrência entre as organizações monopolísticas “é convertido em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados [...] dando curso a renovadas políticas neocolonialistas” (NETTO, 1996, p. 19-20) a produção neste estágio atinge patamares mundiais, afetando a dinâmica interna de países que passam a ser vistos como mais um ponto de lucratividade, gerando influências diretas “no controle de povos e Estados” (NETTO, 1996, p. 20), pois a lucratividade é embasada no máximo ganho pelo domínio dos mercados e apropriação privada da riqueza, que neste cenário, assume seu apogeu. Outro elemento de grande importância quando falamos em monopolização, é a função dos bancos e das cartas de crédito, confluindo na fundação de grandes empresas de peso internacional que “associam-se a instituições

financeiras [...] que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurado um modo específico de dominação social e política do capitalismo” (IAMAMOTO, 2015, p. 108).

Para essa efetivação, é necessário uma refuncionalização e intervenção de aparatos que vão além do viés econômico, como o próprio Estado. Muda a ótica de uma ação parca do Estado que intervém na relação capital-trabalho apenas de maneira episódica, passando a se exigir agora uma reordenação que abarca a intervenção estatal, que é lançada para dentro das relações econômicas, pois as “funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com suas funções *econômicas*” (NETTO, 1996, p. 21, grifos do autor). Nesse sentido, o Estado reorienta-se nos deveres político e econômico, para garantir a primazia dos lucros da burguesia imperialista.

Se instaura uma nova fase intervencionista deste Estado Burguês, regado a um artifício extra econômico para direcionar lucros e benefícios aos grandes monopólios. Vejamos:

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo tem de um vetor extra econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção Estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios — e para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções (NETTO, 1996, p. 21).

Das funções mencionadas pelo autor, cabe aqui ressaltar a socialização das perdas (NETTO, 1996, p. 21), em que entrega ao capital monopolista grandes empreendimentos públicos e a venda de manufaturas a baixo preço, o Estado passa a ser um grande empresário para o monopólio, pois assume características de financiador e garantidor de lucro para o capital. Uma estratégia posta, que “atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos da crise [...] o Estado transfere recursos sociais e públicos aos monopólios” (NETTO, 1996, p. 22-24).

O meritório desta relação entre função econômica e política do Estado dentro do âmbito do capitalismo monopolista, se dá de tal forma que para exercer seu papel de “comitê executivo da burguesia monopolista”(NETTO, 1996, p. 25), há uma necessidade do Estado em se legitimar politicamente, por meio de concessão de direitos e garantias sociais que atendam algumas demandas dos trabalhadores, assumindo um papel de “*coesionador da sociedade*” (NETTO, 1996, p. 25, grifos do autor). Neste compilado de interesses o fundo público passa a exprimir um campo de disputa entre as classes antagônicas, visto que os trabalhadores buscam que a verba pública seja direcionada para a promoção de políticas

sociais que supram suas necessidades de reprodução humana, enquanto que o capital “consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, e de participação no mercado financeiro” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 174). Entendendo fundo público enquanto a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. Dessa forma, temos que a expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal (SALVADOR 2010, p. 607 apud MARTINS, 2013, p. 52).

Assim temos que ter em mente que a presença de um Estado intervencionista, não subverte os “fundamentos reais das relações de produção capitalistas e consequentemente, não transgride a essência dos princípios do Estado liberal” (FRIGOTTO, 2010, p. 118), por isso o que se realiza por trás dos avanços sociais é a manutenção da reprodução do capital:

ao apontar que demandas econômico-sociais e político-sociais imediatas de largas categorias de trabalhadores e da população podem ser contempladas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista não significa que esta seja sua inclinação “natural”, nem que ocorra normalmente — o objetivo dos superlucros é a pedra-de-toque dos monopólios e do sistema de poder político de que eles se valem; entretanto respostas positivas a demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exatas em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros. O que se quer destacar nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático é permeável a demandas das classes subalternas que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos (NETTO, 1996, p. 25).

É só então que a questão social passa a ser objeto de intervenção do Estado. Antes ela precisa ser mergulhada nas propensões político-econômica da ordem monopolística para então ser efetivada em políticas sociais, de maneira que não seja perceptível que o desígnio é atender as demandas do mercado para produção da mais valia. E, a partir do momento que se apodera, refuncionaliza o Estado, segundo suas necessidades ao ponto, e ao mesmo tempo em que, abre espaço para manifestações sociais no jogo democrático, incorporando suas demandas e instrumentalizando-as em favor do aumento da taxa de lucro.

As políticas sociais dentro desse bojo de conflitos e jogos de interesses distintos tem enquanto medula a preservação e controle contínuo da força de trabalho, de maneira que ao conceder regulamentações e intervir na relação capital-trabalho promove diferentes reformas, inclusive na educação. O Brasil, por exemplo, na década de 60 sofreu diversas mudanças no seu sistema educacional que passou a ser atravessado mais profundamente por interferências

do imperialismo estadunidense que veremos mais à frente. Ainda sobre a educação, Netto exemplifica como as políticas sociais podem ser refuncionalizadas ao interesse do capital.

[...] as políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho profissionalizante) e os programas de qualificação técnico-científica (vinculadas aos grandes projetos de intervenção e pesquisa) oferecem ao capital monopolista recursos humanos cuja a socialização elementar é feita a custa do conjunto da sociedade (Carnoy e Levin, 1987 apud NETTO, 1996, p. 27).

O autor ressalta aqui a importância das políticas educacionais para o capitalismo enquanto elemento de formação e instrução da classe trabalhadora, também enfatiza a dimensão ideológica que perpassa a ambientes formativos de naturalização do processo de exploração entre as classes.

A atuação do Estado por meio de políticas públicas amplas e abrangentes para melhoria da vida dos trabalhadores é uma possibilidade que é atravessada pelas particularidades da formação social e conjuntural de cada país. Os levantes da classe subalterna pressionam o Estado, por meio de organização política, por melhores condições de existência, em que podemos alçar expressivos benefícios para a população, como é o caso dos avanços obtidos nas políticas educacionais nas últimas décadas. Em resumo, a tendência estrutural do capitalismo não é de avanços e melhorias nas condições de vida da população, mas de uma decomposição do sistema. Diante disso, a configuração das políticas sociais depende diretamente da formação social, das conjunturas e organização política dos trabalhadores, o que ajuda a compreender porque, no decorrer da história do nosso país, as políticas educacionais seguem um movimento de ampliação ou restrição.

### **2.1.1. Formação Social Brasileira e a Particularidade da Nossa Política Social**

Para assimilarmos como tais conformações se inserem no Brasil, é necessário tecer o olhar sobre a nossa formação social e as particularidades que nosso país carrega. Assim, a transição de capitalismo concorrencial para o monopolista em solo tupiniquim ocorre enquanto resposta da burguesia brasileira às exigências do mercado internacional, ou seja, o que vai haver é uma reordenação dos padrões de dominação externa. A transição não rompe com as relações de dependência econômica imperialista firmadas durante a república, mas há uma renovação das relações de dominação a partir dos moldes do mercado internacional, o

pacto de dominação realizado pela burguesia nacional e as influências externas se deu a partir da necessidade de manutenção do seu poder. Vale ressaltar que a nossa burguesia surge do interior da oligarquia rural, assim ambas passam a conviver lado a lado de maneira conservadora mas contraditoriamente modernizante (FERNANDES, 2006, p. 253).

Se conserva, ainda hoje na verdade, um aspecto reacionário e conservador de pouco diálogo com as classes subalternas, prevalecendo a intolerância às demandas sociais. Pois,

a convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico que ambos pretendiam e para o estilo de vida posto em prática pelas elites (FERNANDES, 2006, p. 243).

Percebe-se que a formação da nossa burguesia nacional não se alia a preceitos democráticos, mas que “universalizam seus interesses de classe a toda a nação” (IAMAMOTO, 2015, p. 131). Por isso, é necessário acessar as singularidades existentes na composição do capitalismo no Brasil, que estão intimamente atreladas com a permanência dos elos oligárquicos e imperialistas. De certo, a “expansão monopolista faz-se, mantendo, de uma lado a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional” (IAMAMOTO, 2015, p. 132) a abertura para a internacionalização do mercado interno abre as portas para entrada do capital estrangeiro no país, em troca de um ideal de modernização e superação do “atraso econômico”.

A sociedade de classes regida pelo capitalismo dependente dá seguimento a uma estrutura social que funciona como uma espécie de circuito fechado, pois precisa impedir a conquista do espaço público das classes subalternas para manutenção do próprio sistema econômico (FLORESTAN, 2010). Ligado diretamente pela exclusão do negro do mercado de trabalho, fato que se justifica na tese de Florestan Fernandes (2010), partindo do pressuposto que as desigualdades raciais foram sendo incorporados ao regime de classe, legitimado sua exclusão em espaços importantes como a educação formal e o ensino superior por exemplo.

Avançando na discussão ao que tange o Brasil e o receio da nossa burguesia dependente de qualquer levante mais progressista que possa implicar em ganhos mais estruturais para a classe trabalhadora fazem com que ela reaja, não tendo pudor algum em se aliar ao militares e os Estados Unidos para promover o golpe militar de 1964, reprimindo as forças políticas que estava em movimentação querendo reformas de base inclusive na âmbito

da educação. Com os movimentos sociais silenciados pela repressão militar e a própria busca do governo por legitimidade popular, vamos presenciar algumas respostas das reivindicações a nível educacional que vinham sendo requeridas tanto pelos movimentos estudantis quanto pela sociedade como todo. Em resultado, será firmado acordo entre Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a Usaid (United States Agency for International Development) representação estadunidense para implementação das reformas educacionais, “que resultaram nas Leis nº 5.540/68 (ensino universitário) e nº 5.692/71 (ensino de 1ª e 2ª graus)” (ARANHA, 2006, p. 232). Aranha (2006, p. 233) ainda ressalta que essas reformas vieram acompanhadas de exaltação ao ensino tecnicista e de redução da carga horária de disciplinas ligadas às humanidades como geografia e história.

É possível perceber que durante o período da ditadura militar, que se arrastou por pouco mais de vinte anos, as expressões da questão social foram enfrentadas “num mix de repressão e assistência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 136). As políticas sociais dessa forma, são expandidas e acompanham a modernização conservadora que estava em curso, nesse sentido, as ações voltadas passam a serem enxergadas a partir de uma olhar tecnicista que excluía os trabalhadores dos espaços de participação e administração, algo que comumente ocorreu na previdência social naquela época.

Behring e Boschetti (2011, p. 137) na tentativa de caracterizar o período das políticas sociais no Brasil, no marco da ditadura, argumentam que o Estado brasileiro na busca por legitimidade popular, promove uma ampliação das políticas públicas nesse período. Contudo, ela se deu de maneira restrita quanto ao acesso de boa parte dos trabalhadores. Mesmo assim, temos um avanço nos espaços da saúde, da previdência e da educação privada. Mantêm-se o sistema dual de configuração das políticas sociais: para quem pode e não pode pagar. Tal lógica ainda irá prevalecer hodiernamente, mesmo com o processo de redemocratização.

É diante do esgarçamento do milagre econômico juntamente com o levante das massas populares insatisfeitas com a repressão e aumento das desigualdades sociais marcada pelos governos militares, que convergiu na organização de uma retomada democrática no Brasil. A promulgação da constituição de 1988; a chamada Constituição Cidadã, expressou ao longo de seu processo de criação disputas por hegemonia entre os interesses dos movimentos sociais e os interesses das elites em manter seu projeto de sociedade desigual.

Desta forma, mesmo sobre égide de avanços e retrocessos, a constituição trouxe avanços exponenciais no que se refere à seguridade social e a validação de direitos universais como o Sistema Único de Saúde (SUS) e a assistência social enquanto direito e responsabilidade do Estado. A inserção da educação enquanto um dos direitos sociais descritos no artigo 6º foi de grande importância para garantir a escolarização da população. Vale apontar, que as políticas sociais de características universalistas e redistributivas defendidos pela constituição, serão afetadas com tendências à privatizações e reordenamentos visando estarem a serviço do capital financeiro. Por isso mesmo, a tendência geral da entrada dos anos 1990 é a prevalência do trinômio do ideário neoliberal para as políticas sociais: *a privatização, a focalização e descentralização* (BEHRING; BOSCHETTI, p. 156, grifos das autoras).

Isso de seu também por uma assincronia dos avanços das políticas sociais no país, se comparadas com o resto do mundo, quer dizer que, enquanto no Brasil era aprovado um sistema de garantia de direitos nunca visto antes na nossa história, no contexto mundial presenciávamos avanços de políticas neoliberais e uma cooptação mais voraz do fundo público enquanto um colchão de amortecimento das crises.

Para entender o avanço do neoliberalismo, inclusive a sua chegada posterior ao Brasil, é importante voltar à crise do início da década de 1970. Visto que, com a crise de superprodução que põe abaixo o pacto keynesiano-fordista, que sustentaram os trinta anos gloriosos no centro europeu, inaugura-se uma nova etapa do capital, evidenciado por István Mészáros (2002), ao dispor que estaríamos vivenciando um processo de crise estrutural sem precedentes, que atinge todos os âmbitos sociais. Assim não trata-se mais de períodos de grandes desenvolvimentos econômicos, seguido de uma crise, estaríamos diante de uma crise permanente, que será responsável pela mercantilização de todas as esferas da reprodução social. Não à toa que a promoção de políticas sociais no nosso país passam a ser atravessadas por desmontes mesmo que ainda estivessem em processo de consolidação, já passam a ser atacadas e orientadas aos ditames do modelo neoliberal ainda no governo Collor de Mello (1990-1992).

Embora a partir de 2003 tenhamos a entrada de um governo de linha mais progressista com que é o caso dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), não se subverteu a funcionalidade do Estado no capitalismo dos monopólios muito menos a configurações da políticas sociais na qual está situada às políticas educacionais, o foco da nossa pesquisa. Ao

longo dos treze anos de governos petista presenciamos uma série de avanços no que se refere ao acesso de segmentos mais pauperizados nos espaços de ensino superior público, que historicamente foram excluídos destes lugares de produção de conhecimento.

Assim, para entendermos a implementação de políticas afirmativas e a instauração de um programa de assistência estudantil escolar no CAP em 2017 é necessário antes, darmos alguns passos para um passado não tão distante da história brasileira. Fazendo um breve resgate dos feitos realizados pelas gestões Lula e Dilma no que se refere ao processo de democratização do ensino superior público.

Enquanto marco importante em 2010, o Decreto nº 7234 de 2010 cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) responsável por garantir igualdade de oportunidades e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na educação superior (BRASIL, 2010) e após a Lei das Cotas (12.711/2012) que amplia a entrada de alunos de camadas populares as universidades públicas ao garantir a reserva de 50% das vagas a pessoas oriundos de escolas públicas, baixa renda, indígenas, negras, pardas e pessoas com deficiência (PCD). Com a entrada desse novo público, serão necessários programas que possam viabilizar a continuidade e a conclusão da graduação.

Essas políticas deram um impacto profundo no que se refere ao ensino superior no Brasil e o debate sobre a democratização do ensino superior, iniciado ainda nos anos 60. Contudo, tais avanços estão situados em uma configuração histórica muito particular do neoliberalismo; o chamado social-neoliberalismo trata-se de uma reformulação do neoliberalismo ao incorporar em sua agenda política temas como a pobreza, da desigualdade social, das condições de trabalho, da educação (MARTINS, 2013, p. 50). Uma nova fase, em que a agenda neoliberal passa a ter interesse nas expressões da questão social, diferentemente do liberalismo clássico em que a questão social era tratada como caso de polícia.

Sob esta lógica, a necessidade da esfera público-privada “ampliar” as condições do acesso da população ao “ativo” educação é somada a um reforço pelo discurso governamental do apelo à responsabilidade moral do sujeito na garantia de sua reprodução social, sendo, portanto, de sua inteira responsabilidade a condição de sua existência. Deste modo, a premissa da igualdade de oportunidade (acesso aos serviços sociais, inclusive educação) serve para justificar a extrema pobreza de uns e a riqueza de outros (MARTINS, 2013, p. 51).

O incentivo do social-liberalismo para ampliação do acesso à educação, não vem acompanhada de uma crítica ao próprio sistema capitalista, muito menos põe em xeque suas propensões de uma educação de estímulo ao mercado. A educação passa a ser usada enquanto

artefato de legitimação capitalista e do Estado burguês que responde às reivindicações das massas, mas reorientados políticas em favor do capital, como já foi amplamente discutido ao longo deste capítulo, por isso as ações voltadas à democratização do ensino brasileiro assumem características presentes nas políticas sociais do Brasil; a focalização e a seletividade.

Mesmo sendo importante a implementação dessas políticas, elas não abarcam a todos os que realmente delas necessitam, a implementação das cotas não vem acompanhada de um aumento expressivo do número de professores, nem uma ampliação das universidades públicas que pudessem abarcar a todos os estudantes. A resposta vinda do Estado brasileiro é de uma maior precarização do trabalho dos professores ao ampliar as contratações temporárias, e incentivar a privatização do ensino por meio do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que embora tenha dado a oportunidade para a entrada de muitos jovens brasileiros na universidade, também promoveu compra de vagas em instituições privadas em troca de exonerações fiscais. No Brasil, existem cerca de 2.608 instituições de educação superior, dessas, 2.306 são privadas e 302 públicas e a cada quatro estudantes três estudam em instituições privadas (MEC, 2020).

Retomando, tais demandas por ações afirmativas que pudessem dirimir as desigualdades presentes no ensino público e privado de ensino que impedem que alunos de segmentos mais pauperizados pudessem acessar escolas de ensino de excelência como é o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Dando vazão para a implementação das cotas no colégio no ano de 2017, reservando 50% de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, mesmo de maneira tardia, percebe-se a influência das políticas de democratização e acesso ao ensino superior presentes na UFPE foram importantes para efetivação desta política também ao CAp, pois mesmo sendo um instituição de ensino básico destoa da realidade concreta de muitas escolas públicas da cidade do Recife ao que se refere à precariedade do ensino e de sua estrutura física.

Tais aspectos serão desenvolvidos com maior profundidade ao longo dos capítulos deste trabalho. Mas aqui, ainda cabe destacar, que tais progressos apresentados nos últimos anos, não estão destoado da ossatura das políticas sociais; na dialética de avanços e regressões, de seletividade e focalização, que não podem ser ignoradas quando falamos e refletirmos criticamente sobre a promoção das políticas sociais, por isso mesmo as cotas no CAp não vem acompanhadas de ampliação também do número de vagas, muito menos de

acesso a fardamento gratuito até mesmo o próprio sistema de cotas acaba sendo limitante ao não abarcar a questão de racial, étnica e Pessoas com Deficiência (PCD)<sup>2</sup>.

Nesse tópico vimos, como se desenvolve a efetivação das políticas sociais sob a égide do capitalismo atual, também pudemos apreender sua formulação a partir das particularidades da formação social do Brasil. É necessário ter em mente que para analisarmos os avanços das políticas educacionais, tais como a obrigatoriedade do Ensino Infantil, a alimentação escolar, livros didáticos gratuitos, ao longo dos pouco mais de quarenta anos da reativação das instituições democráticas, não podemos adotar uma perspectiva unilateral. A teoria marxista nos mostra que esses processos são circunscritos sob relações antagônicas que tanto envolvem as aspirações dos trabalhadores em ter acesso a direitos, como a educação, assim como se dão sob a ação das classes dominantes para subordinar o atendimento de tais direitos aos interesses do capital.

## **2.2 Reflexões Sobre o Papel do CAp no Dualismo Educacional Brasileiro**

Entender a educação enquanto parte integrante da vida social é relacioná-la com o trabalho (CFESS, 2013), entendido enquanto categoria fundante do ser social. O que nos distingue dos animais não humanos e sob qual produzimos bens materiais necessários para o desenvolvimento e a própria existência humana, tendo em mente que ao mesmo tempo em que transforma a natureza o homem é transformado, produzindo assim, uma teia de relações sociais. Por isso, o trabalho está na primazia para entender os desdobramentos da sociedade capitalista, e igualmente, a educação enquanto componente indispensável à vida social mantém com o trabalho uma relação de dependência ontológica, mas de também de autonomia, de mútuas determinações (CFESS, 2013, p. 17). Possuindo entre a educação e a categoria trabalho uma relação ontológica, pois enquanto fruto do processo de transformação social do homem, a educação passa a ser imprescindível na apropriação do conhecimento e aquilo que é produzido pelo ser social (SILVA, 2018, p. 2 ).

Vale ressaltar que a educação se apresenta na sociedade capitalista como mais uma etapa de absorção de uma sociabilidade alienante e tecnicista para os trabalhadores. Assim, as políticas educacionais e o próprio Serviço Social inserem-se no bojo de “requisições postas

---

<sup>2</sup> A pesquisa tem como delimitador temporal os anos de 2017 a 2019, neste período não haviam ainda cotas para PCD, que se modifica apenas no ano de 2022 com o primeiro ingresso de alunos com deficiência a partir da reserva de vagas

pelas classes dominantes para a formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora” (CFESS, 2013, p. 16). Acompanhado da necessidade do capital de uma maior qualificação dos trabalhadores na divisão social e técnica do trabalho, acaba por “separar os diferentes trabalhos, em consequência também o trabalho mental e o manual” (FRIGOTTO, 2010, p. 168).

A divisão do trabalho, portanto, aliena o homem, já que o trabalho passa a ser reconhecido como um ser estranho a ele, “não conhece nem o início nem o seu fim” (ENGELS; MARX, 1992, p. 18). O homem não se reconhece no resultado daquilo que foi produzido, muitas vezes nem se sabe o produto final, da mesma forma não reconhece o trabalho enquanto atividade vital do ser, mas um meio para suprir suas necessidades subsistência; o fim último do trabalho no capitalismo passa ser a obtenção do salário para o trabalhador.

Um maior desenvolvimento das forças produtivas dentro de uma sociedade de classes como é a capitalista vai requerer dos trabalhadores um maior domínio técnico da maquinaria e dos processos burocráticos sob a qual a formação desta sociedade passa a ser regida. A educação passa a ser requerida pela ordem burguesa, já que os trabalhadores sem acesso ao conhecimento não conseguem operar minimamente o maquinário, mas tal processo não se dá de forma unilateral. Os próprios trabalhadores passam a requerer acesso a espaços escolarizados, que serão dados a partir da ótica burguesa. Mészáros (2008, p. 35) em seus escritos deixa clara a concepção de educação na ordem burguesa ao dizer que:

A educação institucionalizada serviu ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão no sistema capitalista, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade [...].

O processo de escolarização se estende à classe subalterna mas não significa que a partir desse momento, burgueses e trabalhadores começaram a receber a mesma educação (PORTO, 2015, p. 457). Muito longe disso, o que se constrói é uma separação entre a formação burguesa, voltada para o ensino livresco e desinteressado e a formação proletária com ênfase na prática e aprendizagem profissional (PORTO, 2015, p. 458). Uma divisão entre uma formação mais intelectual e outra pensada para formação de meros executores, uma estrutura dualista que discrimina que tipo de educação as diferentes classes terão acesso.

A escola, daquela estrutura reservada aos jovens das classes privilegiadas, converteu-se cada vez mais numa escola aberta também aos jovens das classes

subalternas. [...] Mas a antiga discriminação de classe continua a manifestar-se mais ou menos acentuada nos vários países, com duas linhas de fratura: uma, “horizontal” entre os que deixam precocemente as estruturas escolares para ingressar nas estruturas de trabalho, e os que naquelas permanecem ulteriormente para adquirir a ciência; a outra, “vertical”, entre os que estudam na escola desinteressada da cultura, e os que estudam na escola profissional da técnica. (MANACORDA, 2010, p. 138)

A dicotomia entre trabalho manual e intelectual se transpõe ao espaço escolar ao definir o papel de cada indivíduo no processo produtivo, ciente também que não serão todos que vão ser absorvidos no mercado de trabalho formal, a ideia de uma empregabilidade total dos trabalhadores não se realiza no capitalismo, a própria diferenciação como se dão as escolas nos aponta para isso; a falta de um maior investimentos nas escolas públicas e as contrarreformas que ano a ano aprofundam ainda mais o direcionamento da educação para os interesses da classe dominante.

Não é por acaso as constantes diferenciações do ensino público e privado no nosso país que reforçam esse dualismo que aparentam apresentar novas contradições no cenário capitalista vigente. Em que as escolas privadas direcionadas para formar a elite brasileira para tomar a frente dos cargos de direção e a escolas públicas precarizadas ou inclinadas para formação tecnicista profissionalizante inserindo a classe trabalhadora no mercado de trabalho formal. Autores como Baudelot e Establet criticavam a perspectiva que defendiam a escola enquanto um unidade e ressaltaram a permanência de duas escolas a chamada secundária superior referente ao segundo ciclo e a formação bacharelesca de formação intelectual e a rede primária profissional referente aos estudos primários de aulas práticas e de formação profissional e manual.

O que não se pode perder de vista é a dualidade entre uma formação voltada para um ensino profissionalizante e outro para uma formação propedêutica. Esta última, entendida enquanto um tipo de ensino que visa preparar o aluno para o ingresso no ensino superior, aprofundando seus conhecimentos sobre os mais diversos assuntos e áreas, desde o ensino fundamental, para que desta forma, o estudante possa estar preparado para ingressar no curso de graduação de sua escolha.

No Brasil, o dualismo ganha novas roupagens na medida que se inserem a criação dos colégios de aplicação (CAps) e o CAp da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pois sua origem, está intimamente ligada ao movimento escolanovista que se propunha a pensar os

novos rumos da educação no Brasil enquanto direito e não como privilégio de uma elite. Tais rebatimentos não serão suficientes para impedir que o CAP-UFPE seja direcionado para as classes médias e média alta da sociedade recifense, dada a qualidade e garantia de entrada no ensino superior, não combateu-se o dualismo mas o reiterou ao longo dos seus sessenta quatro anos de existência.

Ainda no próprio período ditatorial, alimentam esses processos visto que haverá um maior aprofundamento da coexistência entre setores públicos e privados no contexto escolar. Na constituição promulgada em 1967 teremos um fortalecimento do ensino privado por parte do Estado inclusive na concessão de bolsas de estudo para alunos pobres. A aliança entre MEC e Usaid reafirma a influência estadunidense no nosso país, mas também no sistema educacional, resultando na Lei nº 5.692/71 de reforma do ensino de 1ª e 2ª grau. As mudanças realizadas a partir dessa lei precarizou ainda mais o ensino público e rebaixou o professor a um executor de ordens do governo, também houve a implementação do ensino profissionalizante, que “impulsionou a demarcação dual entre formação para o trabalho e formação propedêutica” (SANTOS; SILVA, 2020, p. 48).

Já que tal ação buscava aliviar a demanda existente para o acesso às universidades públicas dado o contexto de reforma universitária e democratização do ensino, pautas levantadas pelo movimentos estudantis e que foram refuncionalizados no Estado autocrático, dessa forma, a profissionalização “[...] significa que estudantes de ensino médio podem e devem sair da escola e ingressar diretamente no mercado de trabalho [...] deixariam assim de exercer pressão nas universidades, reservando as vagas aí disponíveis para uma minoria (que casualmente coincidiria com a classe alta e média alta)” (FREITAG, 2007, p. 162).

Como pode ser visto a configuração dualista do sistema educacional brasileiro não é nova, e não se rompe com o processo de redemocratização. Contudo, essa diferenciação pode se apresentar muito simplória, visto a complexidade do sistema educacional brasileiro. Partirmos da perspectiva da existência de um “novo dualismo” que se apresenta também no ensino público, uma seletividade interna que diferencia a qualidade do ensino e o público a qual se destina essas escolas. A criação de ilhas de excelência escolar a nível público ratifica a configuração de políticas sociais discriminatórias e seletivas, a exemplo do nosso contexto regional pernambucano temos a partir da Lei Estadual Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008 teremos a criação das Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) e alguns anos à frente com a decreto 37.773 de 2012 sob o qual se dispõe da criação de Escolas Técnicas de

Educação Profissional (ETE) que promovem a formação profissional para alunos concluintes e ingressantes no ensino médio que buscam unir ensino com a formação profissional.

Porém iremos nos ater ao nosso objeto de análise, entendendo como o CAP-UFPE se insere no dualismo educacional público expressando assim o processo de desigualdade no acesso a espaços escolares de qualidade para a maior parte da população marcada pelo pauperismo produzido pelo capitalismo. Que fundamentada na divisão social do trabalho divide os que controlam o processo produtivo e os que executam, para tal é necessário uma diferenciação também ensino escolar, tendo o ensino médio brasileiro a primazia desta diferenciação, por isso mesmo as escolas técnicas pernambucanas são direcionadas para alunos do ensino médio e busca estimular a inserção direta destes sujeitos ao mercado de trabalho.

Embora inserido dentro do sistema público de ensino, o CAP-UFPE, expressa as “novas faces” do dualismo brasileiro, ao ser uma escola que volta-se para uma formação propedêutica e perpetua a historicidade sob a qual o foram destinados o público para essas escolas. Mesmo sendo pública, não assume as defasagens educacionais que comumente são acompanhadas as escolas da rede estadual e municipal de ensino, muito pelo contrário, o que temos são índices muito acima da média, a saber temos a metas do IDEB de que o Brasil atingisse até 2021 os respectivos índices para o ensino fundamental: 6,0 para os anos iniciais e 5,5 para os anos finais. Os CAPs das universidades federais obtiveram em 2011 um índice superior à média nacional, que foi de 5,2 para as séries iniciais do fundamental e 4,1 para as séries finais do mesmo nível (LIMA, 2015 apud SILVA, 2016, p. 58).

No próprio Projeto Político e Pedagógico (PPP) tal elemento é exaltado, ao dizer que o CAP-UFPE é uma colégio de referência com profissionais qualificados academicamente e comprometidos com seu trabalho formativo com boas condições de trabalho e ensino de qualidade, realidade não encontrada na maiorias das escolas públicas brasileiras (2016, p. 117). Outro fator que vale ser apontado, é que por estar inserido dentro do espaço universitário o Colégio de Aplicação também expressa os processos de exclusão presentes no ensino superior. Fazendo um paralelo com o que é dito por Florestan Fernandes, a universidade, e para nós, o próprio colégio de aplicação é visto como uma “miniatura da sociedade global: uma escola altamente hierarquizada, rígida e exclusivista, em que transformava o saber em símbolo de distância social” (FERNANDES, 1975, p. 52) se modificando apenas com a ampliação do acesso com a Lei das Cotas em 2012.

Esses atributos atraíram para a escola um público com um perfil notadamente de classe média e classe média alta, que buscavam perpetuar nos seus filhos a cultura letrada e uma preparação para o ensino superior. Outro agravante neste cenário excludente é o processo seletivo baseado em provas de múltipla escolha de português, matemática e produção textual de redação<sup>3</sup>, a ausência do conhecimento sobre a escola por parte das classes mais pobres, apartaram alunos oriundos de escola pública deste espaço. Deste modo, ao longo dos seus mais de sessenta anos de existência o Colégio de Aplicação passou a ser uma escola que servia às camadas médias da sociedade recifense. Tal constatação é apreendida a partir do levantamento do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Discentes do Colégio de Aplicação da UFPE realizado durante o período de matrícula de 2012 a 2014 em que abarca um universo de 420 alunos, sendo 240 do Ensino Fundamental, 5º ao 9º ano, e 180 do Ensino Médio, 1ª a 3ª série, foram realizadas entrevistas com 145 estudantes. Alguns resultados da pesquisa são mostrados na tabela abaixo:

Tabela 1: **Origem Escolar dos Alunos CAP-UFPE**

| TIPO DE ESCOLA                | QUANTIDADE | PERCENTUAL  |
|-------------------------------|------------|-------------|
| Pública                       | 0          | ---         |
| Particular                    | 144        | 99,3%       |
| Outro* - Particular com bolsa | 1          | 0,68%       |
| <b>Total</b>                  | <b>145</b> | <b>100%</b> |

Tabela 25: **Alunos que Frequentaram Curso Preparatório**

| FREQUENCIA    | QUANTIDADE | PERCENTUAL  |
|---------------|------------|-------------|
| Sim           | 107        | 73,7%       |
| Não           | 28         | 19,3%       |
| Não respondeu | 10         | 6,89%       |
| <b>Total</b>  | <b>145</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Projeto Pedagógico CAP-UFPE, 2016, p. 119.

A partir dos dados levantados acima, fica perceptível a discrepância no acesso dos alunos de camadas mais pobres no colégio, já que conforme demonstra a tabela, no período amostral que vai do ano 2012 a 2014, não teremos nenhuma inserção de alunos oriundos da rede municipal de ensino. Em contraponto, majoritariamente os alunos que acessam o espaço do CAP advinham de instituições privadas, para mais nota-se um investimento financeiro em cursos preparatórios, os chamados “vestibulinhos” em mais de 70% dos alunos que integram o corpo escolar, já que para ingressar, necessitam realizar um prova classificatória, e alcançar

<sup>3</sup> Em decorrência da pandemia da COVID-19 e a necessidade de isolamento social, o CAP vem adotando como critério de seleção o sorteio público, no seu vestibular para ingresso em 2021 e 2022. Ainda não há definição se esse será o novo critério oficial adotado pela instituição.

uma boa classificação. O próprio colégio reafirma os valores excludentes e de caracterização de um ensino voltado para as classes média e média alta.

Diante do exposto, fica claro que a nossa *clientela* é composta por alunos de classe média ou média alta, com grande parte advinda de escolas particulares e também que a maioria faz curso preparatório para ingressar no CAP. A maioria dos pais tem curso superior, muitos são funcionários públicos ou trabalham em funções de alto nível em empresas particulares, ou ainda são profissionais liberais. Além disso, possuem boa infraestrutura para um bom desenvolvimento escolar com espaço definido para estudos em suas casas e também apoio da família no que se refere ao auxílio nos estudos (COLÉGIO DE APLICAÇÃO UFPE, 2016, p. 123, grifos nossos).

Destaque para termo clientela quando se falado o público a qual se destina o ensino no colégio, que embora exalte seu valor enquanto escola pública, ao usar termos como “clientela” se mostra enquanto um balcão de bons serviços oferecidos às famílias das classes médias que migram para colégio de aplicação na expectativa que seus filhos possam ingressar no ensino superior, uma vez que no ano de 2015, 95% dos alunos foram aprovados no Exame Nacional Ensino Médio (ENEM) dos quais 85% ingressaram em instituições de ensino superior público (COLÉGIO DE APLICAÇÃO UFPE, 2016, p. 12). O que se reforça a diferenciação posta na base da sociedade.

Diante do exposto, é necessário ter em mente, que o colégio de aplicação da UFPE se insere no bojo dualismo escolar. Este formado a partir dos moldes capitalistas, destinou as classes subalternas uma educação alienante, de má qualidade e fragmentada. Muito embora, o CAp-UFPE se apresenta enquanto uma escola pública, seus índices de desenvolvimento apontam para um lugar contrário da maior das escolas municipais e estaduais do Brasil, sua orientação para o ensino propedêutico a um público específico, indicam a existência de um dualismo dentro do sistema educacional público que efetiva o seu sucesso escolar graças ao seu diferencial de ensino, mas sem levar em conta as especificidades sociais, culturais e econômicas que propiciam tal excelência.

### **3. COLÉGIO DE APLICAÇÃO UFPE: O ACESSO A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A AE COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES**

Neste capítulo, já na primeira sessão apresentaremos a evolução histórica da política de educação no Brasil e a dificuldade dos filhos da classe trabalhadora em se manter dentro do espaço escolar. Diante de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais e a ausência do Estado em garantir o acesso a bens fundamentais, que irão influir diretamente na permanência das crianças e adolescentes na escola. Ainda vai ser possível identificar que a convivência entre ensino público e privado não é um debate novo no Brasil mas que se estende ao longo do processo de reinvidação por melhores condições de ensino no país.

Na segunda sessão iremos nos dispor sobre a história dos Colégios de Aplicação Federais e mais especificamente o CAP-UFPE, compreendendo seus fundamentos e suas criação. Esta, muito alinhada com os pressupostos da movimento Escola Nova que buscava o fortalecimento da escola pública e de um ensino de qualidade em que o aluno pudesse ser o protagonista do processo de ensino e aprendizagem. Igualmente, discutiremos sobre o desenvolvimento da assistência estudantil e como ela se dá na UFPE. Realizamos este panorama por entendermos que ações afirmativas implementadas na UFPE e juntamente a política de assistência estudantil foram primordias para impulsionar as ações de democratização a alunos de novos segmentos sociais no CAP-UFPE.

### 3.1 Educação Escolar no Brasil e o Desafio da Permanência

Antes de iniciarmos a discussão do desenvolvimento histórico da educação escolar no Brasil, é importante ressaltar que a institucionalização da educação da classe subalterna também é acompanhada de outras demandas que aparentemente fogem do debate relacionado à estrutura educacional. Evasão escolar, retenção, analfabetismo, entre outros aspectos são atravessados pelas condições em que vivem não só os estudantes, mas também suas famílias. Por isso mesmo veremos que ao longo da história da educação os enfrentamentos do Estado relacionados com a permanência e a conclusão do ciclo escolar dos estudantes estão intimamente ligados às ações, que aqui entendemos como assistência ao estudante, de acesso à alimentação, ao transporte, ao fardamento ou até mesmo aliando aos programas de transferência de renda.

Isso tudo para falarmos que as ações de assistência estudantil escolar que ocorrem no Colégio de Aplicação da UFPE se juntam a outros elementos importantíssimos para permanência dos estudantes mas que se encontram no âmbito do direito e não deixam de serem pontos de relevância quando se trata do debate de acesso e permanência dos alunos de camadas mais pauperizadas em se manterem no espaço escolar.

A institucionalização da educação no Brasil passa a ser objeto de intervenção regular e sistemática do Estado a partir do momento em que o mesmo passa a intervir sobre as expressões da questão social por meio das políticas sociais, a partir dos anos 1930, com o Governo de Getúlio Vargas, o processo de industrialização irá requerer uma educação escolarizada, ou seja, uma preparação para o mercado de trabalho que implica a apropriação da leitura e da escrita enquanto instrumento de integração social.

Por isso, “o problema do analfabetismo, da evasão escolar, repetência, além dos profundos problemas relacionados às condições de vida dos alunos, irão se configurar como uma demanda institucional” (BARBOSA, 2012, p. 87). Apesar da urgência ditada pelas necessidades econômicas de expansão da industrialização, o atendimento dessas demandas se dá a passos lentos. Tal descompasso fomentou a criação do “Movimento dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, como discutido no capítulo anterior, buscava a expansão da educação pública, laica, que rompesse com os ideais da educação tradicional, além de valorizar os saberes e experiências dos alunos.

Ainda no governo provisório de Vargas (1930-1934), é criado o Ministério da Educação e Saúde, cujo ministro era Francisco Campos. Neste período houve a “preocupação em discutir elementos como: uniforme escolar, a institucionalização de padrões nacionais, a diversidade cultural e desigualdade social (BARBOSA, 2012, p. 89), tais aspectos estiveram presentes na nova constituição de 1934 ainda sob o governo varguista. Vejamos alguns pontos importantes do Capítulo II referentes à educação:

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

a) ensino primário integral gratuito e de freqüência obrigatória extensivo aos adultos;

b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;

(...)

Art. 153 - O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (BRASIL, 1934).

A constituição mescla, portanto, algumas reivindicações do movimento escolanovista com os da Igreja Católica, responsável por promover uma educação tradicionalista no país. Fixou a educação enquanto um direito de todos e de responsabilidade do Estado e da família, dando resposta aos setores da classe média e elite brasileira que requerem a presença do ensino privado para poder educar seus filhos, dessa forma a família iria decidir em que colégio matricular sua criança ou jovem. Outro elemento abordado na Constituição refere-se ao ensino primário ofertado de forma integral gratuita, mas confluindo com a existência do ensino religioso e privado que se fará presente ao longo do debate sobre direito à educação.

No artigo 156, aborda a questão do financiamento da educação se dando nunca menos de dez por cento, e os estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. A União, Estados e o Distrito Federal passaram a ter obrigatoriedade de reservar parte dos seus patrimônios territoriais para a formação de fundos para educação, estes passam a ser aplicados em auxílios para alunos necessitados, através de fornecimento gratuito de material escolar,

bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (BRASIL, 1934). Fatores vistos como importantes para o combate da evasão escolar daquele período.

Concordamos com Barbosa (2012, p. 90) ao afirmar que “apesar de pouco do que foi proposto pelo manifesto haver sido posto em prática o documento deixou mudanças para educação brasileira naquele momento na constituição de 1934”. A autora ainda destaca que a curta duração da constituição de 34, apenas três anos, não foram suficientes para sanar ou amenizar os altos índices de analfabetismo, reprovação e evasão que circundam as escolas públicas no Brasil. Além da dificuldade manter as crianças no convívio escolar, desafiador também era fazer com que as mesmas concluíssem o ciclo, visto o elevado pauperismo em que muitas famílias vivenciavam dificultavam também permanência de muitas crianças e jovens brasileiros no espaço escolar, principalmente para as crianças mais pobres, ou seja o tema da evasão escolar era presente ao longo dos anos 1930, pois a expansão no ensino não significou uma efetiva permanência e conclusão dos alunos no âmbito escolar.

Andando um pouco mais na história brasileira, o governo de Juscelino Kubitschek (JK) com seu modelo político nacional desenvolvimentista mergulha na industrialização e uma maior abertura para entrada de capital estrangeiro no país. Ao que se refere à educação, a saída encontrada para conter a elevada retenção se deu por meio da “promoção automática” e pela educação profissionalizante para os estudantes de grau médio. Freitas e Biccás (2009, p. 194) abordam as problemáticas que a repetência trazia para o governo: a) a limitação e o atraso significativo no acesso de novos alunos; b) o aumento contínuo da evasão; c) o aumento da despesa financeira com o ensino; e) uma distorção permanente entre idade e série.

É ainda no governo de JK que será implementada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo com objetivo de “ensinar métodos e processo de nível cultural da nossa população e, portanto, também de erradicação do analfabetismo (...)” (AMMANN, 1991, p. 62 apud BARBOSA, 2012, p. 100). Temos ainda a criação da Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), que substitui a antiga Campanha de Merenda Escolar criada pelo então Presidente Café Filho (1954-1955) a partir de acordos internacionais com os Estados Unidos, que buscavam novos mercados de influência para expandir seus produtos agroindustrializados. Então, a CNME passa a ser vinculada ao MEC enquanto parte integrante da política de educação, o que Juscelino fez foi centralizar e racionalizar os alimentos destinados à alimentação dos estudantes, ampliada pelo menos na sua primeira fase, para

vários estados do país, chegando a financiar o programa a partir de recursos da União, Estados, Municípios e até mesmo por meio de doações (MELO, 2021, s.p).

Já na década de 1960, com o governo João Goulart, é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também houve a execução do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e, por fim, o Plano Nacional da Educação (PNE) em 1962. Tais avanços foram regados pelo momento político da época marcado por uma forte efervescência política que almejam melhorias para sociedade e para educação reivindicando reformas de base que caminhasse para uma sociedade menos desigual e uma economia mais autônoma em relação ao capital estrangeiro. Tais processos, são interrompidos com o golpe militar de 1964 que, muito embora apresente respostas às demandas dos trabalhadores, estas se dão pela busca de legitimidade do Estado e despolitização da massa trabalhadora. Dessa forma, 1967 é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), ferramenta do governo militar de combate ao analfabetismo. Além do MOBRAL teremos outras ações importantes do governo para expansão e combate à evasão e analfabetismo, contudo, como abordamos em capítulos anteriores, as reformas feitas pelos militares na área educacional se deram alinhadas com acordos internacionais como foi o caso do MEC/USAID.

Muitas políticas de assistência ao estudante passam a ser implementada, algumas delas destacado por Barbosa (2012, p. 105) e cabe aqui citá-las,

[...] pós-1968 a Assistência ao Estudante é implementada por diferentes órgãos do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Saúde, destacando-se: a Fundação de Material Escolar – FENAME, que incluía o Programa de Livro Didático; o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, de 1972, e o Instituto Nacional de Assistência ao Estudante – INAE, de 1981, fundado a partir da Campanha Nacional de Alimentação Escolar – CNAE.

Como explicitado por Pimentel (apud BARBOSA, 2012, p. 28) as políticas de assistência ao estudante eram vistas como um apêndice das escolas do governo. A própria LDB quando reformulada inclui aspectos referentes à assistência aos estudantes tanto na sua alimentação, mas também medicação, vestuário etc. Ainda sobre esses aspectos a mesma autora ressalta,

Os serviços destinados à assistência ao estudante estavam direcionados para atender às dificuldades da população “carente” de acesso e permanência na escola, visto que o analfabetismo se colocava como um grave problema educacional. Entretanto, essa assistência no âmbito educacional respondia, fundamentalmente, às necessidades do desenvolvimento do país, isto é, visava proporcionar condições sociais e nutricionais para os indivíduos se manterem na escola. Assim, combatendo o analfabetismo, a evasão e a repetência, formava quadros de indivíduos aptos para o mercado de trabalho (BARBOSA, 2012, p. 105).

Das variadas políticas implementadas destacamos a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), o novo nome para CNME já discutida no governo de JK, que passa a oferecer almoço escolar para alunos do ensino secundário, pré-escolares e cursos supletivos. Isso foi visto como ponto de oportunidade para as empresas brasileiras fazerem *lobby* diante do governo federal para oferecerem alimentos, mostrando bem como que o capital refuncionaliza essas demandas e como isso é criada a Associação Brasileira de Alimentação Escolar (ABAE) e a Associação Brasileira de Indústrias de Alimentação (ABIA) (MELO, 2021, s.p).

Vale lembrar que a ditadura teve em seu plano econômico o achatamento dos salários dos trabalhadores e aumento da lucratividade para as grandes empresas, com o dito milagre econômico o bolo cresceu mas não houve redistribuição dele. Tudo isso, reflete no acesso a bens essenciais ao trabalhador e seus filhos, que é o caso da alimentação.

Por isso mesmo, os programas de merenda escolar tornam-se importantes não só para manter o aluno na escola, mas também como principais meios dos estudantes terem sua alimentação garantida. Contudo os programas de merenda eram atravessados por interesses de grandes empresas alimentícias, que implementou um verdadeiro cartel como foi o caso de “quatro empresas que juntas somavam mais de 70% das aquisições de alimentos. São elas: as nacionais Nutrimental (da barrinha de cereal Nutry), Pratika e Liotécnica, e a holandesa Nutricia, pioneira no mercado de fórmulas infantis que hoje faz parte do grupo Danone” (MELO, 2021, s.p).

Já próximo do fim do período ditatorial, com o Governo de Figueiredo (1979-1985), a assistência ao estudante se torna política pública tendo um maior aplicação no que se refere à criação de programas voltados ao apoio ao ensino,

[...] como parte integrante da Política de Assistência ao Estudante, foram instituídos os seguintes programas de corte assistencial: o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, o Programa de Sala de Leitura, o Programa Nacional de Material Escolar – PNME, o Programa de Vendas Institucionais, o Programa Saúde do Escolar, o Programa de Concessão de Bolsas de Trabalho de 2º grau, o Programa Concessão de Bolsas de Estudo de 1º e 2º graus. Paralelamente, criou o Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro – IRHJP – como unidade integrante da estrutura da FAE para desenvolver a capacitação de recursos humanos nas diversas áreas (PIMENTEL 1998, p. 29 apud BARBOSA, 2012, p. 108).

É perceptível que a assistência dada ao estudante está muito ligada às condições de vida desfavoráveis das suas famílias, o desemprego e a crise em que vivenciava o país com o

fim do “milagre econômico” tem-se um aumento significativo das desigualdades sociais em que reflete significativamente no processo de escolarização. Vale ressaltar que os programas implementados não dão conta das mazelas sociais enfrentadas pela maior parte da população, já que a escola em si, não tem condições de abarcar múltiplas facetas da questão social, em que constantemente se apresentam. Pois a pobreza vivida pelos alunos e seus familiares englobam uma série de demandas decorrentes do pauperismo que vivenciam, e que vão além das limitações da escola. Ainda é importante não perder de vista que durante o período militar não se incentivou a promoção da escola pública universal, ou de uma melhoria qualitativa no seu processo de ensino e aprendizagem que pudessem incentivar a emancipação e criticidade da população, a atuação do governo era de diálogo com classe dominante e repressão à população tais efeitos foram sentidos no sistema educacional.

Com o aprofundamento da crise econômica, temos um período marcado por uma forte efervescência dos movimentos sociais, que pressionam para uma retomada democrática. Os debates que circundavam para elaboração da nova constituinte foram atravessadas por interesses distintos; de uma lado os setores da sociedade civil que almejavam a implementação de um Estado interventor que se expressasse por meio de políticas sociais universais e redistributivas e de outro setores das elites brasileiras que buscavam defender seus próprios interesses e do capital financeiro. Diante disso, a educação não ficou de fora, sendo posta em destaque pelos movimentos sociais que reivindicavam uma “organização educacional que pudessem reverter o quadro de evasão e repetência escolar e que garantisse acesso à escola gratuita, de qualidade e estatal” (BARBOSA, 2012, p. 118).

A constituição de 1988 é instaurada com ganhos significativos para educação pública, dentre eles podemos destacar a inserção da educação no rol dos direitos sociais, juntamente com a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, e a previdência social. No artigo 205, a educação é entendida enquanto direito de todos e dever do Estado e da família, com colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento do indivíduo, no artigo 206, aborda a gratuidade do ensino público e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, no artigo 208 a obrigatoriedade do Estado com a educação básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Ainda sobre as conquistas referentes a este período temos a promulgação da Lei Nº 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vista como uma conquista expressiva à proteção integral à criança e ao adolescente, tendo ao decorrer dos seus artigos referências sobre a importância da educação enquanto direito fundamental a criança e dever da família, Estado, sociedade e poder público em assegurar este acesso. Destacamos o Capítulo IV, Art. 53 ao expor que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Prosseguindo, temos em 1996, a “nova” LDB a partir da Lei nº 9.394/1996, ponto central para discussões que nortearam a estruturação e funcionamento da educação. Surgindo em um contexto adverso, como já bem abordado, expressa as novas faces da educação brasileira, por ser concretizar “esvaziada de conteúdos democráticos, possibilitando o Estado modificar sua estrutura de acordo com interesses do capital regido pelo neoliberalismo” (BARBOSA, 2012, p. 121).

No mesmo ano tem-se a criação do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), “que visava acabar com as distorções de responsabilidade pela educação fundamental entre os Estados. Para tanto, 15% das receitas fiscais, de transferência entre Estado e Município, deveriam ser exclusivas para o ensino fundamental (1ª a 8ª série) [...]” (BARBOSA, 2012, p. 123). Contribuindo com a municipalização do ensino fundamental, assim os governos municipais passam concomitantemente a assumirem o ensino fundamental da educação básica, mas sem o preparo necessário para tal. Ainda em 1998 é aprovado o projeto de Lei nº 4.155 que aprova o Plano Nacional da Educação (PNE) buscando a elevação do nível de escolaridade, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e

regionais no tocante ao acesso e à permanência, a democratização da gestão do ensino público (BARBOSA, 2012, p. 124).

A descentralização do ensino público, fragmentando a responsabilidade do ensino fundamental aos municípios e médio aos estados, os programas de assistência ao estudante passam a ser implementados pelo MEC e articulados com outras frentes das políticas sociais (BARBOSA, 2012, p. 127). Em 2001 sob o governo FHC é criado o Bolsa-Escola, voltado para crianças em condição de vulnerabilidade social com idade entre seis e quinze anos, devidamente matriculadas e com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento. Em 2003 o Bolsa-Escola é substituído pelo programa de transferência Bolsa Família, que acaba assumindo o papel de assistência ao estudante e sua família, o programa também fez uso da frequência escolar como condicionante de acesso ao benefício.

No mesmo ano o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) é ampliado disponibilizando obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa. De maneira sistemática, regular e gratuita às escolas públicas de educação básica: as redes federal, estaduais, municipais e distrital. Também foram contempladas às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público. Assim como houve a consolidação e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passa a atender crianças matriculadas nas creches públicas e filantrópicas, antes excluídas do benefício (PORTAL MEC, s.p).

Caminhando para o final deste panorama histórico das ações que contribuirão para a assistência ao estudante no país, em 2004 é instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) embasado na Lei nº 10.880, de 9 de julho de 2004, que objetivava oferecer transporte escolar gratuito para alunos da educação infantil moradores de área rural por meio de assistência financeira para compra de transporte, manutenção de peças, gasolina etc.

Em Pernambuco, mais recentemente, tivemos a promulgação da Lei 15. 554 de julho de 2015, o chamado Passe Livre, que garante a gratuidade na utilização do transporte escolar por meio de um cartão de passagem, carregado mensalmente para os estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino. Abarcando alunos do ensino fundamental, médio e técnico que estejam regularmente matriculados e com frequência comprovada em instituições públicas da

rede pública estadual de ensino e aos alunos cotistas da Universidade de Pernambuco - UPE (PERNAMBUCO, 2015). Tal benefício deixa de fora os alunos do colégio de aplicação - UFPE que não têm direito ao passe livre por serem de uma instituição federal, a focalização das verbas à nível estadual e municipal não abre margem para o acesso aos estudantes do CAp, nem mesmo os cotistas outro benefício como fardamento escolar também é excluído do rol dos direitos para esses estudantes.

Como foi possível perceber, houve um longo caminho para o reconhecimento da educação pública no Brasil. Para mais, não pode ser deixado de lado, que a inserção dos camadas mais pauperizadas da sociedade nas escolas públicas irão requerer políticas voltadas para permanências destes estudantes no espaço escolar, por meio de ações que visam subsidiar não só o acesso, mas a permanência. Requerendo várias frentes de intervenção sejam elas de cunho mais social ou pedagógico. Por fim, reiteramos a importância dessas ações, para a permanência dos estudantes em sala de aula, mas ao mesmo tempo também expressa as fragilidades salariais da classe trabalhadora.

### **3.2 Origem dos Colégios de Aplicação do Brasil e do CAp-UFPE**

Os colégios de aplicação no Brasil surgem alinhados com o movimento da Escola Nova que tem sua origem no pragmatismo do teórico norte-americano John Dewey no final do século XIX. Alçava a valorização das experiências do indivíduo enquanto elemento importante em sala de aula, tinham como foco o aluno, sua atividade e capacidade de interação no processo de aprendizagem (BENITES, 2006, p. 33). A ideia era que a escola nova se relacionasse com a vida e as experiências pessoais dos alunos, que seriam levados a entender e trabalhar conteúdos de uma forma crítica, em um ambiente cada vez mais aberto e onde a individualidade e a voz de cada um pudessem ser ouvidas de uma forma diferente (BENITES, 2006, p. 33).

Tal movimento defendido pelo teórico buscava ir de encontro ao processo tradicional de ensino em que o professor repassa os conhecimentos para o alunato, que o recebe de forma passiva em aulas expositivas e leituras repetitivas. No ideário escolanovista a intenção é que a criança possa protagonizar o processo de ensino e aprendizagem ocupando o centro do processo educativo, é um sujeito ativo mas enquanto criança possui especificidades que precisam ser estimuladas a curiosidade e espontaneidade, além da busca pela superação do

dualismo escolar, que como já foi visto no capítulo anterior, foi e ainda é muito presente na história da educação brasileira, destinando as camadas mais pobres um ensino precário e ou profissionalizante e aos mais abastados uma educação preparatória para seu ingresso no ensino superior.

O escolanovismo, chega com força no nosso país na primeira metade do século XX, e tem como expressão maior o chamado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” tendo como protagonista nomes como Anísio de Teixeira e Lourenço Filho, havendo grande relevância para o cenário pedagógico brasileiro por apresentar uma “tomada de consciência da defasagem existente entre educação e as exigências do desenvolvimento” (ARANHA, 2006, p. 228) indo de encontro aos preceitos católicos que ainda detinham o monopólio da educação tradicional e elitista na década de 1930.

O “movimento renovador” como ficou conhecido, passa a ter influência no cenário educacional brasileiro buscando reformas e modificações no sistema educacional de tal forma, que em 1931 veremos a Reforma Francisco Campos, que além de implementar mudanças para o ensino básico e superior irá favorecer a criação dos colégios de aplicação. Vale ressaltar que o contexto político e econômico da época contribuíram para essas modificações no campo educacional, graças a entrada do país no processo de industrialização e modernização do Estado que requereu uma maior capacitação da força de trabalho.

É situado nesse processo de reformas que se deu o Decreto Nº 19.850 de 11 de abril de 1931 que autoriza a criação dos colégios de aplicação nas universidades públicas de todo o país absorvidos pelos pressupostos escolanovista. Dessa forma, em 1940 com a criação das Faculdades de Filosofia (FAFIs) irão requerer uma espaço voltado para prática de experimentação docente por parte dos graduandos dando abertura para a validação de mais um Decreto Nº 9.053 de 1946 dando a obrigatoriedade das FAFis em manterem os colégio de aplicação. Inicialmente, as escolas eram chamadas de Ginásio de Aplicação, tendo o nome modificado para Escolas de Aplicação ou Colégio de Aplicação a partir da década de 1970 (BISPO, 2018). Ainda sobre o Decreto, é possível ver no Art 1ª que,

As Faculdades de Filosofia federais, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática (BRASIL, 1946).

O decreto será de grande importância para ampliação dos CAPs, tendo sua maior adesão nas instituições de ensino superior a partir da década de 1950. Ao longo dos anos os

colégios de aplicação ampliam seus objetivos não se limitando apenas uma escola de experimentação pedagógica mas também um “espaço para inovação e melhoria do ensino fundamental e médio a serem disseminados pelos estagiários e professores, buscando a qualidade do ensino” (SILVA, 2016, p. 55). A partir do quadro abaixo, é possível visualizar o quantitativo e ano de criação dos CAPs

**Quadro 1: Relação dos Ginásios de Aplicação e seus respectivos anos de fundação**

| <b>Denominação dos Ginásios de Aplicação</b>                                       | <b>Ano de fundação</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| Ginásio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro                     | 1948                   |
| Ginásio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia                              | 1949                   |
| Ginásio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul                  | 1954                   |
| Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais                       | 1954                   |
| Ginásio de Aplicação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco   | 1958                   |
| Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe                 | 1959                   |
| Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina                     | 1961                   |
| Ginásio de Aplicação da Universidade Federal do Pará                               | 1963                   |
| Ginásio de Aplicação João XXIII da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora | 1965                   |
| Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Goiás                              | 1966                   |

Fonte: Bispo, 2018, p. 51.

Como abordado por Bispo (2018, p. 51) com a promulgação do parecer 262/1962 que passa a desobrigar a existência de escolas de aplicação nas instituições federais de ensino, alegando ser um investimento dispendioso e de difícil manutenção, acaba por fazer um efeito retentivo para criação de novos colégios. Essa isenção dada às universidades, trouxe uma fragilidade representativa que implica, desde então, prejuízos na organicidade e atuação dos CAPs. Atualmente, no Brasil do ano de 2018, num universo de sessenta e três Universidades Federais, somente dezessete delas possuem Colégios de Aplicação (BISPO, 2018, p. 15). O baixo número dos colégios de aplicação contribui para a desmobilização das escolas, para requerer por exemplo um maior financiamento por parte do MEC, aumento do corpo técnico como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos dentre outros.

Imerso neste debate, temos o CAP-UFPE fundado em março de 1958 para funcionar

junto à Faculdade de Filosofia de Pernambuco como um laboratório experimental, atendendo aos acadêmicos das mais diversas licenciaturas. Na década de 1950, era comumente chamado de Ginásio de Aplicação, abarcando séries iniciais do ensino fundamental I (do 6<sup>a</sup> ao 9<sup>a</sup> ano) sendo permitida a entrada apenas de alunos do sexo masculino. Esse cenário só se modifica em 1969, quando o CAp passa por uma série de mudanças, ao abarcar turmas do ensino médio (da 1<sup>a</sup> à 3<sup>o</sup> série), ao adotar o regime misto permitindo a entrada de meninas no seu processo seletivo e por fim, mudando o nome para Colégio de Aplicação como até hoje é conhecido.

Desde sua criação o colégio tem como processo seletivo, para a entrada de novos alunos, a realização de provas admissionais, mantendo esta forma de ingresso até o ano de 2020, quando o CAp muda seu processo seletivo para sorteio público mediante a necessidade de isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19. Ou seja, ao longo da sua história, o colégio manteve formas de ingressos embasadas no mérito, atraindo para o colégio um público muito seletivo da classe média e média alta da região metropolitana do Recife em que os pais conseguem investir financeiramente na preparação dos seus filhos para a realização das provas de português, matemática, e redação. Dando uma característica de escola excludente, por não abarcar uma maior diversidade de alunos oriundos das camadas populares.

Tendo como base o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2016, a instituição tem como missão compreender as questões que rodeiam a instituição, no intuito de refletir e desenvolver uma formação para uma vivência em sociedade. Para tanto, compete à escola a interpretação dos sinais do futuro, compatibilizando-os com as demandas relativas ao ensinar e aprender e ao desenvolvimento das pessoas em suas diversas dimensões, vejamos mediante os objetivos postos no Projeto Político Pedagógico CAp-UFPE (2016).

- a) Promover a formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e Médio;
- b) Servir de campo de experimentação na área do Ensino Fundamental e Médio;
- c) Servir de campo de estágio para as diversas licenciaturas da UFPE e de outras instituições;
- d) Ser um espaço privilegiado para formação continuada de professor da educação básica, realizada pela universidade, articulada com a participação institucional nos programas de apoio à formação de docente (COLÉGIO DE APLICAÇÃO, 2016, p. 42).

A influência da escola nova também está presente, ao expor no seu PPP (2016, p. 14)

que a escola não é somente uma local de apropriação e valores, crenças e conhecimentos e saberes sócio-históricos mas também como lócus da apreensão do presente e de preparação para o futuro.

Em 2013, foi promulgada a portaria do MEC Nº 959 de 23 de setembro, que estabelece diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos colégios de aplicação. No mesmo documento, no artigo 4º apresenta as diretrizes imbuídas aos colégios:

- I - oferecimento de igualdade de condições para o acesso e a permanência de alunos na faixa etária do atendimento;
- II - realização de atendimento educacional gratuito a todos, vedada a cobrança de contribuição ou taxa de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro;
- III - integração das atividades letivas como espaços de prática de docência e estágio curricular dos cursos de licenciatura da Universidade;
- IV - ser o espaço preferencial para a prática da formação de professor realizada na Universidade, articulada com a participação institucional no Programa de Incentivo à Docência - PIBID e nos demais programas de apoio à formação de docentes (BRASIL, 2013, p. 9).

Assim, temos quatro principais eixos que norteiam as ações do CAP-UFPE. Cabe aqui destaque o inciso primeiro, que se refere a igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos, pois tal premissa irá contribuir para a legitimidade das ações de assistência estudantil no colégio, assim também como seu próprio regimento, documento de suma importância para direcionar tais ações.

Ainda hoje o CAP-UFPE oferta modalidades de ensino que vão do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e o Ensino Médio completo. Ao todo, a instituição abarca em torno de 420 alunos, tendo duas turmas por série, totalizando 14 turmas ao longo do ano letivo. Os alunos têm uma jornada de ensino semi integral, ficando na escola o dia todo ao menos duas vezes por semana. Vale destacar que a escola possui boa estrutura física, com 14 salas de aula com ar-condicionado, data show, salas de línguas estrangeiras, laboratórios de Química, Biologia, Física e Tecnologias, além de quadra esportiva, sala de Artes entre outros (SILVA, 2016, p. 83).

O colégio também oferece vários serviços que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos mas também para a permanência deste no espaço escolar. São eles: Serviço de Acolhimento e Acompanhamento do Discente, constituído por servidores técnicos com Licenciatura em Pedagogia e/ou formação em Psicologia. Tem como objetivo

auxiliar o Colégio nas questões relacionadas ao processo de aprendizagem e colaborar para o desenvolvimento integral do discente da Educação Básica. O Serviço de Inclusão, Acessibilidade e Permanência constituído por servidores técnicos com Licenciatura em Pedagogia e/ou formação em Psicologia, busca auxiliar o Colégio nas questões relacionadas ao processo de aprendizagem e colaborar para o desenvolvimento integral do discente da Educação Básica. Serviço de Acompanhamento da Rotina Escolar, composto por servidores que auxiliam na ação educativa, acompanhando os estudantes no ambiente escolar e apoiando os docentes, os Coordenadores de Ensino e a Unidade de Apoio ao Discente (REGIMENTO INTERNO CAP-UFPE, 2021, s.p).

Por fim, é necessário dimensionar o CAP-UFPE dentro do contexto histórico da educação do Brasil em que contribuiu para sua criação. Igualmente, situarmos o colégio quanto a sua estrutura é necessário para entendermos como ele se ordena e as mudanças que irão ser necessárias serem implementadas a partir da entrada dos alunos cotistas.

### **3.3 Assistência Estudantil no Ensino Superior e seus Rebatimentos no CAP**

Nesta seção iremos aprofundar a discussão acerca do colégio da aplicação da UFPE, situando-o no contexto de democratização do ensino superior, em que podemos encontrar o PNAES, enquanto medida importante para viabilizar a permanência de muitos estudantes no ensino superior público. Tal efeito irá corroborar para as ações de assistência estudantil no CAP.

Não é de hoje que os movimentos estudantis se mobilizam para requerer programas de assistência estudantil que possam contribuir para a permanência dos estudantes nas universidades públicas espalhadas pelo país, por isso buscamos entender seus traços históricos e principalmente como se deram tais processos na UFPE. Iremos nos debruçar pelos percursos da assistência estudantil (AE) ao longo dos anos, por acreditarmos que a consolidação das ações de assistência estudantil na UFPE, graças a o PNAES, esteve na base para a promoção da assistência estudantil no CAP, visto que embora haja as especificidades referentes ao público atendido o núcleo duro se mantém; promover a garantia e permanência de alunos em vulnerabilidade social no ambiente escolar, para que dessa forma possam concluir o ciclo, seja ele do ensino superior ou do ciclo escolar se tratado do colégio de aplicação-UFPE.

Podemos notar que ao longo da sua trajetória a AE vem sendo marcada por ações focalizantes e emergenciais por parte dos governantes que vêem na assistência estudantil uma

forma de intervir nas expressões da questão social que se apresentam no âmbito escolar. Nesse contexto, Aline Kowalski (2012) sistematizou o percurso da assistência estudantil em três fases cruciais, abordando seus fatores econômicos, históricos e sócio-políticos que puderam proporcionar avanços ou estagnações ao debate da AE. Ao que se refere à primeira fase apresentada pela autora, a AE remete-se ao período que vai da consolidação das universidades ainda sob o governo Vargas até a criação do Fórum de Nacional de Pró-reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). A segunda fase se fixa na criação do FONAPRACE e na emergência das lutas e debates sobre AE, já a terceira fase inicia-se com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) enquanto política pública do Estado, seguida pela expansão das instituições federais de ensino superior (IFES).

Ao que se refere à primeira fase, Kowalski (2012) nos diz que as primeiras ações voltadas à assistência estudantil são vistas ainda na administração de Washington Luís (1926-1930) com a criação da Casa do Estudante Brasileiro na França, direcionada ao jovens da elite brasileira que deixavam o país para se dedicar os estudos em solo francês. O governo agia tanto no financiamento da casa quanto na sua manutenção, nesse primeiro momento a AE era voltada para as classes mais altas da sociedade. Tal cenário se modifica com o governo de Getúlio Vargas (1934-1945) que irá promover uma consolidação das universidades em resposta às demandas da modernização do país que requeriam uma classe trabalhadora mais escolarizada.

Diante disso, temos como expressão maior no processo de AE, a criação da Casa dos Estudantes no Brasil bem no início dos anos 30 na cidade do Rio de Janeiro que objetivava auxiliar estudantes “carentes” promovendo moradia e alimentação, mas ainda com respostas emergenciais à demanda dos estudantes. Em 1937 temos a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e no mesmo ano é realizado o 1º Congresso Nacional dos Estudantes, esse evento ganha sua importância por ser uma tomada de consciência dos estudantes sobre a necessidade de sua organização e participação no cenário político de forma permanente. Nesse mesmo congresso, as principais necessidades materiais dos discentes nas universidades foram pontuadas. Tais questionamentos foram levantados com uma maior ênfase no 2º Congresso Nacional dos estudantes, em que apresentaram questões referentes aos problemas de habitação, assistência médica, alimentação, transporte etc (DUTRA, 2015, p. 35-36).

Na década de 1960, houve um maior amadurecimento da temática da assistência estudantil expressa também no movimento de reforma universitária, que buscava combater o

elitismo universitário e o distanciamento acadêmico com os trabalhadores, também requeriam uma maior ampliação das vagas do ensino superior e a construção de uma universidade mais democrática. Buscando mobilizar os estudantes e a comunidade acadêmica para a implementação da reforma universitária, a UNE promoveu três edições do Seminário Nacional de Reforma Universitária realizado nos anos de 1961, 1962 e 1963. Os frutos dos debates e reflexões realizados no primeiro evento, resultaram na Declaração da Bahia (1961), documento importante que abordava as principais necessidades dos discentes; restaurante universitário, bolsa de estudos, serviços médicos, odontológicos, e assistência social (DUTRA, 2015, p. 37). A intenção, era que esses serviços pudessem ser acessados pelos estudantes de maneira gratuita e sob responsabilidade do MEC em ofertá-los. Com o golpe empresarial-militar de 1964 a UNE passa a ser perseguida e o debate sobre a assistência estudantil no ensino superior é engavetado, não havendo um projeto nacional exclusivo para AE.

Entrando na segunda fase da AE, o período de redemocratização monta um cenário de grande efervescência política dos movimentos sociais, dando espaço para debates no campo educacional acerca da assistência estudantil, que irão refletir na criação do FONAPRACE, em 1987. Tinha como objetivo trabalhar na sistematização de uma proposta de política de assistência ao estudante que garantisse acesso, permanência e conclusão nas IFES, na perspectiva da inclusão e do direito social e da democratização do ensino (DUTRA, 2015, p. 40). O FONAPRACE então é criado almejando intervir no debate sobre AE de maneira coletiva, em diálogo com os movimentos estudantis como a UNE. Esses dois órgãos “tiveram papel de destaque na crítica ao lugar marginal ocupado pela assistência aos estudantes universitários na agenda educacional do governo” (MARTINS, 2013, p. 99). Também defendiam a universidade pública e gratuita se apresentando de maneira crítica aos processos de sucateamento e privatização do ensino superior.

Com a promulgação da constituição de 1988, Kowalski (2012) diz que foi o momento de maior atenção do governo para AE, também facilitado pelo artigo 206 da constituição ao abordar a necessidade de se promover igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Contudo, era insistente a visão neoliberal da assistência estudantil como um gasto ou um peso para os cofres das universidades, que já se encontravam em um cenário de desfinanciamento e ameaças de privatização por meio de cobranças de mensalidades. Neste cenário, a AE se dará de forma focalizada a partir dos esforços de alguns reitores da

universidade que passam agir de forma independente promovendo ações de assistência estudantil para seu corpo discente (DUTRA, 2015, p. 41).

Nos anos de 1997, 2004, 2011, e 2018 o FONAPRACE promoveu a pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da graduação, que pretendia apresentar as principais necessidades dos estudantes nas IFES a fim de criar uma política de assistência estudantil no âmbito nacional. As principais necessidades apontadas pelos discentes foram: moradia, alimentação, saúde e transporte. Tais informações foram de grande importância para balizar os diálogos do fórum com o MEC para a implementação de uma política em nível nacional, resultando na aprovação da portaria nº 39 de 12 de dezembro de 2007 que cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) iniciando-se assim a terceira fase da AE, para Kowalski.

A terceira fase é situada no processo de reforma universitária por meio da democratização e expansão das IFES durante o governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), que tem sua maior expressão o Plano de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI) tendo como principais diretrizes a redução da taxa de evasão; ocupação de vagas ociosas, aumento de vagas para ingressos, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; reestruturação curricular (REUNI, 2007, p. 11). Ao citar a assistência estudantil enquanto uma diretriz do REUNI a mesma passa a ser entendida enquanto ferramenta de combate às desigualdades na âmbito educacional, dando uma maior legitimidade à AE com o Decreto nº 7234 de 2010, por meio dele o PNAES busca se intervir nas seguintes áreas: moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e alimentação, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010). Desta maneira, o PNAES pretende “viabilizar igualdade de oportunidades e agir preventivamente para ações de retenção e evasão, decorrentes da insuficiência financeira” (DUTRA, 2015, p. 51). O programa busca garantir a permanência de estudantes vindos das camadas populares para que possam concluir o ensino superior.

Ainda ao que se refere ao debate sobre a permanência de segmentos mais pauperizados da população no ambiente escolar, não podemos deixar de lado o debate sobre as ações afirmativas, por ser um ponto primordial para pensarmos o processo de democratização no ensino. Processo este que norteou o debate levantado em cima da promoção de políticas de assistência estudantil, visto que é necessário ampliar o acesso da

grande maioria da população negra e pobre residente no Brasil aos espaços de saber que historicamente passam a ser acessados pela classe média e a elite brasileira. Entendemos ações afirmativas enquanto

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2012, s.p).

Partindo deste pressuposto que o Estado Brasileiro responderá a tais demandas instituindo programa de cotas com a promulgação da Lei nº 12.711/2012 que reserva 50% das vagas em IFES para alunos oriundos de escolas públicas, dividindo-se dentro desta porcentagem reserva de vagas para alunos pardos, negros e indígenas, PCDs e estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, juntamente com o Sistema Unificado de Seleção Unificada (SISU), que propiciam aos estudantes concorrerem a vagas de cursos de outros Estados o que irá ampliar a demanda o AE, requerendo do Estado brasileiro a ampliação dos recursos destinados às IFES. Como exemplo, já em 2013 o FONAPRACE visava a “ampliação dos recursos na ordem de R\$ 1,5 bilhões para atender aos 44% de estudantes que constituem público alvo para assistência estudantil [...] Entretanto, o MEC previa a destinação de cerca de R\$ 603 milhões, ficando bem abaixo do proposto pelo Fórum” (DUTRA, 2015, p. 55).

Por mais que hodiernamente o PNAES venha enfrentando dificuldades de financiamento, desde seu nascimento os recursos são insuficientes. Além do mais, embora o PNAES expresse anos de luta e de reivindicação por uma universidade pública mais democrática, o programa também expressa os limites das políticas sociais, ao agir de maneira não universal e focalizadora, ao ter seu público alvo alunos em vulnerabilidade socioeconômica com *per capita* de até um salário mínimo e meio, nasce já com viés de seletividade.

A UFPE não está descolada dos processos descritos acima, por ser uma universidade pública, seu programa de assistência estudantil passa a ser referendado pelo PNAES tendo a própria instituição se estruturado para responder às demandas dos estudantes. Em 2011 é implementada a Política de Assistência Estudantil (PAE) na UFPE, vinculada a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES), que passa a ser responsável pelos principais programas e ações inclusão social na universidade, visando, desta forma, minimizar os indicadores de retenção e evasão escolar. Igualmente, contribui para o desempenho dos alunos beneficiários

para que possam concluir seus cursos de graduação no tempo previsto. O público alvo da PROAES são alunos que abarcam os critérios de vulnerabilidade social discriminados pelo PNAES; aquelas que possuem uma renda *per capita* de até um salário mínimo e meio e que têm dificuldades de se manter na universidade.

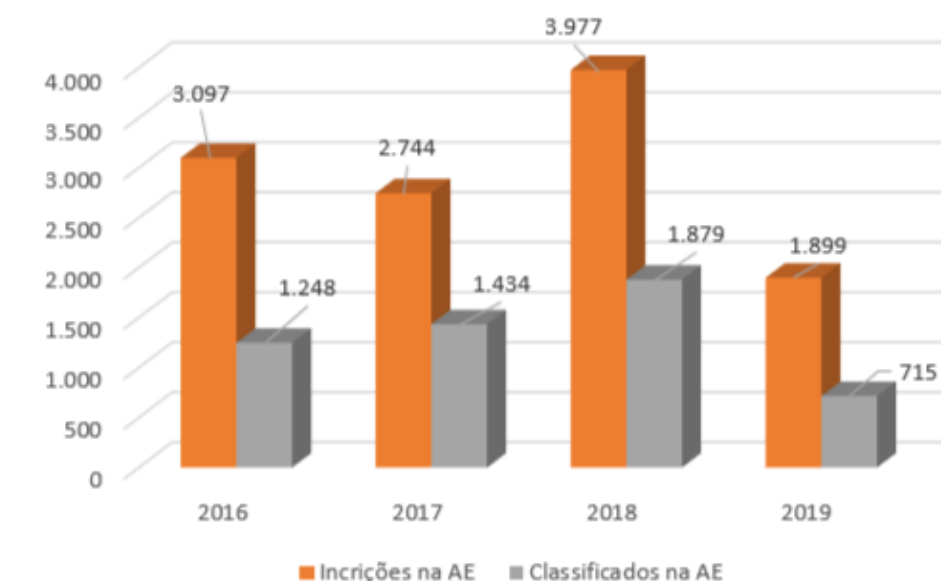
Além da PROAES a universidade também conta com o Núcleo de Assistência ao Estudante (NAEST) e Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante (NASE), concentrados no campus Recife, já o campus agreste conta com a Coordenação de Assistência Estudantil do Campus Agreste (CAA). São esses órgãos responsáveis por fomentar atividades e serviços que possam contribuir com a não evasão dos estudantes em vulnerabilidade social e aumentar suas chances de conclusão dos cursos. Então, a cada início de semestre a universidade lança dois editais, o de assistência estudantil e outro referente ao programa de moradia estudantil. Ambos editais de seleção de 2022.1 limitam-se a selecionar estudantes a partir do critério PNAES de renda *per capita*, além de estarem regularmente matriculados nos cursos de graduação e não possuir diploma de nenhuma outra graduação que possa ter feito, sendo ele da universidade pública ou privada. Para aqueles que desejam concorrer ao edital de moradia estudantil é necessário que o estudante não resida na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Aqueles que conseguem ultrapassar as barreiras dos vários critérios elencados pelo edital 2022.1 da assistência estudantil passam a ser contemplados com uma bolsa financeira que contribuirá com as despesas acadêmicas. As bolsas são distribuídas em dois níveis: nível 1 no valor de R \$400,00 e nível 2 no valor de R \$300,00, os discentes também poderão ter acesso ao Restaurante Universitário (RU) com Direito a duas refeições diárias, exceto os estudantes do curso de direito, que recebem um valor mensal de R\$ 274,00 devido a localização do Centro de Ciências Jurídicas ser afastado do campus Recife. O campus do Agreste tem a concessão de apenas uma refeição diária e o Centro Acadêmico de Vitória, ainda encontra-se sem R.U. A seletividade e focalização da AE vai se acentuar na medida que avança o processo de desfinanciamento do Ensino Superior.

Diante dos impactos da crise econômica e mundial no Brasil, o Governo Dilma Rousseff (2015-2016), na sua segunda gestão, implementou uma política de cortes, bloqueando cerca de 9,4 bilhões da educação (FONSECA, 2019). Posteriormente com o governo golpista do então presidente Michel Temer, tivemos a aprovação da proposta de emenda constitucional 95/2016 que prevê o congelamento em investimentos em Saúde e Educação por 20 anos, [ ao mesmo tempo nesses períodos aumenta o desemprego e a pobreza,

o que exigiria do Estado a ampliação das suas políticas sociais, o que depende da manutenção e expansão do orçamento. Vejamos o gráfico abaixo:

**Gráfico 1: Número de Inscrições na AE e Total de Classificados Durante os Anos de 2016-2019**



Fonte: Silva, 2021, p. 61

A partir dos dados expostos, é perceptível o elevado número de inscrições para assistência estudantil, chegando a ter em 2018 mais de três mil inscrições, por outro lado, o número de vagas destinadas a este público oscila ano a ano, não abarcando nem metade do quantitativo de alunos que realizam a inscrição. Destaque também para o ano de 2019 que possui o menor número de bolsas, apenas 715 disponíveis para uma concorrência de quase dois mil alunos. Fica perceptível que ao longo dos anos o grau de seletividade e focalização da AE na UFPE vem aumentando, deixando muitos que necessitam da bolsa na lista de espera.

É importante frisar que tanto o PNAES quanto o PAE são documentos de referência para a implementação e andamento da assistência estudantil no CAP-UFPE, implementando da mesma forma critérios de condicionalidades no processo seletivo da assistência estudantil já no seu primeiro edital de 2017,

Poderão concorrer às vagas disponibilizadas neste Edital somente candidatos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

3.1 Estar regularmente matriculado no Ensino Fundamental ou Ensino Médio presencial, nesta Unidade, e que tenha ingressado através da reserva de vaga.

3.2 Possuir renda per capita familiar menor ou igual a 1 ½ (um e meio) salário mínimo (EDITAL ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CAp, 2017).

Nota-se que no primeiro ano de lançamento do seu edital em 2017, já atribui os mesmos critérios de prioridades estipulados pelo PNAES. Tendo também como uma das suas maiores expressões a concessão de bolsa permanência no valor de R\$300,00 também é outro fator de semelhança na assistência estudantil dentro do colégio de aplicação, como o programa já consolidado o PAE-UFPE. A partir da análise dos editais lançados nos primeiros três anos podemos perceber que os aspectos socioeconômicos, reduzidos à renda per capita como fator excludente para conceder as bolsas. Desta forma, entendemos que tal filtro limita a perspectiva de vulnerabilidade social, que passa a ser orientada só com o fator renda, assim como as políticas de combate à pobreza no Brasil.

#### **4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO BÁSICO: O QUE O NOS DIZ A EXPERIÊNCIA DO CAP-UFPE**

Neste capítulo iremos nos aprofundar na discussão sobre a assistência estudantil no nível da educação básica implementada no colégio de aplicação, em resposta às demandas dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica que passam a ingressar no CAP-UFPE a partir da implementação do sistema de cotas em seu processo seletivo. Buscaremos nos debruçar sobre as mudanças que ocorrem no colégio desde a entrada deste novo público, no que se refere aos aspectos pedagógicos até a necessidade de uma política de assistência estudantil escolar. Analisaremos a relevância desta política para permanência dos alunos no colégio, igualmente a importância da assistente social no colégio para subsidiar as ações que norteiam a AE no nível do ensino básico.

No segundo momento, discutiremos o desafio enfrentado para alçar recursos com a reitoria para o financiamento da AE e os impactos do desfinanciamento do ensino superior no colégio de aplicação e seus efeitos na política de assistência estudantil dentro do CAP-UFPE. Também buscaremos expor as principais demandas hoje requisitadas pelos alunos e suas famílias e os limites desta política em supri-las.

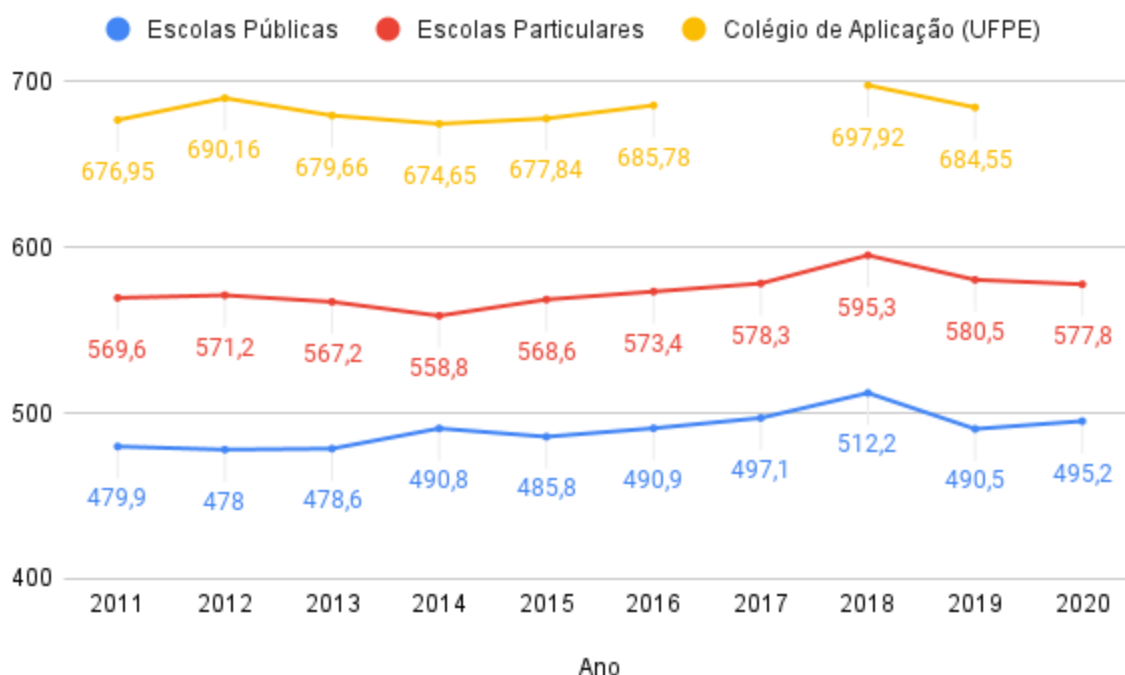
#### **4.1 A Configuração Pedagógica e Social do CAp-UFPE e as Mudanças Trazidas pelas Ações Afirmativas e Assistência Estudantil**

Como vimos em seções anteriores, os colégios de aplicação foram criados amparados pelos princípios pregados pelo pragmatista John Dewey. Seus ideais resultaram na criação de escolas experimentais em Chicago, tornando-se verdadeiros laboratórios de experimentações para teorias da educação em que os alunos pudessem ser sujeitos ativos nos processos de aprendizagem. Tais premissas influenciaram o movimento Escola Nova no Brasil e também a criação gradativa dos 17 colégios de aplicação ligados às universidades públicas.

Como visto anteriormente, em 1958 tivemos a fundação do Colégio de Aplicação da UFPE vinculado à antiga Faculdade de Filosofia. Sendo um *locus* para que estagiários dos mais diversos cursos da universidade possam pôr em prática o exercício profissional. Contudo, tanto o CAp-UFPE, quanto os demais espalhados por outros estados do país, ultrapassam a perspectiva de ser apenas um centro de experimentação para se firmarem enquanto colégios de excelência, principalmente se comparadas a outras escolas do ensino público sob administração estadual e municipal.

Tal afirmativa pode ser exemplificada quando observamos os microdados com a média das notas das escolas que realizaram o ENEM entre os anos de 2011 a 2020. O CAp alcançou a média geral do ENEM de 684,55 nas provas objetivas, no ano de 2019, chegando a ocupar a 14ª posição nacional entre as maiores médias do país, realidade que não se aplica às demais escolas públicas. Vejamos o gráfico abaixo:

**Gráfico 2: Desempenho Médio dos Alunos da Rede Estadual, da Rede Particular e CAP-UFPE no ENEM (média das provas objetivas) - 2011 a 2020**



Fonte: INEP (2022), elaboração própria.

A ausência das informações dos anos de 2017 e 2020 se dão pela nossa dificuldade de filtrar os dados disponibilizados pelo site do INEP considerando as diferentes metodologias das políticas dos governos na elaboração desses dados. Mesmo assim, partir das informações apresentadas acima, é notória a diferença do desempenho dos alunos na rede pública de ensino no ENEM, posto que até o ano de 2020 não se alcançou uma média próxima às instituições privadas de ensino, e muitos menos a realidade posta ao CAP-UFPE que alcança índices que superam inclusive números do ensino privado. Muito embora se apresente como uma escola de ensino público federal, o CAP tinha seu público voltado para alunos oriundos de instituições privadas, chegando em 2014 a terem 100% dos seus alunos advindos de ensino particular e com um perfil de famílias de classes média (COLÉGIO DE APLICAÇÃO, 2016, p. 123), o que só demonstra como o CAP se apresentava como uma verdadeira ilha de excelência, isolado da verdadeira realidade do ensino público brasileiro e pernambucano. Tais elementos demonstram a realidade excludente do ensino do colégio de aplicação e seu processo segregador de acesso ao espaço escolar.

Para tentar uma vaga na instituição referida, os alunos tinham que passar por um processo seletivo composto por provas objetivas de português, matemática e a elaboração de

uma redação. O CAp abre entrada para novos alunos apenas uma vez por ano, para as turmas do 6º ano do ensino fundamental II permanecendo até o Ensino Médio. Ocorrendo exceções para quando existem vagas sobranes, nesse caso, os alunos que desejam entrar em séries mais à frente teriam que passar por um novo processo seletivo de ingresso.

É importante frisar que o CAp-UFPE compunha uma pequena parcela dos colégios de aplicação que fazem uso de provas para selecionar seus alunos, a grande maioria dos CAPs utilizam sorteio público como seleção, seguindo as orientações postas pelo CONDICAP. Tendo sua forma de ingresso alterada apenas com a chegada da Pandemia da COVID-19 em 2020, que por necessidade de isolamento social fez com que o colégio passasse a adotar o sistema de sorteio público. Tais mudanças não podem ser compreendidas de forma isolada, “pois quando uma instituição de ensino delibera sobre a forma de ingresso discente, concomitantemente está optando pelo perfil de aluno que pretende formar e pelo tipo de ensino a ser ofertado” (BISPO, 2018, p. 61). Compreendemos que as formas de avaliação por “filtragem realizada pela escola por meio do sistema seletivo indica a incorporação de uma cultura reprodutivista que visa à sua manutenção “melhores”, contribuindo para a classificação em escala concorrencial entre escolas e para a perpetuação das desigualdades sociais” (BOTLER; SILVA, 2019, p. 2-3).

O ingresso por provas no CAp-UFPE, sem a adoção de ações afirmativas, apartava o público das camadas mais pobres de se inserirem na instituição, o próprio desconhecimento da existência da escola nas comunidades que rodeiam o campus Recife também contribuía nesse processo. Outro fator, era o alto investimento que os pais necessitavam desembolsar para prepararem seus filhos para realização das provas. Os chamados "vestibulinhos" além de expressar o processo de mercantilização da educação também requerem um alto investimento financeiro, coisas que as famílias mais pauperizadas não têm condições de arcar. Sendo assim, podemos dimensionar alguns aspectos facilitadores para o “sucesso escolar” do corpo discente do CAp-UFPE, por mais que ao longo do seu Projeto Político e Pedagógico (2016) indique o diferencial da escola no que consiste a preparação voltada para a formação humana e crítica, não podemos deixar de fora que a chegada de alunos já bem preparados facilita esse processo. Tal premissa é exposta na entrevista realizada com a assistente social do colégio Cintya Roberta, ao afirma que: [...] a gente percebe que a escola era uma escola pronta, os estudante já chegavam prontos de uma intensa rotina de estudos e de preparatórios [...] e muitas vezes [os alunos] chegavam na escola com o sexto ano já todo apreendido (SANTOS, 2022, p. 2)

A partir da fala da assistente social, concordamos com (SILVA, 2016, p. 116) ao dizer:

De modo geral, o Colégio beneficia quem já tem condições sociais e culturais favoráveis ao aprendizado proposto pela instituição. Seu público de estudantes é oriundo de famílias que utilizam diversas estratégias em busca do sucesso escolar e que creditam à educação o mecanismo principal de ascensão profissional e social.

A busca por uma educação propedêutica que pudesse alavancar seus filhos ao ensino superior sempre foi um dos principais fatores que atraíram setores da classe média ao Colégio de Aplicação. As facilidades metodológicas encontradas pelo corpo docente por ingressarem alunos vindos de uma contexto socioeconômico e educacional bem assistido, trazem para o CAP-UFPE um status de uma escola de qualidade. Sobre este último, é importante termos em mente que a partir dos anos 90 a perspectiva de qualidade da educação estará alinhada a parâmetros de comparação do desenvolvimento dos alunos por meio de provas avaliativas. Ou seja, escolas com bom desempenho que passam a ser consideradas de qualidade, uma visão de educação pautada em métricas e rankings, dessa forma, “a exclusão e a discriminação no âmbito educacional são consequências de problemas relacionados à própria escola, atribuindo-se ineficiência e incompetência aos que nela atuam, responsabilizando-os pela evasão, repetência e, enfim, pela improdutividade dos seus resultados” (SILVA, 2016, 70-1).

Em contraponto, concordamos na perspectiva que defende que uma educação de qualidade só pode ser concebida a partir dos pilares da inclusão social e democracia, que leva em consideração “a própria função da escola para a maioria da população, a adequação dos programas e projetos ao atendimento das suas necessidades educacionais” (AZEVEDO, 2011, p. 424). Ainda sobre este debate, Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 11) apontam que,

diversos elementos podem ser considerados indispensáveis para uma educação escolar eficaz, em virtude da pluralidade de significados do que seja uma escola de qualidade. Nesse sentido, para falar em escola de qualidade é preciso levar em consideração um conjunto de qualidades ou de aspectos envolvidos. Entretanto, é fundamental identificar e apontar os elementos que são comuns a uma boa escola, identificando as semelhanças a serem consideradas para tal qualificação, mesmo considerando que “as escolas de boa qualidade são produzidas em realidades e em condições objetivas bastante diferenciadas.

Sobre as condições objetivas diferenciadas que fundam o Colégio de Aplicação da UFPE cabe falarmos do seu corpo docente, que possui uma formação muito superior à dos professores que compõem outras redes de ensino público, como podemos retirar do Projeto

Político Pedagógico (2016), o colégio possui 44 professores que em sua maioria possuem titulação de mestres e doutores, o que acaba por refletir diretamente na remuneração salarial como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 2: **Proporção de Professores Segundo a Renda Mensal - 2015**

| Renda mensal                     | Docentes  | %          |
|----------------------------------|-----------|------------|
| Mais de 2 a 5 salários mínimos   | 3         | 6,8        |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos  | 19        | 43,2       |
| Mais de 10 a 20 salários mínimos | 19        | 43,2       |
| Mais de 20 salários mínimos      | 3         | 6,8        |
| <b>Total</b>                     | <b>44</b> | <b>100</b> |

Fonte: COLÉGIO DE APLICAÇÃO, 2016, p. 92

Fica perceptível que a renda do professorado oscila entre cinco a vinte salários mínimos sendo 43,2% de 5 a 10, e 43,2% de 10 a 20 salários mínimos. Tendo a possibilidade de ampliar sua renda não apenas por tempo de serviço na instituição, mas principalmente pela titulação: quanto maior a titulação do docente, maior será o seu vencimento (COLÉGIO DE APLICAÇÃO, 2016, p. 92). A remuneração dos professores do CAP-UFPE destoa da média nacional, só a nível de exemplo, no ano de 2020 o piso salarial do professor de educação básica em início de carreira era de R\$ 2.557,74 passando para R\$ 2.886,24 (MENEZES, 2020, s.p) que corresponde a um pouco mais de 2 salários mínimos e meio tendo como referência o mesmo ano do aumento do piso.

Todos esses elementos são importantes para termos como pano de fundo como se concretizava o CAP-UFPE antes do advento das cotas. Acreditamos que tal feito trouxe mudanças significativas para o colégio tanto ao público que passa a fazer parte do corpo discente quanto nos aspectos pedagógicos que passam a requerer do corpo docente uma nova postura frente ao aluno. Como ponto de partida temos a resolução 24/2017 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE) sob a qual estabelece os processos de ingresso do aplicação da UFPE, no seu capítulo V afirma que

§1o Em quaisquer casos de admissão por meio de prova, **serão destinadas anualmente 50% das vagas a alunos oriundos de Escolas Públicas.**

§2o Sobre a definição de alunos de Escola Pública:

- a) tenham **cursado integralmente o Ensino Fundamental I em escolas públicas**, em regime regular;
- b) Não poderão concorrer às vagas previstas no caput os candidatos que tenham, em algum momento, cursado em escolas particulares parte do Ensino Fundamental I;

c) Considera-se escola pública a instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público, nos termos do Inciso I, do Artigo 19, da Lei N º9.394/96 (UFPE, 2012, p. 4, grifos nossos).

Muito embora tenha sido um grande avanço para o processo de democratização no acesso ao ensino do CAP, a implementação das cotas se dá de maneira tardia se comparada ao que já vem sendo vivenciado na universidade desde a promulgação da Lei das Cotas em 2012. Percebe-se que os projetos em disputa que circunscrevem a educação brasileira se apresentam de maneira acentuada no Colégio de Aplicação, a resistência em aderir ao sistema de cotas no colégio só expressa a quem este espaço historicamente se destinava, ou mesmo a quem foram direcionados os centros de excelência educacional no nosso país, sejam eles públicos ou privados.

Outro elemento que é válido pontuar para a discussão, é a ausência de reserva de vagas destinadas para pessoas negras, pardas ou indígenas. O critério raça cor não é posto enquanto uma modalidade para concorrer a uma vaga, o que acaba limitando o debate sobre uma maior democratização no ensino no CAP-UFPE tendo em vista, a própria formação social do Brasil que exclui a população negra, parda e indígena do acesso a bens fundamentais como a educação. Não à toa, o acesso a universidades públicas sempre foi ultra seletivo para maior parte desta população, mas também o sistema educacional como um todo. Tal afirmativa pode ser compreendida à luz de informações disponibilizadas pelo IBGE (2019, p. 7) em 2018 o percentual de pessoas pretas ou pardas de 18 a 24 anos de idade que não frequentavam a escola eram de 28,8% enquanto que para as pessoas brancas era de 17,4%. Muitos são os fatores que excluem a população negra do espaço escolar; o racismo institucionalizado, as opressões que se manifestam como *bullying*, a extrema pobreza, fazendo com que muitos evadam para poder trabalhar.

As desigualdades sociais, presentes na escola desde o processo de ingresso, questionam o que é pregado no seu Projeto Político Pedagógico, ao exaltar uma escola democrática, que busca o ensino universal, crítico, que possa preparar cidadãos para o convívio com a pluralidade e não alheia à comunidade em que está envolvida, contraditoriamente é a mesma escola que se fechou por muitos anos em si mesma, em que a ausência de um público diversificado não era um fator de incômodo.

Contudo, expressando as contradições presentes na temática que cerca a democratização no ensino, a entrada de alunos oriundos das classes menos abastadas, trará ao colégio novas demandas. Pois ao longo da história por acesso à educação a classe

trabalhadora esbarra com outras dificuldades que vão além do cunho pedagógico. Para se manter no espaço escolar muitas vezes os alunos deparam-se com inúmeras dificuldades; seja no acesso à escola por conta da distância, seja por dificuldades alimentícias ou outras expressões da questão social que irão influenciar no seu processo de ensino e aprendizagem. Pois, se antes para o CAP-UFPE a permanência dos alunos nunca foi algo a ser questionado, agora os conflitos, as desigualdades sociais e educacionais passam a ser vivenciadas dentro do colégio. Vejamos:

Então, os conflitos e as dificuldades que os professores têm são as dificuldades de uma escola pública real. Hoje, o CAP tem problemas de uma escola pública real, onde temos estudantes que não têm acesso à cultura, que não tem acesso ao saneamento básico, que muitas vezes vem para escola com fome, muitos apresentam dores de cabeça e a gente vai descobrir que é porque não tem acesso a saúde e por isso, nunca fizeram um exame de vista na vida. São mudanças que envolvem tudo da escola: envolve o pedagógico, o social, isso gera um incômodo [...], tira o professor desse lugar que ele tinha, de apenas reproduzir conteúdos. Hoje os professores daqui precisam ter um outro olhar sobre os estudantes que estão em aula, é o que a gente chama de uma escola mais humanizada, que o conselho de classe não é mais só para saber se o aluno alcançou ou não o conteúdo, **a gente precisa entender quais são as consequências da realidade social que este estudante tem, da realidade que este estudante e sua família têm que estão interferindo diretamente na sala de aula** (SANTOS, 2022, p. 2).

A partir do fragmento retirado da entrevista é possível perceber as mudanças que a entrada dos alunos cotistas trazem ao colégio de aplicação da UFPE. Acreditamos que, a partir do momento que estudantes de contextos sociais adversos passam a conviver no mesmo espaço que alunos de classes médias, transporta o dualismo educacional para dentro do CAP, pois passam a coexistir em um mesmo ambiente, realidades sociais e educacionais distintas. Vale lembrar que o dualismo presente no âmbito escolar é produto do modo de produção capitalista, que distingue a educação para públicos específicos determinando dessa forma, o lugar que esses sujeitos, mais tarde, irão ocupar no mercado de trabalho. Sendo assim, a partir do momento em que os alunos cotistas adentram ao colégio subvertem a ordem pré estabelecida na escola; de ser marcada por elitismo que de muitas formas determinava como os professores, o corpo técnico e gestor se portavam diante do seu alunado. Pois, passam a ser confrontados com o tipo de escola que os filhos da classe trabalhadora têm ao longo da sua vida e as condições de sobrevivência e aspectos socioculturais dos grupos familiares que precisam ser considerados quando pensamos na permanência desses sujeitos e o seu desenvolvimento a nível escolar.

Assim, é necessário “apreender o espaço escolar como um local onde se explicitam as contradições e antagonismos de classes e onde se articulam interesses de classes”

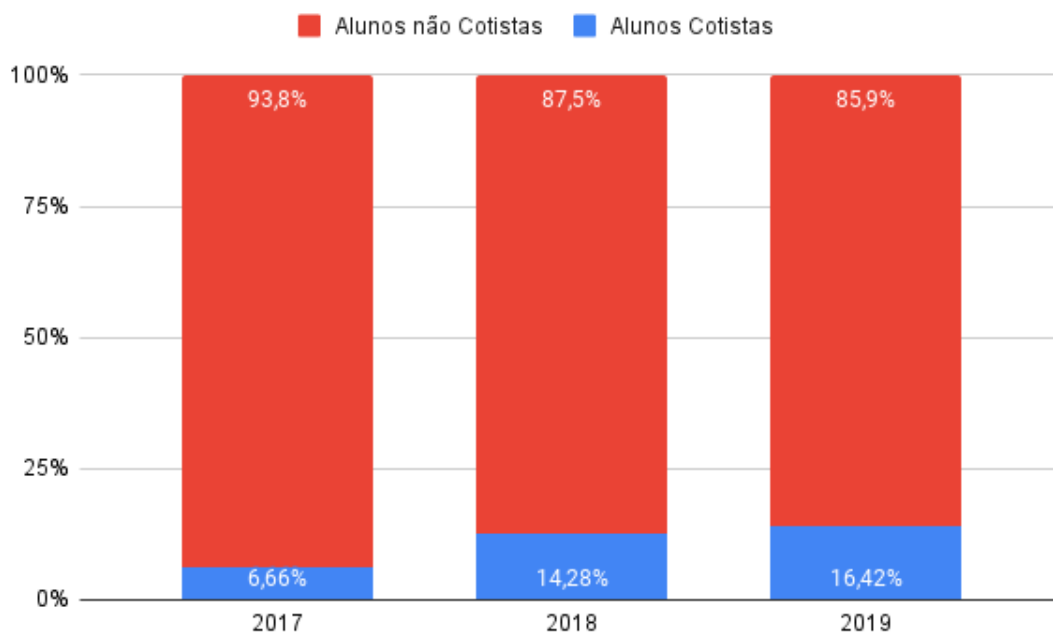
(FRIGOTTO, 2010, p. 223). Ou seja, a escola não se forja enquanto um espaço de neutralidade, muito pelo contrário, ela produz e é produto de sistema capitalista que gera desigualdades inclusive no âmbito escolar.

Essas desigualdades se tornam aparentes no CAp-UFPE a partir do momento que estudantes de classes sociais distintas passam a conviver num mesmo espaço escolar. As implicações disso, batem diretamente na postura do professor em sala de aula, como foi pontuado no trecho da entrevista acima, pois a presença de alunos com alto grau de desenvolvimento, facilitava os processos pedagógicos. Pensar nas cotas é pensar em uma nova estrutura escolar que dialogue diretamente com o social, já que a escolha por uma escola mais democrática e integrativa traz consequências e pede mudanças estruturantes para o colégio, visto que é “inviável compreender as lacunas da aprendizagem sem considerar os fatores o âmbito social que permeiam a vida educacional dos estudantes” (MELO; CIAVATTA, 2011, p. 251).

Assim, mesmo com a entrada de um quantitativo inicial de 28 alunos cotistas, houve um rearranjo por parte da escola, em se adaptar tanto no quesito pedagógico, quanto em dar resposta às demandas sociais. Sendo necessário, uma virada de chave na forma como é visto o aluno, ou seja, entender que a escola não está isolada do contexto social em que estudantes e suas famílias estão submersos, é necessário ter uma perespectivqa totalizante do aluno.

Abaixo, podemos dimensionar a porcentagem de alunos cotistas que compõe o CAp-UFPE:

**Gráfico 3: Porcentagem de Alunos Cotistas no CAP-UFPE em Relação ao Total de Alunos Ingressantes por outras Modalidades de Ingresso (2017-2019)**



Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo CAP-UFPE

A amostragem se pautou no total de 420 alunos do CAP-UFPE para apenas 28 estudantes cotistas no ano de 2017, chama atenção que os discentes da reserva de vagas expressavam apenas 6,66% do total, um número ainda que muito reduzido, se comparado aos número de anos anteriores em que majoritariamente entravam apenas alunos de escolas privadas. No ano seguinte tivemos um aumento para 14,26%, mais que o dobro do primeiro ano, tendo a entrada de 32 estudantes por cota. Destaque aqui para o ano de 2019, em que temos um aumento bastante inexpressivo quando comparado aos dois anos anteriores. Tal efeito, pode ser explicado a partir da análise do edital de seleção do referido ano ao pôr como condicionalidade:

11.5. O candidato que obtiver nota menor que 5 (cinco) pontos na prova de Matemática ou menor que 5 (cinco) pontos na prova de Português estará automaticamente eliminado; e nesse caso, a prova de Produção de Texto não será corrigida (EDITAL DE SELEÇÃO PARA INGRESSO 2019, 2018, s.p)

Tal ação teve um efeito regressivo para o processo de democratização no CAP que ainda estava em fase germinal. Com isso, entram apenas nove alunos cotistas no ano em que foram reservadas trinta e duas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas. Consideramos um retrocesso imenso para uma política que ainda estava em processo germinal

de implementação, mas que indica como o colégio ainda estava preso a métricas e notas para selecionar os “melhores”.

Por conseguinte, no mesmo ano de implementação das cotas foi solicitado pela gestão do colégio recursos à reitoria para execução de uma política de assistência estudantil. Importante frisar que a AE busca uma série de estratégias “de combate às desigualdades sociais e regionais no contexto de educação considerando sua importância para ampliação da democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes do ensino superior público federal” (DUTRA, 2015, p. 62). Por mais que essa definição foque no ensino superior, ela é relevante para pensarmos o papel da assistência estudantil no contexto de ensino básico, visto que a implementação das cotas não exime os diferentes contextos sociais que os estudantes vivenciam fora do ambiente escolar. Sobre o processo da implementação da assistência estudantil, a assistente social do CAP-UFPE Cintya Roberta Santos relata que houve muitas dificuldades na implementação da assistência estudantil, inclusive porque antes nem tinha assistente social no colégio.

Inicialmente, foram feitos acordos de uma bolsa [...] a primeira ação de assistência estudantil que teve na escola foi antes de eu entrar inclusive, foi logo quando ingressou nessa primeira turma em 2017 que logo quando eles entraram a própria gestão se deparou com uma dificuldade de locomoção desses estudantes para escola. [os estudantes] não tinham dinheiro porque a maioria dos estudantes vinham de uma escola próxima das suas casas onde não havia necessidade de gasto com transporte e mesmo assim eles teriam direito, se eles estivessem em uma escola pública municipal ou estadual eles teriam direito a gratuidade no transporte, aqui não. O estudante do CAP não tem esse direito, e aí já foi o primeiro baque [...] entraram estudantes pelas cotas que não tinham dinheiro pra vir para escola e aí, teve o movimento [da gestão] junto à reitoria de dizer: “precisamos de verba para manter esses estudantes na escola, para eles virem para escola” e aí foi autorizada uma verba para esse fim. Depois disso, foram aparecendo outras demandas que foram necessárias para estabelecer ações de assistência estudantil que a gente precisaria do suporte da própria universidade (SANTOS, 2022, p. 3).

Logo de início, temos as dificuldades enfrentadas para a implementação da AE. Importante destacar que na fala da assistente social as especificidades existentes quando tratamos de assistência estudantil no nível de educação básica. Por mais que o PNAES seja um marco orientador das ações, o público alvo a quem ele foi direcionado nunca foi o ensino básico, muito menos o ensino básico federal. Podemos atribuir tal ausência a dois aspectos importantes: por um lado, a educação básica estadual e municipal possui recursos e legislações próprios para financiar suas ações de permanência, como é o caso da merenda escolar, materiais didáticos, passe livre, entre outros aspectos já bem discutidos na seção 3.2. Por outro, o fato dos CAPs terem, historicamente, um público bem delimitado de segmentos

das classes médias em que as famílias podiam custear as ausências de subsídios do governo federal, mais especificamente do MEC.

É importante apontar, a fragilidade em que está apoiada essa política. Ela se funda a partir de acordos com a reitoria. Por mais que o direito à educação seja garantido na constituição, a permanência dos alunos do CAp passam a depender da sensibilidade e da mobilização da gestão e da reitoria em financiar a assistência estudantil.

#### **4.1.1 Assistência Estudantil: relação entre Serviço Social, Escola e Família**

Em resposta às expressões da questão social que se tornam muito vividas no CAp-UFPE e buscando suprir as necessidades para além do viés pedagógico, dentro da unidade de apoio aos discentes é criado o Núcleo de Apoio à Acessibilidade, Permanência e Inclusão (NAAPI), prestando serviços de acolhimento, inclusão e acompanhamento. Contudo, com a aprovação do novo regimento do CAp em 2021, o Núcleo muda de nome, passando a ser o Serviço de Inclusão, Acessibilidade e Permanência (SIAP), composto por uma assistente social, uma psicóloga e um pedagogo.

O SIAP busca atender às demandas psicossociais e pedagógicas sob uma intervenção multidisciplinar, de maneira que possam impactar diretamente na permanência dos estudantes. O serviço pauta sua prática na promoção e na implementação de uma política de assistência estudantil e da Atenção Educacional Especializada, em consonância com a legislação e normatização de funcionamento do colégio, objetivando consolidar uma intervenção inclusiva, que atende aos estudantes e a seus responsáveis legais. Outro fator é o acompanhamento dos estudantes beneficiados pela assistência estudantil; acompanhar o desenvolvimento dos estudantes com os professores para atendimento psicossocial e pedagógico, propondo ações de formação que contribuam para a perspectiva de inclusão e acessibilidade, além de serem responsáveis pela seleção e renovação das bolsas de assistência estudantil.

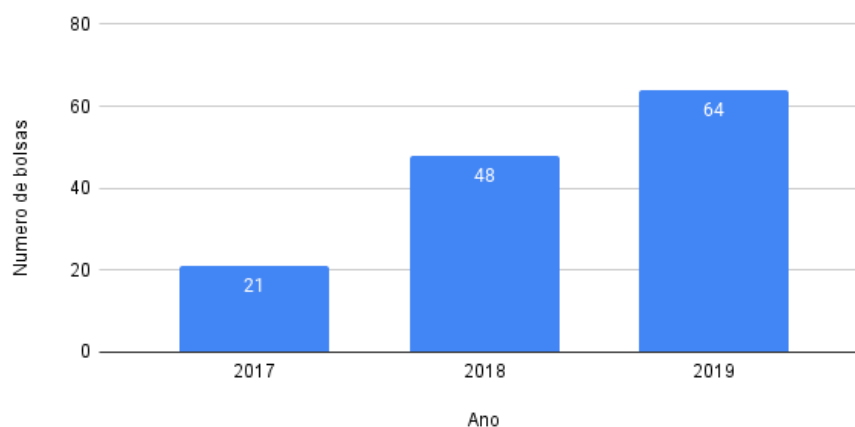
Só em 2018, um ano depois da implementação das cotas, que o colégio terá a presença de uma assistente social. A demora para a entrada desta profissional expressa não só as dificuldades de inserção da profissão nos espaços de educação básica, mas também os limites institucionais entre a Universidade e o Colégio. Para além,

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das condições de enfrentamento da vida escolar. [...] o assistente social tem, entre outras, a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, objetivando saná-los ou atenuá-los (CFESS, 2001, p. 12).

É inegável a importância do Serviço Social no âmbito escolar, para se pensar estratégias de intervenção para permanência dos alunos. O ponto que norteia as ações do Serviço Social no colégio é a assistência estudantil; é a centralidade do trabalho da assistente social no SIAP por ser a AE o eixo definidor para a permanência dos alunos no CAP-UFPE, sua luta maior é contra a evasão (ALMEIDA, 2022, s.p). Outro aspecto que referenda a presença do Serviço Social é a Lei 13.935/2019 que prevê a inserção de profissionais do Serviço Social e da Psicologia visando atender as necessidades da política de educação.

A AE é uma das principais intervenções realizadas no colégio por meio de concessão de bolsas permanência no valor de R\$ 300,00. Para terem acesso, as famílias passam anualmente por um processo seletivo mediado pela assistente social da escola. O processo de seleção das bolsas consiste na averiguação de análise documental e entrevistas com as famílias a partir das definições de vulnerabilidade socioeconômica descritos pelo PNAES, ou seja, só acessam a assistência estudantil estudantes que tenham renda per capita de até um salário mínimo e meio. Abaixo é possível observar a evolução das bolsas de AE até o ano de 2019:

**Gráfico 4: Bolsas Ofertadas pela Assistência Estudantil CAP-UFPE (2017-2019)**



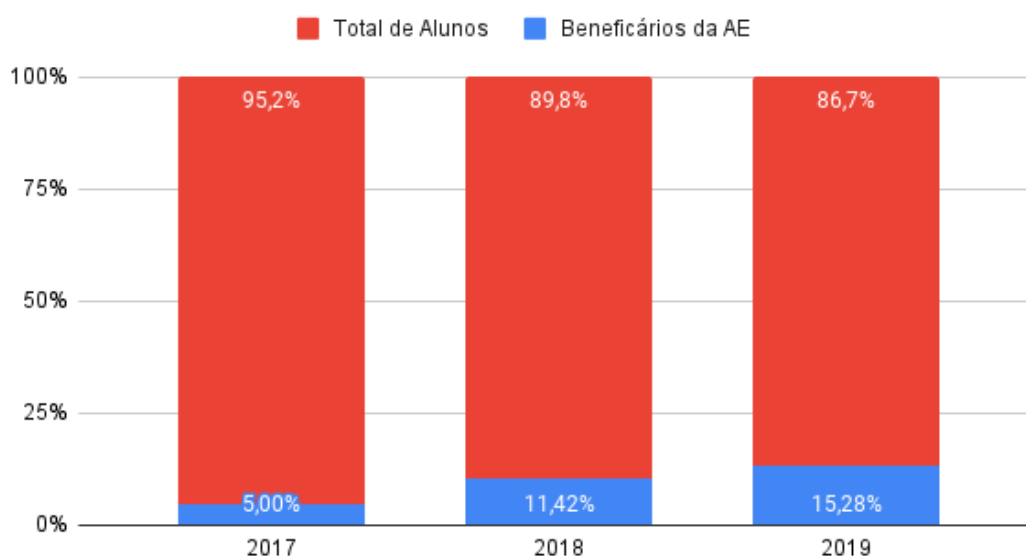
Fonte: Elaboração própria a partir de dados concedidos pelo CAP-UFPE

É notável o aumento das bolsas logo nos primeiros três anos de vigência da assistência estudantil no CAP. Responsabilizamos o crescimento à um fator importante: a elevada demanda dos estudantes e suas famílias, por mais que seja significativo o aumento demonstrado pelo gráfico, é notório que já no primeiro ano, os recursos destinados não são pensados para abarcar a todos os alunos cotistas, visto que no primeiro ano das cotas tem-se a entrada de vinte e oito estudantes advindos de escolas públicas e a disponibilidade de apenas 21 bolsas.

Outra questão necessária para reflexão é que não há nenhuma garantia nem por parte da gestão da escola, nem da reitoria da UFPE em relação à continuidade das bolsas até o fim do ciclo escolar dos alunos, ou seja, anualmente todos os contemplados passam por um novo processo seletivo concorrendo com novos estudantes que ingressam no CAP e buscam na AE um meio para permanecer no colégio. Se, pela Política de Assistência Estudantil da UFPE, os estudantes de ensino superior têm a bolsa permanência até o tempo mínimo do término do curso, para os alunos em vulnerabilidade socioeconômica do CAP-UFPE esse cenário não ocorre.

Vejamos o quantitativo de alunos bolsistas se comparado ao total de estudantes não bolsistas no CAP:

**Gráfico 5: Porcentagem de Alunos Bolsistas pela Assistência Estudantil Comparada ao Total de Alunos não Bolsistas (2017-2019)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados concedidos pelo CAP-UFPE

No primeiro ano, os alunos que recebem bolsa AE expressam apenas 5% do quantitativo de 420 alunos que compõem o CAp-UFPE, um número bem reduzido. Em 2018, o percentual sobe para 11,42%, o que representa quarenta e oito bolsistas. Em 2019, aumenta para 15,28%, mesmo entrando poucos cotistas (nove alunos), amplia-se o critério para concorrer a bolsa assistência, aceitando tanto alunos da cota quanto da ampla concorrência.

Por mais que a bolsa permanência seja uma das principais expressões da AE no colégio de aplicação, ela não é a única; a assistência estudantil a nível de educação básica está diretamente vinculada a dimensão pedagógica e familiar. A AE dentro das escolas necessita ter o cuidado de levar em conta o panorama geral do estudante, ao contrário do PNAES que foca na figura do discente, até mesmo por ser um sujeito e direito autônomo. Ainda sobre as diferenças encontradas quando pensamos a configuração da assistência estudantil no nível de educação básica Lessa e Silva (2014, p. 5) nos dizem que:

[os estudantes] passam por fases em seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem escolar que já foram ultrapassados pelos cotistas jovens e adultos da universidade, daí a necessidade de uma estrutura, de apoio específico, pois como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento, segundo o estatuto da criança e adolescente (Lei 8069/90), demandam atenção especial.

Por isso mesmo, as ações da assistência estudantil sem a presença da família não se realizam, tanto por ser ela quem administra o dinheiro da bolsa, mas também porque no âmbito escolar os sujeitos de direito são crianças e adolescentes que possuem legislações e arcabouços legais específicos. Estas especificidades acabam por demandar tanto dos pais, quanto da própria instituição escolar um olhar diferenciado de como serão conduzidas as seleções de bolsa e toda a prática do Serviço Social ligada à assistência estudantil (ALMEIDA, 2022, s.p). Nesse sentido, foi questionado durante a entrevista quais eram os impactos da assistência estudantil do CAp na vida dos estudantes e suas famílias:

Eu vejo que sem essas ações inviabilizaria a permanência de muitos aqui. E, às vezes, a gente tende a pensar a assistência estudantil muito ligada à questão econômica, mas a assistência estudantil vai além da questão econômica. **A bolsa, e eu reforço muito isso aqui na escola, é uma das ações da proposta e das intervenções da política de assistência estudantil**, a gente tem que pensar na assistência estudantil de uma forma integral, inclusive assistência estudantil não é apenas para os estudantes da reserva de vagas mas para todos os estudantes da escola. com diferentes demandas, então tem a demanda econômica, a demanda social, a demanda de saúde, são várias frentes de trabalho que a gente precisa atuar e que a assistência estudantil vem intervindo diretamente, que impactam na permanência destes estudantes. Então, a gente costuma falar para as famílias que aqui a gente chama muito as famílias para a escola e a maioria tem esse esse hábito de pensar que chamamos porque o filho fez alguma coisa errada e não, **a gente entende que a família constrói a escola junto com a gente, acolhemos a família quando ela chega e durante todo o processo de formação desse estudante, costumamos chamá-los para entender a dinâmica familiar, para perceber de que forma essa dinâmica familiar está interferindo no aprendizado dessa criança** (SANTOS, 2022, p. 4, grifos nossos).

Por mais que a assistência estudantil tenha sido criada dentro do CAP-UFPE buscando responder a demandas vindas dos alunos cotistas, ela ultrapassa seu objetivo inicial, como pode ser apreendido a partir da fala da assistente social, buscando dessa forma, atender diferentes frentes que possam influenciar na permanência de todos os alunos. Atribuímos essa perspectiva mais ampla à presença do Serviço Social escolar, que molda muitas das ações que são enfrentadas na escola. O compromisso contido no nosso projeto ético-político-profissional, amplia a perspectiva interventiva da profissão que necessita ir além da focalização, visa o comprometimento com uma escola pública e que possa promover uma educação emancipadora e que seja capaz de ir de contra aos processos de reprodução da desigualdade social. Diante disso, o assistente social necessita ser combativo com as desigualdades que possam gerar uma exclusão educacional, esta pode ocorrer a partir de três dimensões:

a) relacionada ao próprio processo de ensino e aprendizagem - estudantes com altas habilidades, os superdotados, ou o inverso, com déficit de aprendizagem; b) às necessidades temporárias ou permanentes decorrentes da questão social que manifesta de diferentes formas na vida dos estudantes e suas famílias e; c) às diversas formas de preconceito e discriminação de classe, gênero, etnia, valores culturais e orientação sexual, presentes no âmbito escolar (MARTINS, 2012, p. 187).

Não se abstém a dimensão pedagógica do Serviço Social, podendo ser entendida enquanto uma ferramenta “socializadora das informações e conhecimento no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social” (CFESS, 2013, p. 53-54). Fazendo parte de uma das atribuições do Serviço Social dentro da sua intervenção na política de assistência

estudantil no CAp-UFPE, orientar os responsáveis sobre seu papel enquanto seres atuantes no processo de ensino dos seus filhos, também conscientizar sobre os serviços que não apenas a escola, mas a rede de proteção oferece ao estudante. Pois, o fato dos colégios federais não serem abarcados pelo PNAES, acabam por serem excluídos dos serviços ofertados aos alunos do ensino superior, com isso, é necessário realizar articulação entre a rede de proteção social ao mesmo tempo que se luta por uma ampliação do quadro de profissionais que integram o colégio.

É importante não perdermos de vista a relevância da assistência estudantil presente no CAp desde 2017 para a permanência dos estudantes. Como foi bem pontuado, sem ela inviabilizaria a permanência de muitos estudantes que por contextos sociais adversos acabam por evadir do colégio. Outro fator, é que a CAp em si, não tem condições de abarcar as múltiplas facetas da questão social, a qual constantemente se apresentam. Pois, a pobreza vivida pelos alunos e seus familiares englobam uma série de demandas decorrentes do pauperismo sob a qual vivenciam, e que vão além das limitações da escola. Já que para isso, é necessário uma articulação com redes de assistência, saúde, habitação etc. várias frentes das políticas sociais, que por si só não abarcam a totalidade das necessidades humanas, pois tal cenário não se realiza na sociedade capitalista.

#### **4.2 O financiamento e seus Limites ante a Demanda Existente**

Para compreender como se dá o financiamento da assistência estudantil no Colégio de Aplicação-UFPE é necessário anteriormente compreendermos em que passos anda a universidade desde a chegada da crise de 2008 no Brasil que gera implicações econômicas e políticas que irão rebater na universidade e tem seu aprofundamento nos anos posteriores. Uma vez que, são os recursos da própria UFPE que subsidiam as ações da assistência estudantil (AE) no CAp, sendo assim, os cortes que vêm sendo aplicados aos cofres das instituições federais de ensino superior rebatem na forma como os recursos serão repassados para o colégio de aplicação.

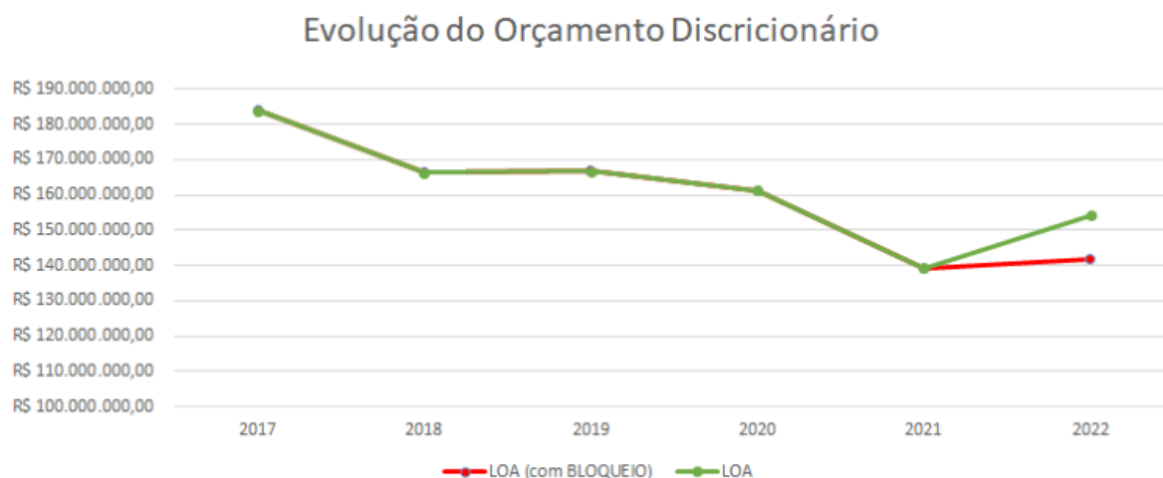
Com o aprofundamento da crise econômica iniciada em 2008 tendo como epicentro os Estados Unidos e depois se perpetuando a outros países do globo. A crise chega ao Brasil com maior intensidade a partir de 2014 e passa a ser enfrentada com o Governo da Dilma Rousseff (2011-2016) a partir de medidas de ajustes fiscais que passam a impactar o financiamento das

políticas sociais. A partir de informações retiradas no site Agência Brasil (2015) temos que já no primeiro ano do segundo mandato da Dilma a educação já enfrenta grandes cortes, foram R\$ 10,6 bilhões no ano, o que reduziu o orçamento autorizado para 2015 de cerca de R\$ 109 bilhões para aproximadamente R\$ 98 bilhões (TOKARNIA, 2015, s.p). Atribuímos esses cortes em resposta ao capital financeiro que enxerga nos cofres públicos um colchão de amortecimento das crises. Ainda teremos como expressão deste processo o aumento de 20% para 30% a alíquota de desvinculação sobre a receita de contribuições sociais e econômicas (AGÊNCIA SENADO, 2016), o que na prática, permite que os recursos destinados para área da educação e da seguridade social, possam ser remanejados para pagamentos de juros e dívida pública.

Nesse contexto de crise econômica e de instabilidade política do segundo governo da Dilma Rousseff (2015-2016) propicia o reordenamento de forças políticas conservadoras e alinhadas com o capital financeiro culmina para o golpe parlamentar de 2016, destituindo a então presidente do seu posto. No seu lugar assume o Michel Temer (2016-2018) tendo “como missão montar um governo que interrompesse a política de conciliação de classes, amparou-se exclusivamente nas classes dominantes e impôs profundos retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas [...]” (CARVALHO, 2020, p. 14). Assim, temos a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 congela o teto dos gastos primários por 20 anos, afetando diretamente nos recursos destinados à educação, tendo sucesso também na aprovação da Lei nº 13.415 da reforma do ensino médio (CARVALHO, 2020, p. 15). Tais ações contrarreformistas não foram aceitas de forma pacífica pelos trabalhadores e estudantes, houve uma tomada nas ruas e o movimento de ocupações de escolas do ensino básico de todo o país.

O governo Bolsonaro aprofunda ainda mais os projeto contrarreformista de ampliação da privatização e enxugamento dos cofres públicos para as políticas sociais. Diante de tudo que foi exposto, é necessário situar a UFPE neste cenário, medidas de contingenciamento se tornaram um hábito rotineiro do governo Jair Bolsonaro (2018-2022). Impactando nas despesas da universidade como é possível ver no gráfico abaixo o linha decrescente do orçamento da UFPE

Gráfico 6: Orçamento Discriminado da UFPE (2017-2022)



Fonte: Proplan UFPE, 2022

No gráfico, realizamos um recorte temporal de 2017 a 2022 do orçamento da UFPE e percebemos uma diminuição dos valores, o que compromete o funcionamento e a manutenção da Universidade, tais efeitos perpetuam-se para o colégio de aplicação. A falta de recursos próprios para o financiamento da AE no colégio, suas ações, por mais importantes que sejam, apresentam fragilidades e inseguranças para aqueles que fazem uso do benefício, na verdade, o próprio funcionamento do colégio como um todo fica a mercê dos valores que a reitoria pode repassar para garantir seu funcionamento. Esses elementos aparecem com bastante ênfase durante a entrevista realizada com a assistente social do SIAP. Quando perguntado como se dá a articulação do CAP com a reitoria para o levantamento de recursos para AE:

Nós temos dois tipos de recursos aqui, que é o recurso que vem do CONDICAP [Conselho de Dirigentes das Escolas Básicas das Instituições Federais de Ensino Superior] que é um fórum que concentra todos os colégios de aplicação, eles são responsáveis por pensar nos direcionamentos para o colégio de aplicação. O CONDICAP tem um fundo, que ele recebe do MEC só que ele redistribui, não com base na quantidade de estudante, na verdade, esse recurso foi formulado, pensado e dividido há mais de trinta anos e nunca mais foi revisto. Então, hoje tem CAPs que abrangem desde a educação infantil até o ensino médio, mas que no início era só educação infantil e que recebe verba do CONDICAP só pra educação infantil. Pra gente [CAP-UFPE] a verba do CONDICAP só consegue pagar uma parte, nem é 100%, uma parte da alimentação pra escola, tudo que vem além disso, é uma negociação com a reitoria, é verba da universidade. Todo ano, quando vai ser discutido o orçamento para universidade, a gestão faz uma reunião com a pró reitoria para poder negociar o que a universidade pode estar dando de suporte financeiro para a escola, então, claro que não atende [a todas as demandas], nem o PNAES atende a graduação. Com os recursos da universidade cada vez piores, os cortes que vêm acontecendo estão afunilando mesmo a gente, eu não sei o que vai acontecer, por exemplo, o ano que vem (SANTOS, 2022, p. 10).

A base orçamentária que vem para o CAP se mostra bastante incipiente para dar conta das necessidades mais básicas do colégio de aplicação, por mais que o MEC deveria ser sua principal fonte de recursos isso não ocorre na realidade. O que expõe a dependência do colégio em se manter a partir dos recursos da universidade, estes são disputados ano a ano e se tornam mais escassos conforme a conjuntura política e econômica, o que torna o financiamento das políticas cada vez mais comprometidos. Como podemos observar na fala da assistente social do SIAP:

(...) a gente está passando por um processo de cortes que está atingindo não só universidade, mas o colégio de aplicação esse ano nós tivemos um corte de bolsas e foi o ano, em contrapartida, que tivemos o maior número de estudantes solicitando a bolsa. A gente passou por dois anos de pandemia, famílias desempregadas [...] aumentou muito a demanda pela bolsa de assistência estudantil e no mesmo ano que aumentou a demanda pela bolsa, a Universidade precisou cortar o quantitativo de bolsa: a gente tinha 122 bolsas até o ano passado, esse ano foi para 105 bolsas e para ano que vem a gente nem sabe se vai conseguir garantir essas 105 bolsas (SANTOS, 2022, p. 6).

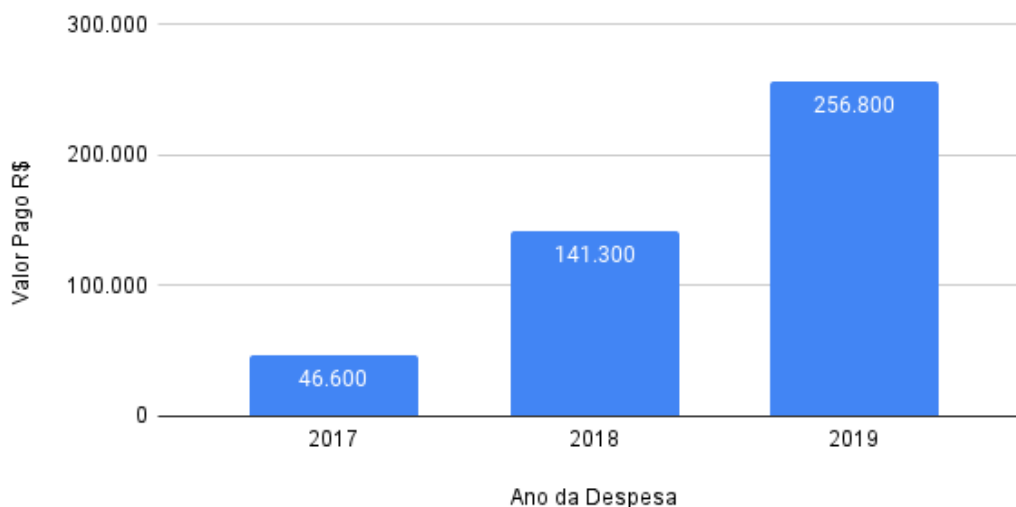
Mesmo que a fala acima aborde sobre um recorte temporal à frente do que estamos pesquisando, ela é de grande relevância para pensarmos sobre os efeitos dos cortes para o financiamento da assistência estudantil no CAP. Por mais que o contexto pandêmico tenha aprofundado as expressões da questão social como o desemprego, a fome, o acesso à saúde entre outros, as resposta que teremos da universidade é um corte expressivo no número de bolsas da AE. Por mais que o colégio de aplicação esteja situado dentro do campus da UFPE, as ações voltadas para permanência dos seus estudantes acabam sendo minorizadas a cada corte do orçamento da educação superior.

Não esqueçamos que o desfinanciamento da educação superior passa a ser aplicado com mais força na entrada da década de 1990 com adoção de ideais neoliberais, por parte dos governos, para as políticas sociais no Brasil. O que estamos enfrentando hodiernamente, referente aos retrocessos na educação pública, não é evento novo, mas está situado na conjuntura global de alocação dos recursos público para o pagamento de dívida pública; juros e amortizações, recursos esses sempre maiores que os da seguridade social (BEHRING; BOSCHETTI, p. 165).

Mesmo muitas vezes se dando de maneira limitada, recordemos que a perspectiva da assistência estudantil é muito mais ampla que a concessão de bolsas permanência aos alunos: “AE deve se firmar como uma política fundamental que possa garantir não só a permanência nos seus aspectos mais básicos, mas sim promover uma formação plena e de qualidade aos

discente” (DUTRA, 2015, p. 63). Para tanto, são necessários recursos e materiais físicos e humanos. No gráfico abaixo podemos observar a evolução do financiamento da AE:

**Gráfico 7: Valores Destinados a Assistência Estudantil CAP-UFPE (2017-2019)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados concedidos pelo CAP-UFPE

Por ser uma política nova, condicionada às cotas, e um contingente de estudantes cotistas em expansão, notória uma linha progressiva nos valores destinados a AE para os alunos do Colégio de Aplicação, ainda assim, tem-se uma dificuldade de aplicação de ações mais amplas que vão além do viés financeiro. Na sessão anterior pautamos que muitas demandas que advém dos alunos extrapolam as questões econômicas, o próprio PNAES (2010) visa abarcar demandas do ramo da saúde, cultura, transporte, alimentação, apoio pedagógico etc. Contudo, quando questionado se as medidas de assistência estudantil do CAP dão conta das demandas de permanência dos alunos, Cintya Santos respondeu que “Não são suficientes”.

[...] a assistência estudantil é fundamental, mas ela precisa de um aporte da Universidade, o Colégio Aplicação não está solto aqui dentro da universidade, então muitas vezes a gente precisa desse suporte, para gente garantir que a assistência aconteça. Uma demanda nossa, por exemplo, que a gente não tem tido êxito e que é importante, é a questão do transporte, os estudantes do CAP não têm direito ao VEM estudantil com gratuidade [Passe Livre] a gente tentou negociação, pediu intervenção do reitor para tentar negociar com o Estado e com Município para ver se a gente conseguia, porque a gente percebe hoje um dificuldade dos estudantes conseguirem custear o transporte escolar, mas não tivemos êxito. Então temos estudantes que não conseguiram a bolsa, porque não tem bolsa para todo mundo e estão com muita dificuldade de chegar porque tem que pagar o transporte. (SANTOS, 2022, p. 6).

Há, portanto, uma dificuldade em trazer uma maior ampliação da assistência estudantil, o que reflete como se dispõem as políticas sociais no capitalismo. O colégio esbarra em limites institucionais que são intimamente ligados à forma como as políticas se gestam; de maneira focalizada e seletiva, se apresentando por meio de muitas ausências nas respostas às demandas das famílias. No CAp-UFPE, estudam alunos que residem em mais diversas cidades da região metropolitana do Recife, muitos precisam atravessar duas, até três cidades para poder chegar até a escola, isso se reflete em custos e que muitas famílias não conseguem bancar, mesmo recebendo a bolsa da AE.

(...) hoje uma bolsa no valor de R\$ 300,00 não consegue pagar 100% do valor do transporte para o CAp, porque com o aumento do valor dos combustíveis, com o período pandêmico, um transporte escolar que era na média R\$ 200,00 a R\$ 250,00 hoje não tem nenhum transporte que venha para o CAp por menos de R\$ 400,00, ainda que o estudante ganhe a bolsa, a família ainda tem que custear parte desse transporte (...) (SANTOS, 2022. p. 6).

Diante disso, fica evidenciado que a escola “não está isolada do contexto social em que se vive, ao contrário, ela reflete condições econômicas, políticas e sociais em que o país se encontra” (BRASILEIRO *et al*, 2020, p. 140). O aprofundamento da crise econômica, o salto no valor dos alimentos, e o aumento do pauperismo das famílias brasileiras com mais 10 milhões de trabalhadores que se encontram desempregados (IBGE, 2022) impactam diretamente na vida dos alunos. O aumento das demandas não vem acompanhado de uma maior cobertura da assistência estudantil, o que se tem, na verdade, é um esforço contínuo em garantir as conquistas já existentes. Há um empenho das famílias em manter as crianças no CAp-UFPE confrontando com as desigualdades que vão desde o acesso até a permanência dentro do espaço escolar.

Para além do transporte, outras demandas emergentes são o aumento do número de alimentações ofertadas; com a entrada dos alunos cotistas a refeição passa a ser um item indispensável para o colégio, “a refeição hoje é primordial para alguns estudantes daqui da escola, (...) para alguns é a única refeição que eles fazem, a gente não conseguiu, por exemplo, ampliar para um lanche à tarde” (SANTOS, 2022, p. 7). Ainda há muitas limitações aos direitos que são ofertados aos estudantes no CAp-UFPE.

Durante a entrevista com a assistente social, ainda foi perguntado quais seriam as principais demandas dos alunos e das suas famílias? Sendo listado, alimentação, e o suporte pedagógico para os alunos que ingressam no colégio que apresentem dificuldades de

acompanhar os conteúdos programados. Para essa demanda, a própria instituição criou estratégias de intervenção de maneira autônoma, oferecendo oficinas de português e matemática no contraturno,

(...) professores, técnicos e pedagogos se juntaram para oferecerem oficinas de complementação de conteúdo. Não se trata nem de reforço, porque o reforço escolar é quando o professor trabalha novamente o conteúdo que está dando em sala, nesse caso, os professores têm que trabalhar com conteúdos de séries anteriores. Foi observado que um grupo de estudantes não chegou nem no conteúdo do sexto ano, então tem essa questão pedagógica que sentimos falta. (SANTOS, 2022, p. 7).

Ademais, o fardamento também foi pontuado: “o fardamento aqui na escola é um problema, os estudante precisam comprar o fardamento, e não é barato, é caro. A gente já tentou conseguir verba para isso, mas não conseguiu” (SANTOS, 2022, p. 8). Uma camisa, chega a custar R\$ 70,00 em média, umas das estratégias, foi a adoção do desconto de 10% nos valores dos fardamentos para os alunos cotistas e a não obrigatoriedade do seu uso até a saída da primeira bolsa da assistência, para os que são bolsistas (ALMEIDA, 2021, s.p).

Caminhando para as reflexões finais, temos que a assistência estudantil hoje no colégio de aplicação é uma dos pilares fundamentais para se pensar em uma educação mais democrática e que possa incluir alunos de contextos sociais mais adversos. Porém ao longo da exposição, ficou notório os desafios enfrentados tanto pela gestão quanto pelo Serviço Social em manter essa política perdurável para os alunos. As chances dos alunos permanecerem no colégio e concluírem todo o ciclo escolar seriam reduzidas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vem sendo debatido ao longo deste trabalho, a assistência estudantil implementada no colégio de aplicação da UFPE está inserida no contexto de desigualdade em que se fundam as políticas de educação no Brasil. Diante disso, a necessidade de uma abertura para a democratização no acesso ao ensino do CAP, traz um novo público de estudantes que demandará da escola estratégias de combate às desigualdades antes nunca experienciadas naquele espaço escolar; tendo como maiores expressões desse processo a implementação de uma política de assistência estudantil e a entrada de uma profissional do Serviço Social que passa a intervir sobre as expressões da questão social vivenciadas pelos alunos e suas famílias.

Assim, logo no primeiro capítulo, pudemos apreender sobre os fundamentos do Estado no capitalismo monopolista, desvelando suas funções políticas e econômicas refuncionalizadas em favor dos super lucros do capital, dessa forma, as políticas sociais são efetivadas diante de um compilado de jogos de interesse, que passam a assumir características não apenas de garantias sociais, mas também de interesses econômicos. Esse cenário se agrava ainda mais com o avanço do neoliberalismo no fim dos anos 1970 nos países centrais do capitalismo e, no Brasil, a partir dos anos 1990, vivenciado uma série de contrarreformas que irão impactar no financiamento da seguridade social.

Levando a discussão para o contexto brasileiro, situamos nossa formação social e a formação da nossa burguesia dependente que renova seu pacto de dominação a partir de acordos que não rompem com a nossa dependência econômica em relação aos países imperialistas. Mesmo que historicamente, não haja uma maior inclinação da nossa classe dominante para os preceitos democráticos, ainda assim, teremos um momento particulares da conjuntura brasileira de mediações entre as classes subalternas com a burguesia nacional, propiciando uma maior ampliação para cobertura sociais. Diante disso, a classe trabalhadora consegue uma maior abertura para construção de diálogos e respostas a suas reivindicações, como muito ocorreu a partir de 2003 com governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Na seção referente ao dualismo educacional, esmiuçamos a relação ontológica entre educação e trabalho, sendo essencial para apreensão do conhecimento e desenvolvimento do

homem no processo de transformação social. Ainda desenvolvemos que o dualismo educacional está intrinsecamente relacionado com a divisão social do trabalho, que separa o trabalho intelectual do trabalho manual, alienando o homem de toda a cadeia produtiva. A educação nesse sentido, não está fora dessa socialização alienante e reproduz tais processo ao dividir o tipo de conhecimento destinados ao papel de cada indivíduo conforme sua origem de classe e perspectivas de absorção futura na cadeia produtiva. Diante disso, pudemos situar o colégio de aplicação da UFPE no dualismo que vai além da dicotomia público e privado, mas também se apresenta dentro do próprio sistema público de ensino, ao direcionar o acesso aos melhores centros escolares às classes média e média alta visando a entrada dos seus filhos no ensino superior público.

Dando continuidade, pudemos perceber que o desenvolvimento da educação no nosso país é marcado pela desigualdade das camadas mais pobres ao acesso ao ensino, o que resulta em maiores índices de analfabetismo, abandono escolar, dentre outros. Tais expressões da questão social são enfrentadas pelo Estado ora de maneira mais parca, ora de maneira mais efetiva a depender dos interesses políticos e econômicos na qual a conjura se dispõe. Também salientamos os conflitos entre o ensino público e o ensino privado e os enfrentamentos dos movimentos em defesa de uma escola pública de qualidade, além do desenvolvimento das políticas educacionais voltadas à permanência dos estudantes, estas passam a ter impactos importantíssimos para que os alunos possam dar continuidade ao ciclo escolar.

Diante disso, acompanhamos também a trajetória histórica dos colégios de aplicação e, mais especificamente, o CAp-UFPE. Sua fundação está intimamente relacionada com o movimento escolanovista, passando a ser um centro de inovações e experimentações pedagógicas para os alunos da licenciatura. Discorremos sobre a evolução histórica da assistência estudantil no nível superior entendendo que as alterações que ocorrem na graduação, graças às reformas implementadas para a democratização do ensino superior com os governos do PT, aumentaram as demandas para a assistência estudantil inclusive na UFPE. Tais efeitos corroboram para as mudanças que tardiamente passam a ser experienciadas no colégio de aplicação anos à frente, por isso, a necessidade de retomar o debate referente à permanência e acesso no ensino superior para compreendermos seus rebatimentos sobre as ações implementadas no CAp.

No último capítulo, fazendo uso do recurso entrevista para coleta de dados juntamente com diário de campo, pudemos analisar as mudanças ocorridas no CAp-UFPE diante das

cotas. Foi possível perceber transformações significativas tanto no que se refere ao público, que era majoritariamente discentes vindos de escola do ensino privado, quanto aos aspectos pedagógicos que irão requerer do professorado um olhar para o aluno que vai além processo de ensino e aprendizagem, mas intersecciona com elementos da vida social do discente. A reserva de 50% das vagas para alunos de escola públicas leva para dentro do CAp indivíduos de um contexto social marcado pelo pauperismo e acesso a uma educação pública de má qualidade, fazendo com que dentro de um mesmo espaço escolar coexistem crianças e jovens que vivenciam diferentes contextos sociais.

Destacamos, os desafios enfrentados desde o primeiro momento que entram os alunos cotistas no CAp; a dificuldade nos custos da passagem para chegar ao colégio e a ausência inicial de uma assistente social foram alguns pontos destacados ao longo do capítulo. Explicitamos a importância do PNAES, por ser uma política elaborada visando garantir a permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica ingressantes no ensino superior público, acaba se tornando um documento norteador para as ações de assistência estudantil desenvolvidas no CAp-UFPE.

Esse fato também se dá pelas especificidades em que encontram os colégios de aplicação, como foi visto, as políticas voltadas para permanência de estudantes das escolas públicas sejam elas Municipais ou Estaduais estão muito imbricadas com o próprio desenvolvimento do acesso à educação das classes populares aos espaços de ensino. Tal efeito, vimos o surgimento de políticas como por exemplo, o passe livre, fardamentos, material escolar entre outros elementos já amplamente apontados.

Contudo, diferentemente, os CAls são administrados pelo MEC, o seu financiamento vem de recursos federais cujo os parâmetros não são atualizados há mais de trinta anos, ainda que o colégio tenha ampliado as séries atendidas para o ensino médio. Estes, quando repassados para o CAp-UFPE, não são suficientes para atender as demandas do colégio, muitos menos para ações que possam ser desenvolvidas para a permanência dos estudantes que necessitam. A própria universidade não recebe recursos financeiros de exclusividade para a manutenção e desenvolvimento de ações do colégio. É diante deste cenário que se desenvolvem as ações de assistência estudantil no CAp-UFPE.

A falta de recursos para uma ação mais ampliada faz com que esta política já surja com aspectos focalizantes, pois desde seu primeiro ano, ainda em 2017 não alcança a

totalidade do número de alunos. Outro aspecto que também deve ser levado em conta é que a necessidade da bolsa de assistência estudantil no colégio, age muitas vezes como complementação das ausências que o CAP não consegue suprir dos seus alunos pela sua especificidade de administração federal; a ausência de fardamento, de transporte público gratuito, de material escolar, são alguns pontos que para alunos de outras instituições públicas são supridas.

Ainda pontuamos a relevância do trabalho do Serviço Social escolar para a permanência dos alunos no CAP, visto que pensar assistência estudantil no nível básico é manter um diálogo permanente com a família dos alunos, compreendendo como dinâmica familiar influi nos processo de aprendizagem. Por mais que a bolsa seja um fator imprescindível para refletirmos a implementação da AE no colégio, ela não se restringe apenas à bolsificação, mas busca agir a partir de outras frentes como saúde, apoio pedagógico, fardamento etc.

Caminhando para discussões finais, observamos que os cortes que vêm sendo impostos ao financiamento da UFPE nos últimos anos, rebatem diretamente na forma como os recursos serão repassados para o colégio de aplicação. O fato do CAP-UFPE não possuir recursos próprios o suficiente para manter o financiamento da AE no colégio, traz uma certa fragilidade e insegurança para aqueles que fazem uso da assistência. Diante disso, as reivindicações do colégio quando atendidas são feitas a partir de acordos e negociações com a reitoria.

Por fim, reiteramos a relevância da política de assistência estudantil no colégio de aplicação da UFPE, visto que ela é essencial para a permanência de muitos estudantes naquele espaço. Por mais que ela expresse limites, tanto no que se refere ao seu financiamento quanto a seu alcance às demandas dos alunos e suas famílias, não há como pensar no acesso de indivíduos vindos de camadas sociais menos favorecidas sem ter implementação de subsídios que possam viabilizar a permanência desses sujeitos no espaço escolar. São notórias as incertezas desta política no colégio, visto que diante da conjuntura de constantes cortes no orçamento das universidades públicas, ações como as que são desenvolvidas no CAP, por mais primordiais que sejam, acabam sendo dirimidas por outras demandas interpretadas como mais urgentes e essenciais no contexto universitário.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. F. **Diário de campo: Estágio curricular 1**. Recife, 2021.

ALMEIDA, D. F. **Diário de campo: Estágio curricular 2**. Recife, 2022.

ARANHA, M. L. A. *Filosofia da Educação*. 3 ed., São Paulo, Moderna, 2006.

AZEVEDO, J. M. L. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.3, p. 361-588, set./dez. 2011.

BENITES, L. N. **Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Processos Inclusivos: trajetórias de alunos com necessidades educativas especiais**. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BERING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BICCAS, M. S.; FREITAS, M. C. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

BISPO, M. G. **O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe: entre excelência e referência**. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2018.

BOTLER, A. M. H.; SILVA, V. A. L. Desigualdade de Oportunidades: “injustiças democráticas” em colégios de aplicação. In: **Revista Profissão Docente**, Uberaba-MG, v.19 n.41, p.01-17, mai./ago. 2019. Disponível em <https://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1295>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Conheça a história da educação brasileira**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 18 de out de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. **Constituição Federal de 1934**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso: 19 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7234 de 19 de Julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. Disponível em: [planalto.gov.br](http://planalto.gov.br). Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.053 de 1946**. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9053-12-marco-1946-417016-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL, **Diretrizes Gerais da Reestruturação Expansão das Universidades Federais**, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL, ENEM. **Gov.br**, 2022, Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 agosto de 2011**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 30 out. 2020

BRASIL. **Lei nº 5.692. de 11 de agosto de 1971**. Que Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm). Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 959 de 23 de setembro**. Estabelece as diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais. Disponível em: <https://nditeste.paginas.ufsc.br/files/2013/10/Portaria-959-de-27-de-setembro-de-2013.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020

BRASILEIRO, A. C., et al. Os desafios da atuação de assistentes sociais no Ensino Fundamental I em João Pessoa (PB). In: FÉRRIZ, Adriana (Org.). **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020.

CARVALHO, Soraia de. Caracterização dos Governos Pós-golpe de 2016 no Brasil e seus Impactos na Educação. In: CARVALHO, S. **Contrarreformas na Educação e Lutas Estudantis**. 1ªed. editora CRV, p. 13- 27. Curitiba. 2020.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **EDITAL PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 2017.2**, 2017.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **EDITAL Nº 19, DE 25 DE JULHO DE 2018**. Processo Seletivo para Ingresso do 6º ano do Ensino Fundamental para 2019. Disponível em: [https://www.ufpe.br/documents/38970/1211892/EDITAL\\_SELEC%C2%B8A~O\\_2019.pdf/3e27e342-2656-484f-b154-5b9fd3ee48bf](https://www.ufpe.br/documents/38970/1211892/EDITAL_SELEC%C2%B8A~O_2019.pdf/3e27e342-2656-484f-b154-5b9fd3ee48bf). Acesso em: 22 out. 2022.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico do Colégio de Aplicação da UFPE**, V. 2 ,2016. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39038/0/PP+CAp+mar%C3%A7o+2020.pdf/cb5990b2-55ed-41df-b35a-9913c738bd47>. Acesso em: 16 out. 2022.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

**Regimento do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco**, 2021.

Boletim Oficial nº 155 em 1º/10/2021. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/39038/0/Regimento+do+Col%C3%A9gio/fe1fla32-06dd-4f97-b474-e78fb11cc04a>. Acesso em: 18 julh. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social na Educação**.

Brasília, DF: CFESS, 2001. Disponível em:

[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 24 out. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. Brasília, 2013. Disponível em:

[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf)  
Acesso em: 12 ago. 2022.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, S. A. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental**. Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, 2007.

DUTRA, G. R. N. **Assistência estudantil no espaço universitário: um estudo comparativo na perspectiva da abordagem societal das representações sociais**. Recife PE, 2015. 146f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Ed. Moraes, 2ª ed., 1992.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5 ed., São Paulo, Globo, 2006.

FERNANDES, F. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional**. 1 ed., São Paulo, Globo, 2010.

FERNANDES, F.. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?**. 2 ed., São Paulo. Alfa - Omega, 1975.

FÉRRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. C. Panaroma da Política de educação básica no Brasil. p. 45-59. In: FERRÍZ, A. P. F.; MATINS, E. C. B.; ALMEIDA, N. T. L. (org.). **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**, 1º ed. Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020. p. 139-153. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33282>. Acesso em: 19 out. 2022.

FONSECA, M. Governos de Dilma e Temer também cortaram verbas da Educação. **Estado de Minas**. 15 de maio de 2019. Disponível em:

[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/15/interna\\_politica,1054070/governos-de-dilma-e-temer-tambem-cortaram-verbas-da-educacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/15/interna_politica,1054070/governos-de-dilma-e-temer-tambem-cortaram-verbas-da-educacao.shtml). Acesso em: 05 out. 2022.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 7 ed., São Paulo, Centauro Editora, 2005.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 9 ed., São Paulo, Cortez, 2010.

GOMES, B. B. J. O Debate Constitucional sobre Ações Afirmativas. **Portal Geledés**, 2012, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-debate-constitucional-sobre-as-acoes-afirmativas-por-joaquim-barbosa/>. Acesso em: 17 set. 2022.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9 ed., São Paulo, Cortez, 2015.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**. v. 41, p. 1-12, 2019. Disponível: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso: 19 out. 2022.

IBGE. **Desemprego**. 2022. Disponível: em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 21 out. 2022.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

LESSA, E.S.; SILVA, N. R. **Construindo a Experiência da Assistência Estudantil em uma Escola de Ensino Básico: Buscando a Igualdade de Condições de Permanência**. IX Simpósio Educação e Sociedade Contemporânea: desafios e propostas – A escola e seus Sentidos. Rio de Janeiro, UERJ, 2014.

MANACORDA, M. **Marx e a pedagogia moderna**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

MARTINS, M. C. **Assistência estudantil e Contrarreforma Universitária nos anos 2000**. 2013. 157f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MAYRA, Q. B. **A demanda social pela educação, a política de educação no Brasil e a inserção do serviço social**. 2012. 156f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2012.

MELO, M. Da política ao prato: entenda a história da merenda escolar. **ojoioeotrigo**, 2021. disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/02/da-politica-ao-prato-entenda-a-historia-da-merenda-escolar/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

MELO, M. L; CIAVATTA, M. Relação entre educação e pobreza: implicações na qualidade da educação básica. In: MARTINS, E. B. C.; SOARES, N. (org.). **Debate crítico: Serviço Social, Política de Educação e Questões societárias – II Fórum do Serviço Social na Educação**. França, 2011, p. 247-262.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2 ed., São Paulo, Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2 ed., São Paulo, Boitempo, 2008.

MINAYO, M. S. C. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21º ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Ensino a distância se confirma como tendência**. Ministério da educação. Brasília, 23 de out. de 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias\\_1/ensino-a-distancia-se-confirma-como-tendencia](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/ensino-a-distancia-se-confirma-como-tendencia). Acesso em: 25 set. 2022

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2 ed., São Paulo, Cortez, 1996.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008**. Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências. 2008. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=2&numero=125&complemento=0&ano=2008&tipo=&url=#:~:text=Art.-,1%C2%BA%20Fica%20criado%2C%20no%20%C3%A2mbito%20do%20Poder%20Executivo%2C%20o%20Programa,Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Estado%20de%20Pernambuco>. Acesso em: 24 out. 2022.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 15.554 de 15 de julho de 2015**. Institui a gratuidade na utilização do sistema metropolitano de transporte público de passageiros - Passe Livre Estudantil - para os estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=11632&tipo=TEXTTOORIGINAL>. Acesso em: 19 out. 2022.

PORTO, C. C. B. A. A educação da classe trabalhadora: de Marx a Saviani. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, p. 451-473, 2015.

RECIFE. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 187 p. CEDCA, 2017.

SANTOS, O. R. C. **Entrevista realizada com a assistente social do CAp-UFPE para obtenção de informações sobre a assistência estudantil escolar**. [Entrevista concedida a] Cintya Roberta Oliveira dos Santos. Recife, p. 1-10, setembro, 2022.

SANTOS, S. C. M. S.; SILVA, K. N. **A dualidade educacional no Ensino Médio brasileiro (2004 - 2018)**. Rev. Bra. Ens. Médio, v. 3, p. 45-59, 2020.

SILVA, L. G. L. C. **O Programa de Assistência Estudantil (PAE) na UFPE: contexto da crise e das contrarreformas, no período de 2014 a 2019**. 79f. trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SILVA, E. O. Serviço Social na Educação: Uma Análise acerca da inserção na política de educação brasileira e dos debates contemporâneos. **ENEPSS**. Vitória. v. 16 n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22194>. Acesso: 13 nov. 2021.

SILVA, V. A. L. **O hibridismo entre o democrático e o gerencialismo: um estudo a partir das singularidades dos Colégios de Aplicação Federais**. 2016. 166f. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMUCO. LOA- UFPE - Dotação Atualizada Orçamento Discricionário - RP2 Fonte Tesouro. **ufpe.br**, 2022. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proplan/orcamento>. Acesso em: 19 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução 24/2017**, estabelece os critérios para o processo seletivo de ingresso no colégio de aplicação do Centro de Educação da UFPE. p. 1-4, 2017.

MEC. MICRODADOS DO ENEM. **gov.br**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>. Acesso em: 24 out. 2022.

MENEZES, D. MEC divulga reajuste do piso salarial de professores da educação para 2020. **gov.br**, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/piso-salarial#:~:text=MEC%20divulga%20reajuste%20do%20piso%20salarial%20de%20professores%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica%20para%202020&text=O%20piso%20salarial%20dos%20profissionais,para%20R%24%202.886%2C24>. Acesso em: 24 out. 2022.

TOKARNIA, M. Sob o lema Pátria Educadora, educação teve cortes no orçamento e greves em 2015. **Agência Brasil**. Brasília, 30 de dez. de 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-12/sob-o-lema-patria-educadora-educacao-tem-cortes-no-orcamento-e-greves>. Acesso em: 05 out. 2022.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

| ROTEIRO DE ENTREVISTA                                                                                    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Universidade Federal de Pernambuco                                                                       |
| Colégio de Aplicação UFPE                                                                                |
| Discente: Daiana Ferreira de Almeida                                                                     |
| Orientadora: Soraia de Carvalho                                                                          |
| IDENTIFICAÇÃO                                                                                            |
| Nome da assistente social: Cintya Roberta dos Santos                                                     |
| Local de Atuação: Colégio de Aplicação UFPE                                                              |
| Tempo de atuação na política educacional: 13 anos                                                        |
| PERGUNTAS                                                                                                |
| 1. Quais mudanças você nota no colégio desde a entrada dos alunos cotistas?                              |
|                                                                                                          |
| 2. Até que ponto a assistência estudantil contribui para permanência dos alunos no Cap?                  |
|                                                                                                          |
| 3. Você acredita que a assistência estudantil poderia intervir de outras formas na vida dos estudantes?  |
|                                                                                                          |
| 4. Você acredita que a assistência estudantil poderia intervir de outras formas na vida dos estudantes?  |
|                                                                                                          |
| 5. Ainda há dificuldade em financiar as bolsas estudantis? Como se deu o diálogo inicial com a reitoria? |
|                                                                                                          |

## **APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA**

### **Entrevista realizada com a assistente social do CAP-UFPE para obtenção de informações sobre a assistência estudantil escolar**

**Data/Horário:** Realizada no dia 16 de Setembro de 2022 às 14h29 pelo horário de Brasília

**Entrevistada:** Cyntia Roberta dos Santos

**Função:** Assistente Social integrante do Serviço de Inclusão e Acessibilidade (SIAP)

**Entrevistadora:** Daiana Ferreira de Almeida

**Local:** Colégio de Aplicação da UFPE

#### **1. Quais mudanças você nota no colégio desde a entrada dos alunos cotistas?**

Bom, eu cheguei aqui no colégio em 2018 e a primeira turma das reservas de vagas começou em 2017. Quando eu entrei e peguei a segunda turma de entrada por cotistas, fui acompanhando o histórico do CAP para poder entender melhor essas mudanças. Os CAPs, de uma maneira geral, são reconhecidos como escolas de referência tendo sobre eles um certo status, um elitismo, e o colégio de aplicação da UFPE não era diferente, apesar dessa não ser regimentalmente uma das prioridades do colégio ter essa função, de ter esse status de ser uma escola de excelência. Historicamente, não só aqui na UFPE, mas todos os CAPs têm isso; pela metodologia, pela proposta pedagógica diferenciada [...] Então, desde a década de 60 temos um perfil de alunos mais elitizados sim, que tinha uma preparação para ingressarem aqui e fazerem a prova. A partir do momento que foi inserida a cota para estudantes de escolas públicas, em 2017, a gente vem percebendo uma mudança de perfil, de todas as formas, tanto no perfil social, econômico e racial. Então, as relações que as famílias estabelecem com a escola tem sido diferente.

Percebemos que até então não existia, mas como que é necessária a política de assistência estudantil na escola [...] são diversas mudanças que a gente vem percebendo desde 2017 pra cá, e que a gente vem fazendo com que a escola se torne uma escola mais democrática, na perspectiva da ampliação da educação, uma escola mais inclusiva [...] ainda estamos nesse processo, mas já identificamos essas mudanças.

#### **2. Ainda sobre essas mudanças, você percebe conflitos com os professores e gestão em aceitar tais mudanças?**

Diversos. Primeiro porque o que a gente vê [...] o que a gente observa [...] e quando eu falo a gente, é a equipe técnica: assistentes sociais, pedagogos e psicólogos que tem na escola, a gente acompanha os conselhos de classe, então a gente percebe que a escola era uma escola pronta, os estudantes já chegavam prontos, de uma intensa rotina de estudos, de preparatórios [...] e muitas vezes chegavam na escola com o sexto ano já todo apreendido. Hoje não, os professores precisam rever suas ações porque desde 2017 estamos recebendo estudantes com questões de uma certa defasagem, e que impactam na forma como esse professor tinha de trabalhar. Então, quando eu falo da necessidade de reavaliar o currículo é porque a gente percebe que hoje não adianta, não tem mais essa coisa do professor chegar em sala; “e estou aqui para dar o conteúdo, acabou, essa é a minha função”.

Existem questões sociais que impactam no cotidiano na escola, na atuação do professor, desde do trabalho que ele passa [...] vou te dar um exemplo, teve um professor uma vez que passou um trabalho que no primeiro momento parecia ser um trabalho super simples: era o aluno fazer uma gravação em casa falando sobre as questões de matemática, identificando os espaços geométricos na sua casa. Teve uma estudante que não quis fazer o trabalho e no conselho de classe, num debate entre a equipe pedagógica e os docentes que a gente foi entender uma recusa dessa estudante, mas de outros também [...] não uma recusa [...] uma resistência em fazer o trabalho, porque era uma estudante que morava em casa de palafita e ela não queria expor, a casa dela era uma incômodo. Para ela, era constrangedor e o professor nem tinha percebido qual era o motivo dela não querer [...] achava que era falta de interesse com a matéria dele.

Então os professores tinham mais facilidades, eles ofereciam um determinado trabalho de pesquisa onde os estudantes tinham acesso à internet com muita facilidade, acesso a pesquisa em bibliotecas, a irem a espaços culturais, a gente não tem mais esse público, ou 100% desse público, a gente tem crianças que nunca entraram no teatro, que nunca entraram no cinema. Então, não adianta você passar um trabalho de história para falar sobre a história do teatro pra criança falar sobre, sendo que a criança nunca entrou em um. Os conflitos e as dificuldades que os professores têm são as dificuldades de uma escola pública real. Hoje o CAp tem problemas de uma escola pública real, onde temos estudantes que não têm acesso à cultura, que não têm acesso ao saneamento básico, que muitas vezes vêm para escola com fome, que muitas vezes têm dor de cabeça e a gente vai descobrir que é porque não tem acesso a saúde e por isso, nunca fez um exame de vista na vida. São mudanças que envolvem tudo da escola: envolve o pedagógico, o social, o que gera um incômodo [...] tira o professor desse lugar que ele tinha, de apenas reproduzir conteúdos. Hoje os professores daqui precisam ter um outro olhar dos estudantes que eles estão dando aula, é o que a gente chama de escola mais humanizada, que o conselho de classe não é mais só para discutir se o aluno alcançou ou não o conteúdo. A gente precisa entender quais são as consequências da realidade social que este estudante tem, da realidade que este estudante e sua família têm que estão interferindo diretamente na sala de aula.

### **3. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas para implementação da assistência estudantil?**

Muitas. Primeiro, porque não tinha nem assistente social na escola, nunca teve. Segundo, porque a política de assistência estudantil hoje ela é estabelecida e voltada para a graduação, então o que se tem de legal, que é o PNAES, é pensado para a graduação. Então, quando a gente vem para educação básica e se depara dentro de uma universidade onde precisamos respeitar e seguir algumas regras estabelecidas pela universidade, e aí a gente se separa com uma certa dificuldade de está pensando essa assistência sem esse aporte. Então, assim, antes mesmo de eu entrar, a gestão anterior solicitou por exemplo, que a Pró-Reitoria de Assistência fizesse seleção aqui e teve uma resistência, porque ele já tem uma demanda muito grande e também o perfil dos estudantes em que eles acompanham e que eles avaliam é diferente do estudante da educação básica [...] o colégio já não tinha um profissional da área, não tinha uma verba para estabelecer uma política de assistência estudantil porque requer verba, e aí foram feitos acordos.

Inicialmente, foram feitos acordos de uma bolsa [...] a primeira ação de assistência estudantil que teve na escola foi antes de eu entrar inclusive, foi logo quando ingressou essa primeira turma em 2017 que logo quando eles entraram a própria gestão se deparou com uma dificuldade de locomoção desses estudantes para escola. [os estudantes] não tinham dinheiro porque a maioria vinha de uma escola próxima das suas casas onde não havia necessidade de gasto com transporte e mesmo assim eles teriam direito, se eles estivessem em uma escola pública municipal ou estadual eles teriam direito a gratuidade no transporte, aqui não. O estudante do CAp não tem esse direito, e aí já foi o primeiro baque [...] entraram estudantes pelas cotas que não tinham dinheiro pra vir para escola e aí, teve o movimento [da gestão] junto a reitoria de dizer: “precisamos de verba para manter esses estudantes na escola, para eles virem para escola” e aí foi autorizado uma verba para esse fim. Depois disso, foram aparecendo outras demandas que foram necessárias para estabelecer ações de assistência estudantil que a gente precisaria do suporte da própria universidade.

A necessidade da criação de um núcleo que pudesse estar pensando dentro da escola a permanência, a inclusão e a acessibilidade também necessitava de novos profissionais para a escola. Então, a universidade que deveria ofertar isso, teve uma dificuldade inicial porque não existia um código de vagas para o Serviço Social na escola, até hoje a gente tem uma dificuldade de ter, a gente [também] tem uma dificuldade de ter uma movimentação para psicólogos para cá [...] não é só abrir e ampliar as vagas através de reserva de vagas, você tem que criar ações de assistência estudantil para garantir a permanência e isso requer uma contribuição da universidade, uma contrapartida da universidade, tanto a questão de aporte financeiro quanto de estrutura mesmo. Quando a gente abre, por exemplo, reserva de vagas para estudantes com deficiência a gente precisa de uma sala de recursos, que a gente ainda hoje está correndo atrás para ter, verba para ser efetivado essa sala de recursos multifuncionais, que até hoje a gente não conseguiu ter [...] as dificuldades são muitas, tanto financeira quanto de pessoal, quanto de estrutura física. Até hoje, por exemplo, a gente [os Serviços] não temos uma sala de atendimento nosso, muitas vezes a gente precisa acolher a família, a gente precisa acolher o estudante [...] e a escola foi pensada para os professores; têm a sala de aula, tem a secretaria, tem a sala dos professores e tem uma sala que, até pouco tempo atrás, vários serviços dividiam o mesmo espaço.

#### **4.Quais os impactos da assistência estudantil do CAp na vida dos estudantes e suas família**

Eu vejo que sem essas ações inviabilizaria a permanência de muitos aqui. E, às vezes, a gente tende a pensar a assistência estudantil muito ligada à questão econômica, mas a assistência estudantil vai além da questão econômica. A bolsa, e eu reforço muito isso aqui na escola, é uma das ações da proposta e das intervenções da política de assistência estudantil, a gente tem que pensar na assistência estudantil de uma forma integral, inclusive assistência estudantil não é apenas para os estudantes da reserva de vagas mas para todos os estudantes da escola com diferentes demandas. Então tem a demanda econômica, a demanda social, a demanda de saúde, são várias frentes de trabalho que a gente precisa atuar e que a assistência estudantil vem intervindo diretamente, que impactam na permanência destes estudantes. Então, a gente costuma falar para as famílias que aqui a gente chama muito as famílias para a escola e a maioria tem esse hábito de pensar que chamamos porque o filho fez alguma coisa errada e não, a gente entende que a família constrói a escola junto com a gente, acolhemos a família quando ela chega e durante todo o processo de formação desse estudante, costumamos chamá-los para entender a dinâmica familiar, para perceber de que forma essa dinâmica familiar está interferindo no aprendizado dessa criança.

É um olhar numa perspectiva de assistência estudantil voltada para todos e que têm algumas demandas específicas que envolvem a questão social e econômica. Mas hoje, sem esse setor, sem uma política de assistência estudantil, a gente não consegue garantir permanência, assim, na verdade, a gente não consegue garantir permanência nem com a assistência estudantil, a gente contribui com a permanência, mas a gente teria muito mais dificuldade se a gente não tivesse hoje esse olhar de dentro da escola, [...] uma equipe de profissionais que tenham essa preocupação e que tenham esse olhar para além da sala de aula.

### **5. Assistência Estudantil a nível de educação básica não pode ser pensada sem a presença da família?**

Sim. A gente pensa a família como fazendo parte do processo pedagógico, até mesmo entender como que a escola pensa o pedagógico, para a gente é importante que a família entenda. Por isso, quando um estudante ingressa na escola uma das primeiras coisas que a gente pede é pra família ler uma cartilha que tem no site, que fala desde o que é o projeto político pedagógico da escola até o que é cada serviço, e quando procurá-los. Porque, assim, não é para procurar a escola quando eu quero saber se meu filho está bem, mas está aqui pensando a escola junto com a gente e entendendo o porquê da gente ter esse diferencial pedagógico que as outras escolas não têm, por que que o CAp é assim? Por que as avaliações não são por nota? Por que o Cap não tem um preparatório para o Enem para o ensino médio? Por que o CAp não tem essa essa dinâmica de preparatório?

Porque a gente tem uma visão integral e a gente tem uma perspectiva que o processo de aprendizagem, o processo de formação ele vai para além do conteúdo, então é muito importante que a família entenda como é a dinâmica da escola para que ela se sinta pertencente a escola. Para poder aproveitar os serviços da melhor forma possível, isso tudo engloba a assistência estudantil e a garantia de direitos desses estudantes e dessas famílias. A escola também tenta trazer os estudantes para esse espaço de participação, não à toa que o estudante participa do conselho de classe, é importante pra gente, faz parte do projeto político pedagógico essa interação: família, estudante e estagiários, porque nunca esquecendo que o objetivo principal do colégio de aplicação é ser um espaço de experimentação pedagógica.

### **6. As medidas de assistência estudantil do CAp dão conta das demandas de permanência dos alunos no CAp? Se não, quais medidas seriam necessárias para um pleno atendimento?**

Não são suficientes. Primeiro, porque a gente está passando por um processo de cortes que está atingindo não só universidade, mas o colégio de aplicação, esse ano nós tivemos um corte de bolsas e foi o ano, em contrapartida, que tivemos o maior número de estudantes solicitando a bolsa. A gente passou por dois anos de pandemia, famílias desempregadas [...] aumentou muito a demanda pela bolsa de assistência estudantil e no mesmo ano que aumentou a demanda pela bolsa, a Universidade precisou cortar o quantitativo de bolsa: a gente tinha 122 bolsas até o ano passado, esse ano foi para 105 bolsas e para ano que vem a gente nem sabe se vai conseguir garantir essas 105 bolsas.

E foi o que eu te falei, na verdade a assistência estudantil ela é fundamental, mas ela precisa de um aporte da Universidade, o Colégio Aplicação não está solto aqui dentro da universidade, então muitas vezes a gente precisa desse suporte para gente garantir que a assistência aconteça. Uma demanda nossa, por exemplo, que a gente não tem tido êxito e que é importante, é a questão do transporte, os estudantes do CAp não têm direito ao VEM

estudantil com gratuidade [Passe Livre] a gente tentou negociação, pediu intervenção do reitor para tentar negociar com o Estado e com Município para ver se a gente conseguia, porque a gente percebe hoje um dificuldade dos estudantes conseguirem custear o transporte escolar, mas não tivemos êxito. Então temos estudantes que não conseguiram a bolsa, porque não tem bolsa para todo mundo e estão com muita dificuldade de chegar porque tem que pagar o transporte.

Hoje atendemos estudantes do Cabo de Santo Agostinho, de Vitória de Santo Antão, de Abreu e Lima, temos estudantes que moram muito distante e tem um gasto muito grande com transporte. E o transporte é um dos eixos da assistência estudantil previsto no PNAES por exemplo, só que a gente não consegue atender a essa demanda, hoje uma bolsa no valor de R\$ 300,00 não consegue pagar 100% do valor do transporte para o CAp, porque com o aumento do valor dos combustíveis, com o período pandêmico o transporte escolar que era em média 200,00 a 250,00. Hoje, não tem nenhum transporte que venha para o CAp por menos de 400,00, então, ainda que o estudante ganhe a bolsa, a família ainda tem que custear parte desse transporte. Então, são eixos da assistência estudantil que está previsto no PNAES e por a gente não ser englobado nessa política, a educação básica não ser englobada, não conseguimos atender mais demandas.

## **7. Além do transporte, quais outras demandas que você identifica dos alunos e das suas famílias que AE do CAp não consegue abarcar?**

Eu acho que tem a questão da alimentação, temos lutado para garantir o lanche e o almoço na escola. A refeição hoje é primordial para alguns estudantes daqui da escola, a refeição na escola para alguns é a única refeição que eles fazem. A gente não conseguiu, por exemplo, ampliar para um lanche à tarde, a gente não tem verba para ampliação, a verba que temos só consegue garantir o lanche da manhã e o almoço, então, é uma dificuldade a questão alimentar.

A segurança alimentar aqui no colégio tem piorado [...] algumas famílias têm apresentado questões [...] também que é um dos eixos do PNAES, que é o suporte pedagógico para alunos oriundos de escolas públicas, aqui nós não temos isso. Estamos repensando o currículo justamente por isso, porque até então os estudantes não tinham essa dificuldade de ter uma reforço escolar, de ter uma horário estendido para que eles possam ter uma complementação do que está sendo dado em sala de aula, então a gente tem se vira nos 30 para os professores possam se organizar em projetos com os profissionais que a gente tem aqui. Em 2018, por exemplo, foi pensada a oficina de textos e oficina de matemática, que são momentos no contraturno [para] alunos que ingressaram no CAp com alguma defasagem no conteúdo e que não conseguem acompanhar a turma. Aí, os professores, técnicos e pedagogos se juntaram para oferecerem oficinas de complementação de conteúdo, não se trata nem de reforço, porque o reforço escolar é quando o professor trabalha novamente o conteúdo que está dando em sala, nesse caso, os professores têm que trabalhar com conteúdos de séries anteriores. Foi observado que um grupo de estudantes não chegou nem no conteúdo do sexto ano, então tem essa questão pedagógica que sentimos falta. E tem a questão estrutural também de profissionais que deem suporte, que possam concretizar mesmo as ações de assistência, por exemplo, temos uma demanda de saúde aqui na escola e a gente já fez solicitação de profissionais da área da saúde, que é outro eixo previsto no PNAES que não tem aqui. Antes não se tinha problema com questões da saúde, quando se fazia alguma observação ou questionamento nenhum pai questionava se não tinha condições ou não de fazer uma psicoterapia, hoje mais de 40% dos alunos dependem do SUS e ele se encontra

sobrecarregado não tendo uma facilidade de encontrar uma neuropediatra, um psicoterapeuta, então isso dificulta um pouco o trabalho.

### **8. Seguindo esta linha argumentativa, o fardamento também seria uma demanda?**

Sim. O CAp é uma escola pública de educação básica que não fornece fardamento como as outras escolas públicas fornecem. Também tem o fato da própria política de assistência estudantil hoje ser pensada para a graduação, porque para graduação não se tem a necessidade de fardamento como para educação básica, então nunca foi pensando para o colégio de aplicação a necessidade de ter uma verba para compra de fardamento para as crianças.

É só de 2017 pra cá que a gestão e toda equipe foi de sá conta de que o fardamento aqui na escola é um problema. Os estudantes precisam comprar o fardamento, não é barato, é caro, a gente já tentou conseguir verba para isso, mas não conseguiu. O que conseguimos foi para esse ano de 2022 uma verba para o que chamamos de “kit escolar/fardamento” que é uma bolsa a mais no início do ano no valor de 300,00 para que as famílias de estudantes que recebem a bolsa, consigam comprar, no início do ano, material. É uma bolsa de cota única, porque a gente também não oferece material escolar, oferecemos apenas os livros escolares, a gente não consegue nem garantir para todos os estudantes da escola. Mas o fardamento também é um problema que a gente tem enfrentado.

### **9. Por ser uma escola de característica federal vocês acreditam que acaba por isolar o CAp das demais escolas de cunho estadual e municipal no sentido de apoio e recursos governamentais?**

Sim. Porque na verdade, nós fazemos parte da universidade, nós temos diretrizes diferenciadas por mais que [...] claro, não deixa de ser um escola de educação básica segue a LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação], mas diferente de uma escola municipal que tem lá, uma secretaria de educação pensada para as aquelas escolas daquela região, as secretarias estaduais [...] a gente está submetida ao MEC [Ministério da Educação] e somos apenas 17 colégios de aplicação no Brasil todo, então a gente fica lutando por um espaço dentro do MEC para gente ser ouvido, porque nossa realidade de necessidade está muito além do que o MEC tem de demanda das diversas universidades que ele atende.

Por exemplo, antigamente o MEC tinha um kit que era oferecido para escolas públicas para estruturar o atendimento de educação escolar especializada, voltada para estudantes com deficiência, desde 2018 não existe mais esse kit. O MEC não disponibiliza mais esse kit para gente, então a gente não tem a quem recorrer [...] a gente sabe que existe estrutura e verba para recursos multiprofissionais para escolas públicas municipais e a gente não pode recorrer. Inclusive foi uma das coisas que corremos atrás além do transporte, a gente também foi buscar na rede estadual e municipal a concessão de profissionais de AEE [Atendimento Educacional Especializado] porque a universidade e o MEC não disponibilizam vagas para concurso público para esse cargo, não existe esse cargo, e como não existe não tem como solicitar.

Até hoje não conseguimos esse profissional de AEE que pudesse atuar aqui na escola então acaba por isolar a gente um pouco, outra questão que a gente acaba sentindo por ser um escola federal e está dentro de uma universidade é que a maior parte das outras escolas

públicas os estudantes residem próximo da escola onde eles estudam, a rede de proteção social de proteção de saúde estão todas ali referenciadas ao redor da escola, então até para recorrer a conselhos tutelares, a recorrer a serviços de saúde pública, passamos por diversas dificuldades que a gente tem porque cada município tem suas características de ação de assistência social, de política pública. Muitas vezes temos dificuldades de encaminhamento para a rede de proteção porque é diferente de estar localizado no bairro que atende as crianças que moram ali.

#### **10. Do ponto de vista do financiamento da assistência estudantil, como se dá a articulação do CAP com a reitoria? Os recursos têm sido suficientes?**

Nós temos dois tipos de recursos aqui, que é o recurso que vem do CONDICAP [Conselho de Dirigentes das Escolas Básicas das Instituições Federais de Ensino Superior], que é um fórum que concentra todos os colégios de aplicação, eles são responsáveis por pensar nos direcionamentos para o colégio de aplicação. O CONDICAP tem um fundo que ele recebe do MEC só que ele redistribui, não com base na quantidade de estudante, na verdade, esse recurso foi formulado, pensado e dividido a mais de trinta anos e nunca mais foi revisto. Então, hoje tem CAPs que abrangem desde a educação infantil até o ensino médio, mas que no início era só educação infantil e que recebe verba do CONDICAP só pra educação infantil. Pra gente [CAP-UFPE] a verba do CONDICAP só consegue pagar uma parte, nem é 100%, uma parte da alimentação pra escola, tudo que vem além disso, é uma negociação com a reitoria, é verba da universidade. Todo ano, quando vai ser discutido o orçamento para universidade, a gestão faz uma reunião com a pró reitoria para poder negociar o que a universidade pode está dando de suporte financeiro para a escola, então, claro que não atende [a todas as demandas] nem o PNAES atende a graduação.

Com os recursos da universidade cada vez piores, os cortes que vêm acontecendo estão só afunilando mesmo a gente, eu não sei o que vai acontecer, por exemplo, o ano que vem. A gente ainda não teve essa discussão com a reitoria de quanto vai ser a verba, porque a gente não sabe nem se vai ter verba para finalizar esse ano [...] é uma negociação anual. Com o CONDICAP é uma verba fechada que recebemos, é a mesma verba há trinta anos, mas com a universidade a gente vai ano a ano negociando, vendo o que eles podem dar de suporte. Ano passado [2021], conseguimos que a universidade desse suporte digital como deu na graduação. Então, quando tem a possibilidade, a gente vai negociando para que a verba venha, mas a gente entende que hoje a gente passa por um processo de sucateamento da educação, os cortes de verbas refletem diretamente no Colégio de Aplicação.

Estamos com redução do pessoal terceirizado, reduziu pela metade nesse último ano os terceirizados da escola, a gente tem dificuldade de material, a gente voltou da pandemia e não tínhamos material de limpeza suficiente, inclusive foi muito difícil da gente retornar [...] inclusive voltamos tardiamente para o presencial por falta de estrutura de materiais de EPIs [Equipamento de Proteção Individual] para gente poder voltar com segurança então assim, é árdua, mas estamos ano a ano trabalhando com que tem. Eu acho que a gente tem que sempre lutar para que qualidade da escola não caia, e quando eu falo qualidade é qualidade não só pedagógica mas de assistência também, de suporte para essas famílias e esses estudantes, de garantir não só o acesso mas garantir a permanência, [...] a gente pensar no estudante e na sua família como um todo, de como a gente precisa lutar para que continue sendo uma escola pública de qualidade e ampla para todos.

## ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA

### CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que aceitaremos a pesquisadora Daiana Ferreira de Almeida, aluna do curso de Serviço Social da UFPE, a desenvolver o seu Trabalho de Conclusão de Curso “Contribuição da Assistência Estudantil para Permanência a dos alunos no Colégio de Aplicação da UFPE”, que está sob a orientação da profa. Soraia de Carvalho, do Departamento de Serviço Social da UFPE, e a supervisão da Assistente Social Cintya Roberta Santos.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos éticos da pesquisa, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa exclusivamente para fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas ou da instituição.

Recife, em 25/ 07/ 2022.

  
Prof. Erinaldo Ferreira do Carmo  
Colégio de Aplicação  
Diretor  
SIAPE 1817572